

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Programa de Pós-Graduação em Letras/Linguística

Marcela Zambolim de Moura

**ORAÇÕES MATRIZES [VERBO *SER* + PREDICATIVO]: PREDICADOS QUE
EXPRESSAM ATITUDE DO FALANTE**

Juiz de Fora
2009

Marcela Zambolim de Moura

**ORAÇÕES MATRIZES [VERBO *SER* + PREDICATIVO]: PREDICADOS QUE
EXPRESSAM ATITUDE DO FALANTE**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras – Lingüística.

Orientadora: Professora Doutora Nilza Barrozo Dias

Juiz de Fora

2009

Moura, Marcela Zambolim de

Orações matrizes (verbo ser + predicativo): predicados que expressam a atitude do falante / Marcela Zambolim de Moura. -- 2009.

148 f. :il.

Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Língua portuguesa. 2. Gramática. I. Título.

CDU 806.90-5

AGRADECIMENTOS

Mesmo que eu tentasse, não conseguiria expor aqui a dimensão do meu eterno agradecimento:

ao meu pai, Jorge Luiz- cujas palavras convencem, mas cujo exemplo me arrasta (Padre Gailhac);

à minha mãe, Marli – cuja ternura acalma e cuja força me contagia;

à minha irmã, Marília – cujos carinho e companheirismo chegaram a tempo, na hora certa, apesar da distância;

ao meu namorado, Nuno – por ter caminhado junto comigo, me dando o carinho, a paciência e a cumplicidade exigidos pelo amor;

ao meu tio Luiz Antônio – pelo apoio incondicional e pela confiança a mim conferida;

aos amigos de graduação que se tornaram amigos de mestrado e do coração – Josué, Carol Garcia e Peixoto, e, Maika; aos amigos do corredor que se tornaram amigos de momentos difíceis e de momentos alegres – Alice, Natália, Rafaela, Fernanda;

à professora Nilza – quem é, para mim, exemplo de determinação e por quem tenho admiração e respeito;

à UFJF – que proporcionou, através da bolsa de monitoria, um estudo menos árduo, me permitindo dedicar integralmente à pesquisa;

a Deus – por esse momento inesquecível, pela aprendizagem intelectual e humana experienciadas durante esses anos em que optei por deixar o melhor lugar do mundo, meu lar.

Obrigada a todos pelos momentos de apoio quando o caminho se apresentou longo e tortuoso.

RESUMO

Neste trabalho, investigamos orações encaixadas subjetivas de algumas matrizes compostas por [matriz (verbo *ser* + predicativo) + oração subjetiva]. Assumimos como hipótese que haja graus de ligação entre encaixada subjetiva e suas matrizes [verbo *ser* + predicativo], que aparecem em concorrência em um mesmo domínio funcional. Entre esses diferentes usos, encontramos casos que estão mais ou menos integrados. Tal análise toma como eixo a indicação semântica da matriz, encontrada na expressão dos valores: *modalidade* e *avaliação*. A modalidade foi dividida em *epistêmica* e *deôntica*, e, a avaliação, em *afetiva*, *apreciativa* e *juízo*. A oração encaixada subjetiva foi analisada de acordo com sua realização formal: finita, que se apresentou, em certos casos, sintática e semanticamente desvinculada da matriz, ou não-finita – que se apresentou fortemente integrada à matriz. As orações matrizes indicadoras de *modalidade epistêmica asseverativa e relativa* e algumas matrizes indicadoras de *avaliação* mostram-se amplamente desvinculadas das orações encaixadas subjetivas, que se realizaram na forma finita, categoricamente, no presente do indicativo. Esses casos apresentam comportamento semelhante ao dos *advérbios sentenciiais*: têm posição quase fixa na sentença – posição inicial – e expressam modalidade epistêmica, e, avaliação. As matrizes permitem serem substituídas por advérbio correspondente terminado em *-mente* e serem retiradas da sentença sem que essa se torne agramatical. Além disso, marcam impessoalidade através da quase cristalização do verbo na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e da não marcação de gênero no predicativo – sendo recorrente o masculino, quando marcado. Tais características apontam para a desvinculação sintático-semântica da matriz em relação à encaixada.

Palavras-chaves: orações subjetivas, encaixamento, modalização, avaliação.

ABSTRACT

This paper investigates embedded subject clauses of some matrices composed by [matrix (verb be + predicative) + subject clause]. We assume as a hypothesis that there are different linking degrees between embedded subject clauses and their matrices [verb *be* + predicative], which show up concurring in a same functional domain. Among these different uses, we find cases that are more or less integrated. Such an analysis takes as its axis the semantic indication of the matrix, found in the expression of values: *modality* and *evaluation*. Modality was divided into *epistemic* and *deontic*, and evaluation, into *affective*, *appreciative* and *judgment*. The embedded subject clause was analyzed according to its formal performance: finite –which was, in some cases, syntactically and semantically decoupled from the matrix–, or non-finite –which was strongly integrated into the matrix. Matrix clauses indicating *assertive* and *relative epistemic modality* and some matrices indicating *evaluation* were largely decoupled from embedded subject clauses, which were performed in the finite form, categorically, in the present indicative. These cases show a behavior similar to that of *clausal adverbs*: they have a quasi-fixed position in the clause –initial position– and express epistemic modality, and, evaluation. The matrices allow for their being substituted for a corresponding adverb ending in “-ly” and for their being taken off the clause without making the latter non-grammatical. Moreover, they mark impersonality through quasi-crystallization of the verb in the third person singular of the present indicative and through not marking gender in the predicative – the masculine being recurrent, if gender is marked at all. These features point to the syntactic-semantic decoupling of the matrix in relation to the embedded clause.

Keywords: subject clauses, embedding, modalization, evaluation.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	<i>Continuum</i> das orações (Adaptado de Lehmann, 1988: 189).....	60
Figura 2	<i>Continuum</i> de integração apresentado por Hopper e Traugott (2003: 178).....	82
Quadro 1	Princípios de gramaticalização segundo Hopper (1991: 22).....	73
Quadro 2	Transições de uma classe aberta de itens para uma classe fechada. (HEINE, 1993: 58).....	77
Tabela 1	Valores modais da matriz e valores do modo/forma da encaixada.....	100
Tabela 2	Valores avaliativos da matriz e valores do modo/forma da encaixada.	104
Tabela 3	Os tempos e modos verbais da oração matriz – ocorrências do jornal Estado de Minas.....	137
Tabela 4	Os tempos e modos verbais da oração matriz – ocorrências do jornal Tribuna de Minas.....	137
Tabela 5	Os tempos e modos verbais da oração encaixada subjetiva – ocorrências do jornal Estado de Minas.....	139
Tabela 6	Os tempos e modos verbais da oração encaixada subjetiva – ocorrências do jornal Tribuna de Minas.....	139
Tabela 7	Posição da oração encaixada subjetiva em relação à oração matriz – ocorrências do jornal Estado de Minas.....	140
Tabela 8	Posição da oração encaixada subjetiva em relação à oração matriz – ocorrências do jornal Tribuna de Minas.....	141
Tabela 9	Presença/ausência da negação na oração matriz – ocorrências do jornal Estado de Minas.....	141
Tabela 10	Presença/ausência da negação na oração matriz – ocorrências do jornal Tribuna de Minas.....	142

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	MODALIDADE E AVALIAÇÃO.....	16
1.1	Tipos de Modalidade.....	16
1.1.1	<i>Modalidade Deôntica.....</i>	22
1.1.2	<i>Modalidade Epistêmica.....</i>	24
1.2	Avaliação.....	27
1.3	Teoria da Harmonização.....	36
1.4	Modalidade e Negação.....	48
2	COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES.....	57
2.1	Visão Tradicional.....	57
2.2	Visão Lingüística.....	59
3	GRAMATICALIZAÇÃO.....	72
4	ANÁLISE DE DADOS.....	87
4.1	De orações matrizes a modalizadores de atitude.....	87
4.1.1	<i>A manifestação da modalidade deôntica.....</i>	87
4.1.2	<i>A manifestação da modalidade epistêmica.....</i>	90
4.1.3	<i>A manifestação da avaliação.....</i>	95
4.1.4	<i>Relação modo/forma nominal versus modalidade/avaliação entre oração matriz e encaixada.....</i>	99
4.1.5	<i>A expressão de força e foco nas orações matrizes.....</i>	107
4.2	Posição da oração encaixada: a função de topicalização.....	110
4.3	Gramaticalização de orações: um processo em andamento.....	113
4.3.1	<i>Os estágios da gramaticalização.....</i>	113
4.3.1.1	<i>Estratificação.....</i>	114
4.3.1.2	<i>Divergência.....</i>	115
4.3.1.3	<i>Especialização.....</i>	116
4.3.1.4	<i>Decategorização.....</i>	117
4.3.2	<i>Harmonização: de “realis” para “irrealis”.....</i>	118
4.3.3	<i>O papel do “recorte” e da “conversão” da oração matriz.....</i>	122
4.3.3.1	<i>O papel do “recorte” e da “conversão” nas orações matrizes negativas.....</i>	130

4.3.4	<i>A negação: elemento modalizador.....</i>	131
5	ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	136
	CONCLUSÃO.....	143
	REFERÊNCIAS.....	148

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, investigamos a construção complexa, constituída de orações subjetivas selecionadas por orações matrizes realizadas como [verbo *ser* + adjetivo/substantivo] na escrita mineira.

Com base no uso que os falantes fazem dessas orações, os dados coletados para nosso trabalho mostraram que algumas orações encaixadas subjetivas estão a caminho de uma independência sintática, visto que suas matrizes estão funcionando como *quase-satélites*. Essa característica adverbial merece destaque, já que a discussão sobre a ligação entre orações é central entre diversos lingüistas e gramáticos, a fim de descrever e especificar as várias formas de ligação entre orações e os possíveis processos pelos quais passam.

Veremos que algumas orações encaixadas subjetivas e suas matrizes apresentam uma ligação cada vez mais frouxa. A matriz ganha status de adjunto modalizador ou de avaliativo e a encaixada, sua independência. Para entendermos esse processo, analisamos importantes questões como a *harmonização* dos elementos da matriz para a indicação de modo *irrealis*; sua possível desvinculação da encaixada; a possibilidade de ser substituída por advérbios terminados em *-mente* a partir de adjetivos e alguns substantivos na função de predicativo, o que indica o grau de encaixamento dessas orações.

Objetivos e Hipóteses

Objetivamos: apresentar as diferentes ocorrências encontradas para as orações subjetivas, a partir de amostras retiradas da escrita do PB contemporâneo mineiro, privilegiando aspectos sintáticos e semânticos; discutir modalidade deôntica e epistêmica e avaliação como indicadores de atitude; apresentar e discutir a expressão dos modos *realis* e *irrealis*, nessas sentenças; alocar diferentes usos das cláusulas encaixadas subjetivas num *continuum* de graus de encaixamento.

Tencionamos uma comprovação para a hipótese de que haja graus de ligação entre encaixadas subjetivas e suas matrizes [verbo *ser* + predicativo], que aparecem em concorrência em um mesmo domínio funcional.

Organização dos Capítulos

Estruturamos esse trabalho, para uma melhor compreensão e orientação do leitor, apresentando, inicialmente, o material teórico que perpassa nossos estudos. Para isso, dedicamos os capítulos I, II e III à literatura relacionada à modalidade e à avaliação, às combinações de orações e à teoria relacionada ao processo de gramaticalização, respectivamente.

No primeiro capítulo, tratamos de modalidade; da apresentação dos elementos morfológicos e sintáticos responsáveis por sua expressão e da apresentação das modalidades consideradas por autores expoentes na área. Tratamos ainda de avaliação, e, igualmente, da apresentação dos elementos morfológicos e sintáticos responsáveis por sua expressão e da apresentação de avaliação considerada por autores expoentes na área. Com base nesse estudo, subdividimos esse primeiro capítulo de acordo com os valores semânticos modais e avaliativos que apareceram em nossos dados: modalidade deôntica e modalidade epistêmica, e, avaliação apreciativa, avaliação afetiva e avaliação de julgamento.

Ainda no primeiro capítulo, encontram-se informações sobre *Harmonização*, processo este detectado nas ocorrências catalogadas para análise. Tal processo é de extrema importância na análise dos dados, já que é através dele que explicamos a predominância da expressão do modo *irrealis* em certas matrizes e encaixadas subjetivas. Para essa explicação, buscamos embasamento na literatura apresentada.

Por fim, apresentamos a teoria da modalidade relacionada à presença da negação nas orações matrizes. Observamos que há uma estreita ligação entre modalidade e negação. Essa análise também é embasada na literatura apresentada.

Uma vez que nossa pesquisa tem como objeto de estudo orações subjetivas e suas matrizes, fizeram-se necessários o exame e a apresentação das teorias que tratam do processo de combinação de orações. Portanto, no segundo capítulo, expomos a visão mais clássica da combinação de orações e os trabalhos mais recentes. Em nossa análise, assumimos uma postura relacionada a essa combinação. Conforme exposto nas seções dedicadas à teoria, trata-se de um *encaixamento*, cuja característica básica é a dependência. Assim, optamos por essa nomenclatura em detrimento da palavra *subordinação*.

Assumindo, como hipótese, que diferentes usos das orações subjetivas no Português Brasileiro podem ser descritos em relação a graus de encaixamento, dedicamos o terceiro capítulo à teoria sobre tal processo, assentando nossa discussão na descrição da gramaticalização entre orações (HOPPER & TRAUGOTT, 2003; HOPPER, 1991).

A partir das exposições assumidas nos capítulos anteriores, caracterizamos, no quarto capítulo, sintática, morfológica e semanticamente as orações matrizes que variaram quanto à

expressão de modalização e de avaliação. Embora possamos reconhecer que a avaliação pode constituir-se num tipo de modalização, optamos por colocá-las separadas por questões didáticas. Nesse capítulo, exemplificamos os valores semânticos da matriz que ocorreram nos dados e, a fim de clarear as características observadas, construímos ainda tabelas que as distinguem e as delimitam nesse estudo.

Em seguida, observou-se a posição da oração encaixada subjetiva em relação à matriz e, por fim, e não menos importante, apresentamos os estágios da gramaticalização, que podem ser aplicados aos dados.

Nessa seção, apresentamos ainda, de forma exemplificada, o processo de *harmonização*, e os testes de *recorte* e *conversão* da oração matriz. Tais testes objetivam comprovar nossa hipótese de trabalho: algumas orações matrizes atuam como *advérbios sentenciais*, permitindo que a encaixada subjetiva se torne uma oração independente. Esses mesmos testes são aplicados nas orações matrizes negativas, e, por último, mostramos como a negação, em alguns casos, se apresentou como uma das formas de indicar modalização.

A análise estatística compõe o quinto capítulo. A fim de ilustrar, apresentamos tabelas com os números e as porcentagens dos dados.

Segue a conclusão, em que retomamos nossos objetivos e as respostas encontradas. Por último, encontram-se as referências bibliográficas utilizadas.

Metodologia

Dada a concepção de linguagem assumida neste trabalho, fez-se necessário a análise de dados não-construídos, ou seja, dados cuja realização caracteriza-se pelo uso dos falantes/escritores: coletamos 194 ocorrências de cláusulas subjetivas no jornal *Estado de Minas on line*, e 152 ocorrências no jornal *Tribuna de Minas on line*, entre os meses outubro de 2007 e janeiro de 2008. Dias em investigação de orações subjetivas, no projeto: *Gramaticalização de orações matrizes: predicados que expressam a atitude do falante*, encontrou diferenças nas construções em estudo, que dependem diretamente do tipo de modalidade e de avaliação. Encontrou ainda uma grande variação nas matrizes de textos de revistas disponíveis *on-line*.

Trata-se de uma análise sincrônica, através da qual detectamos os atuais usos das cláusulas subjetivas e suas matrizes¹. Foram recorrentes nos dados as cláusulas matrizes

¹ Durante o curso *Introdução à gramaticalização numa perspectiva funcionalista*, ministrado pela Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes (USP) e pela Profa. Dra. Mariângela Rios de Oliveira (UFF),

compostas por [verbo *ser* + adjetivo] e [verbo *ser* + substantivo], o que justifica nosso recorte dessas construções para análise. Os demais tipos de cláusulas matrizes catalogados pela Gramática Tradicional², como por exemplo, *parece que*, foram raros em nosso corpus. Encontramos apenas 12 ocorrências de orações subjetivas com *parece que* na posição de cláusula matriz, durante a análise do *corpus* para a coleta de dados. Por termos encontrado um número pequeno de ocorrências com *parece que* e por haver trabalhos ímpares que tratem desse assunto, nos detemos nas construções [verbo *ser* + predicativo].

Nesse trabalho, demonstraremos a aplicação de teorias pertinentes, como, a teoria da modalização, da avaliação, da gramaticalização e também da *harmonização*. Essa análise é feita para demonstrar o processo de gramaticalização, o qual pode estar em andamento nas cláusulas matrizes. Estas estão passando a adjuntos modalizadores e adjuntos avaliativos, ao perderem característica e função de oração matriz.

As matrizes apareceram constituídas majoritariamente pelo verbo *ser* no presente do indicativo, seguidas de um adjetivo, na maioria dos casos, ou, em menor ocorrência, de substantivos, indicando avaliação e modalidade.

A partir da indicação de modalidade e de avaliação, as orações matrizes apresentam comportamentos diferentes, que também são determinados pelas cláusulas encaixadas subjetivas. Estas se realizam na forma não-finita, presente do subjuntivo e presente do indicativo, conforme encontramos no corpus.

Utilizamos parte do programa estatístico Goldvarb a fim de quantificarmos os dados investigados. Vale ressaltar que tal programa foi utilizado apenas como recurso heurístico. Dessa forma, as ocorrências são analisadas qualitativamente, e para isso, subdivididas conforme seus valores – deôntico e epistêmico; avaliativo, e, por fim, são submetidas ao programa estatístico, que atua como ferramenta auxiliar nesse trabalho.

Corpus

realizado de 09 a 13 de março de 2009 durante o XIX Instituto de Lingüística da ABRALIN, na Universidade Federal da Paraíba, a Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes sugeriu que fosse também realizada análise diacrônica das orações em estudo nesse trabalho. Tal sugestão poderá ser colocada em prática em pesquisas futuras.

² Bechara distingue os tipos de orações subjetivas, da seguinte forma: verbo da oração matriz na 3ª pessoa do singular e em um dos seguintes casos listados por ele: (a) verbo na voz reflexiva de sentido passivo; (b) verbo na voz passiva (*ser, estar, ficar*) seguidos de participio; (c) Verbos *ser, estar, ficar* seguidos de substantivo ou adjetivo; (d) verbo do tipo *parece, consta, ocorre, corre, urge, importa, convém, dói, punge, acontece* (BECHARA, 2004: 484). Entre esses, interessa-nos para o presente trabalho as construções com verbo *ser* seguidos de substantivo ou adjetivo por terem sido as construções mais recorrentes. Alguns casos não configuram um número expressivo para análise, como, por exemplo, *parece que*, e outros não existiram, como, por exemplo, *urge que*.

Apresentamos nessa seção a descrição das informações dos jornais lidos para a organização de um banco de dados para esse trabalho. Indicamos quais foram os jornais utilizados e os dias em que foram coletados. Apresentamos, ainda, o número de palavras de cada jornal.

Utilizamos o jornal *Tribuna de Minas on line* dos seguintes dias: 21, 17 e 29 de outubro de 2007; 17, 25 e 29 de novembro de 2007; 02, 15, 16, 18, 19, 20, 25 e 27 de dezembro de 2007; 01, 03, 07, 08, 10, 11, 14, 15, 19 e 22 de janeiro de 2008, totalizando 167.847 palavras. Utilizamos também o jornal *Estado de Minas on line* dos seguintes dias: 17, 23, 24 e 25 de novembro de 2007; 15, 16, 18, 19, 20, 25, 26 e 27 de dezembro de 2007; 01, 02, 03, 07, 08, 10, 14, 15, 19 e 22 de janeiro de 2008, totalizando 396.468 palavras. O número de palavras dos jornais está diretamente relacionado ao número de reportagens publicadas pelos jornais.

Os dados foram coletados especificamente das seções Política, Economia, Esporte e Nacional do jornal *Estado de Minas on line*, e das seções Política, Economia, Esporte, Geral e Artigo de Opinião do jornal *Tribuna de Minas on line*. A diferença de seções utilizadas para coleta de dados refere-se às seções apresentadas pelos jornais. Cada jornal tem suas seções específicas.

Foram encontradas 194 ocorrências no jornal *Estado de Minas on line* e 152 no jornal *Tribuna de Minas on line*. Essas ocorrências foram submetidas ao programa estatístico Varbrul. É necessário destacar que o programa estatístico foi utilizado apenas com a finalidade de quantificar as ocorrências.

Os jornais foram analisados separadamente para contrastarmos os resultados. A análise final não deve indicar resultados que representem apenas o estilo lingüístico de um jornal, ou seja, é necessário que o corpus seja variado, a fim de apresentar os usos a partir de diferentes fontes.

Os dados foram divididos pelos seguintes critérios para a análise estatística: os valores avaliativo, modalidade epistêmica e deôntica foram analisados em relação (a) ao tempo do verbo da cláusula matriz (presente do indicativo; futuro do presente do indicativo; pretérito perfeito do indicativo; pretérito imperfeito do indicativo; futuro do pretérito do indicativo; presente do subjuntivo; infinitivo; sem verbo); (b) ao tempo do verbo da cláusula encaixada subjetiva (presente do indicativo; pretérito perfeito do indicativo; pretérito mais q perfeito do indicativo; futuro do presente do indicativo; futuro do pretérito do indicativo; presente do subjuntivo; pretérito imperfeito do subjuntivo; futuro do subjuntivo; infinitivo;

sem verbo); (c) à posição da cláusula matriz (à direita ou esquerda da encaixada), e, (d) à presença ou não de elemento polar negativo (*não*) na cláusula matriz.

As orações matrizes foram ainda submetidas a outra análise estatística, a qual visa cruzar as informações da matriz com a encaixada. Para isso, usamos o *Cross Tabulation*, que faz parte do pacote Goldvarb. Foram cruzados os tempos e modos verbais da matriz com os tempos e modos verbais da encaixada.

Para essa última análise quantitativa, dividimos também as orações matrizes de acordo com seus valores: deôntico e epistêmico e avaliativo. Os resultados indicam as porcentagens de cada valor semântico, expresso através do predicativo, presente na matriz. Dessa forma, é possível sabermos o tempo e modo verbais da matriz mais recorrente e o tempo e modo verbais da encaixada mais recorrente e, ainda, se esses tempos e modos verbais ocorrem concomitantemente.

I – MODALIDADE E AVALIAÇÃO

1.1- Tipos de Modalidade

A Modalidade é um dos temas tratados nesse trabalho, tendo em vista sua aplicabilidade nos dados analisados. Passaremos pelas principais discussões a respeito desse tema, a fim de clarear os pontos convergentes com os dados.

Kock em *As “orações” modalizadoras* (1984: 23) aborda o tema modalização, focalizando apenas as estruturas oracionais indicadoras de modalização. A autora objetiva examinar certas expressões modalizadoras de enunciados que, por apresentarem estrutura oracional, costumam ser analisadas como orações *matrizes* em relação a outras que funcionam como objeto direto oracional, objeto indireto oracional, complemento nominal oracional, predicativo oracional, sujeito oracional, entre outras. A ligação entre a oração dependente e a matriz caracteriza a dependente como oração *encaixada*.

Segundo Kock, são modalizadores os elementos lingüísticos ligados diretamente ao evento de produção do enunciado, funcionando como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso.

Exemplificando com expressões da língua em que se apresentam, sintaticamente, como orações, são destacadas as orações encaixadas subjetivas que têm como predicado expressões como *é certo (que), é evidente, é claro, é indubitável, é possível, é provável, é bom, é lamentável e é pena*. A autora retoma a gramática tradicional, classificando as primeiras orações dos enunciados como *principais* em relação às segundas, que são nomeadas *subordinadas*. Todavia, ressalta o fato de que o conteúdo proposicional propriamente dito encontra-se na segunda parte de cada enunciado – na oração encaixada, servindo a primeira parte – oração matriz - apenas para modalizar a segunda.

Na classificação de Koch, expressões que indicam certeza, como *É claro que, É evidente que*, apontam para o alto grau de engajamento do locutor com o conteúdo proposicional descrito e expressões no campo da possibilidade indicam o fraco grau de engajamento, permitindo que seu discurso seja questionado.

Encontramos, em nossos dados, tanto modalidade epistêmica indicadora de asseveração afirmativa, quanto indicadora de possibilidade e probabilidade. Encontramos, ainda, expressões que descrevem o estado psicológico do falante em relação ao conteúdo proposicional. Para Koch, são característicos dessas expressões adjetivos como *bom, lamentável, desejo, pena*, entre outros, os quais estão presentes na oração matriz.

Bybee et al. (1994: 176) também discutem as definições e os tipos de modalidade. Segundo os autores, modalidade (*modality*) é a expressão das atitudes e opiniões do falante, mas ressaltam que recentes estudos têm mostrado que a noção de modalidade vai além do que esta definição permite saber. Em relação a modo (*mood*), os autores afirmam que se trata da parte gramatical dessa expressão. Para entender modalidade, se propõem a fazer um estudo a partir de relações diacrônicas, discutindo o sentido gramatical no domínio da modalidade, objetivando estabelecer, também, os passos principais do desenvolvimento das noções de modo e modalidade.

Os autores discutem quatro tipos de modalidade, a saber: modalidade orientada para o agente (*agent-oriented*), orientada para o falante (*speaker-oriented*), epistêmica (*epistemic*) e subordinada (*subordinating*) e usam valores relacionados a elas, como obrigação, probabilidade e possibilidade e valores relacionados ao modo, como formas verbais - *imperative, hortative, conditional* e *subordinating*.

Entre esses valores, trabalharemos com a modalidade orientada para o agente, modalidade orientada para o falante, epistêmica, subordinada e suas noções semânticas específicas. Dessa forma, nos deteremos às discussões relacionadas a estes valores em relação à oração matriz. Em relação à oração encaixada trataremos dos tempos, modos e forma do verbo.

As noções semânticas específicas da modalidade orientada para o agente são definidas pelos autores como: (a) 'Obrigação' (*obligation*) que se expressa como 'obrigação forte' (*strong obligation*) e 'obrigação fraca' (*weak obligation*); (b) 'Necessidade' (*necessity*); (c) 'Habilidade' (*ability*) e (d) 'Desejo' (*desire*). Todos esses sentidos estão relacionados ao desejo do falante orientado para o agente e à completude da ação da oração encaixada.

As modalidades orientadas para o falante, ao contrário daquelas orientadas para o agente, não reportam existência de condições no agente, mas permitem o falante impor tais condições no endereçado. Os autores usam os seguintes termos nesse estudo: (a) *imperative*; (b) *prohibitive*; (c) *optative*; (d) *hortative* e (e) *permissive*.

Já a modalidade epistêmica diz respeito a asserções e indica o comprometimento do falante com a verdade da proposição. As expressões comuns da modalidade epistêmica são: (a) possibilidade, (b) probabilidade e (c) certeza inferida. 'Possibilidade' (*possibility*) indica que a proposição tem a possibilidade de ser verdadeira. 'Probabilidade' (*probability*) indica maior probabilidade de a proposição ser verdadeira do que possível. A 'verdade inferida'

(*inferred certainty*) implica que o falante tem boas razões para supor que a proposição é verdadeira, indicando um sentido mais acentuado de probabilidade.

Na modalidade subordinada, os autores discutem as formas que expressam a modalidade orientada para o falante e a modalidade epistêmica, que são sempre usadas para marcar os verbos em certos tipos de cláusulas *encaixadas*³. Assim, os autores discutem sobre as cláusulas complemento, as concessivas e as de finalidade e definem as cláusulas que contêm verbos finitos como objeto de estudo tendo em vista um objetivo: entender como formas verbais especiais tornam-se associadas com certos tipos de cláusulas encaixadas.

Em nossos dados, encontramos os valores de modalidade epistêmica relativa – *possibilidade e probabilidade*, e afirmativa – *asseveração*; os valores da modalidade orientada para o agente, *necessidade e obrigação*, e, um valor da modalidade orientada para o falante, *permissão*. Os valores *ability, desire, imperative, optative e hortative* não apareceram. Além desses valores, encontramos orações matrizes com valor avaliativo. Portanto, para as análises, dividimos as ocorrências da seguinte forma: orações matrizes indicadoras de modalidade deôntica, orações matrizes indicadoras de modalidade epistêmica e orações matrizes indicadoras de avaliação do tipo afetiva, apreciativa e de julgamento.

Givón (2001: 285) também divide os valores modais, abordando juntamente a definição de *realis/irrealis*.

Assim como afirmam Koch (1984) e Bybee et al. (1994), o autor destaca que a *modalidade* codifica a atitude do falante na proposição. Por atitude entendem-se tipos de julgamento feitos pelo falante em relação à informação proposicional, que pode ser de dois tipos: julgamento epistêmico, feito através da expressão de verdade, probabilidade, certeza, crença e evidência, e, julgamento avaliativo (deôntico)⁴, expresso através de preferências, intenções, habilidade, obrigação e manipulação. Esses dois tipos de modalidade não são mutuamente exclusivos, podendo se intersectar em algumas circunstâncias e admitem, ainda, gradação.

De acordo com a tradição lógica, existem quatro tipos de modalidade epistêmica: verdade necessária, verdade factual, verdade possível e a não-verdade. A lógica tradicional trata a modalidade como uma propriedade das proposições destacadas do seu contexto comunicativo, embora autores expoentes afirmem ser uma questão pragmática e não semântica. Uma interpretação comunicativo-pragmática dessas quatro modalidades - verdade

³ Vale ressaltar que assumimos a nomenclatura *encaixada* ao invés de *subordinada*, como o fazem os autores.

⁴ Givón (2001: 300) considera como atitude *avaliativa* a modalidade deôntica. Entretanto, assumimos aqui uma divisão entre modalidade e avaliação por motivos didáticos.

necessária, verdade factual, verdade possível e não-verdade, por outro lado, vê as modalidades em termos dos seus estados epistêmicos e dos objetivos comunicativos dos dois falantes na situação comunicativa. Dessa forma, a verdade necessária é vista como pressuposição, a factual, como asserção *realis*, a possível, como asserção *irrealis* e a não-verdade, como asserção negativa.

Neves (2006: 151) retrata os tipos de modalidade apresentadas por diferentes autores. Kiefer (1987 apud NEVES, 2006), tentando conciliar a Lógica e a Lingüística, apresentou três noções de modalidade, a saber: (a) expressão de possibilidade e de necessidade (alética; deôntica; epistêmica); (b) expressão de atitudes proposicionais (com verbos que expressam estado cognitivo, emocional ou volitivo + oração completiva) e (c) expressão de atitudes do falante (qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um estado de coisas).

As modalidades (a) e (b), expressão de possibilidade e de necessidade e expressão de atitudes proposicionais, respectivamente, encontram-se no *dictum* (representação de um processo ou estado), pois se referem às proposições. O terceiro tipo, (c), trata-se da modalidade *strictu sensu*, externa ao *dictum*.

As noções que estão na base das categorias modais são *necessidade* e *possibilidade*. Apesar de distintas, se relacionam formando as subcategorias modais: *alética*; *epistêmica*; *deôntica*; *bulomaica*; *disposicional*.

A modalidade *alética* ou *lógica* está exclusivamente relacionada com a verdade necessária. Reflete a escala lógica que vai do necessário, passando pelo possível e pelo contingente até o impossível. A modalidade *alética*, por estar relacionada com a verdade dos mundos possíveis, é dificilmente detectada nas línguas naturais. O conteúdo de uma proposição raramente será uma verdade não filtrada pelo falante, por isso não tem especial atenção nos estudos de ocorrências reais.

A *modalidade* e a *necessidade epistêmicas* estão relacionadas com o mundo como ele é, representado nas proposições compatíveis com esse mundo.

A modalidade *deôntica* está relacionada com obrigações e permissões, e, por isso, condicionada por traços lexicais ligados ao falante ([+controle]). Ao ouvinte cabe aceitar o valor de verdade do enunciado para executá-lo.

A modalidade *bulomaica* ou *volitiva* está ligada à necessidade ou à possibilidade, relacionadas ao desejo do falante. De acordo com Neves, trata-se também de uma necessidade deôntica.

A modalidade *disposicional*, ou *habilitativa*, refere-se à disposição, habilitação, capacitação. Segundo Neves, trata-se de uma possibilidade deôntica.

Outros autores citados por Neves fazem considerações que se assemelham ou divergem das propostas de Kiefer (1987), como Palmer (1986) e Goossens (1985), que consideram a modalidade disposicional como *dinâmica*; Perkins (1983), que estende essa lista; Klinge (1996), que apresenta a mesma divisão. Esses autores não serão aqui aprofundados, visto que nosso foco está na divisão proposta por Bybee et al. (1994), já apresentada.

Após uma explanação sobre as divisões das modalidades encontradas na literatura, Neves apresenta os tipos de relação modal e sua inserção no processo de produção do enunciado.

As quatro modalidades tradicionais que compõem o quadrado são a *epistêmica*, *dinâmica* (ou disposicional), *deôntica* e *alética*. Elas representam realces perceptivos da fronteira entre enunciação e enunciado, o que nos permite relacioná-las.

A relação existente entre os epistêmicos e os dinâmicos está no fato de aqueles constituírem pressupostos para estes: *alguém crê que alguém fará algo, porque está capacitado para isso*. A relação entre o deôntico e o alético é semelhante: a *necessidade lógica determina a lei moral*. Em outra direção, epistêmicos e deônticos afetam o mundo do dizer (crer e ordenar), enquanto os dinâmicos e os aléticos afetam o mundo do referente, do ser. A modalidade é periférica nas línguas naturais por relacionar-se com a verdade das proposições, o que é central na Lógica.

Ainda de acordo com Neves (2006), a modalidade é expressa por diferentes meios lingüísticos, a saber: (a) por um verbo, que se subdivide em auxiliares modais (*deve, pode*) e verbos de significação plena, indicadores de opinião, crença, saber (*acho*); (b) por um advérbio, podendo ter um modal para associar-se (*provavelmente, obrigatoriamente, talvez*); (c) por um adjetivo em posição predicativa; (d) por um substantivo e (e) pelas marcas de tempo, modo e aspecto dos verbos na predicação (*ficaria*).

Além desses elementos, marcas sintáticas também são usadas na modalização, como (a) a unipessoalização que minimiza a participação do falante, e, (b) expressões como *eu acho, eu acredito*, que também minimizam essa participação.

Uma outra marca muito importante e que sozinha ressalta a modalização é a prosódia. Esta é muitas vezes responsável pela modalização da nossa fala. Sant Pierre (1991 apud NEVES, 2006) distingue três classes de modalizadores e coloca, dentre eles, a prosódia: (a) marcadores prosódicos, que englobam a entonação e outros componentes ligados à voz; estes elementos podem alterar ou reforçar a força ilocucionária dos atos de fala; (b) marcadores

morfológicos e sintáticos – auxiliares modais, locuções de intensidade, forma impessoal, advérbios modais e colocação em relevo e (c) marcadores discursivos.

Entre as formas de marcar modalidade apresentadas na literatura e reunidas por Neves (2006), focamos, em nosso trabalho, os adjetivos e substantivos indicadores de modalidade e de avaliação, na oração matriz, e, a forma e o modo verbal da oração encaixada que se apresentou, predominantemente, no infinitivo, subjuntivo e indicativo.

Sweetser (1990b), Bybbe e Fleischman (1995), Silva-Corvalán (1995) e Klinge (1996) são apontados como estudiosos da polissemia de verbos modais, os quais não estão presentes em nossos dados, por isso, citamos apenas os autores abordados por Neves. Esses autores defendem que diante da polissemia dos verbos modais o contexto deve ser o “meio” utilizado para definir o sentido do modal.

Também são citados pela autora, Searle (1975), Brown e Levinson (1978), Récanati (1982) e Roulet (1993) que analisam os atos ilocutórios. Alguns consideram que no contexto lingüístico podemos minimizar a modulação das funções ilocutórias, tornando-as implícitas, como por exemplo, em pedidos, ofertas. Os trabalhos desses autores sobre polissemia dos verbos modais e atos ilocutórios não serão abordados devido à não aplicabilidade em nossos dados.

Nos enunciados com verbos modais, o primeiro fator decisivo de interpretação é o tempo. De acordo com Givón (1984), existe um complexo, presente nas línguas naturais, formado por tempo, aspecto e modalidade, no qual as categorias se implicam mutuamente, ficando o tempo no eixo central da relação. Sobre a base temporal, Givón equaciona as categorias de: (a) tempo, a qual envolve experiência temporal em uma seqüência, envolvendo noções de precedência e subseqüência; (b) aspecto, a qual configura os pontos iniciais, finais e mediais dos períodos de tempo e (c) modalidade, que abrange os sentidos de verdadeiro – existência factual em algum tempo real, e falso – não há existência em nenhum tempo real – ou possível - existência potencial em algum tempo ainda por vir.

Além de os tempos verbais apresentarem restrições, como o passado ser usado preferencialmente diante da modalidade epistêmica e o futuro relacionado a uma interpretação preferencialmente de raiz, a pessoa do verbo também tem suas restrições. A primeira pessoa favorece o uso de modais deônticos, apesar de favorecer o uso com verbos de opinião em primeira, e, a modalidade epistêmica se associa mais com os sujeitos de terceira pessoa.

Em nossos dados, na modalidade escrita, a encaixada ocorreu preferencialmente no infinitivo, quando não era introduzida pelo conector *que*, e pelo subjuntivo diante da

presença do conector, e, em menor porcentagem, no indicativo. Já o verbo da oração matriz ocorreu categoricamente na terceira pessoa, na maioria das vezes no presente do indicativo, o que indica que este uso pode estar se cristalizando, assim como ocorreu com as formas *diz que*, estudada por Galvão (2004: 163) e *parece que*, analisada por Gonçalves (2003: 01).

Na tentativa de explicar a ligação entre os modais epistêmicos e deônticos, Sweetser (1990b apud NEVES, 2006: 178) apresenta uma evidência histórica, sociolinguística e psicolinguística que justifica a afirmação de que o uso epistêmico dos modais é uma extensão de um significado mais básico de raiz ou que ambos são subconjuntos de um mesmo sentido mais geral super-ordenado: *historicamente, os modais ingleses se desenvolveram de significados não-modais (tais como força física: “ser forte”, “ser capaz”) para significados modais deônticos, e mais tarde se alargaram para leituras epistêmicas*. A explicação psicolinguística emerge do fato de as crianças adquirirem primeiro os significados deônticos antes dos epistêmicos. O raciocínio que se aplica é que o mundo externo é o parâmetro para a aplicação de conceitos no mundo interno (Ibid.: 192).

A conclusão que se pode retirar é que existe uma ligação entre os sentidos. Tal ligação tem como ponto de partida os modais de raiz que, por extensão, chegam ao domínio epistêmico. A separação entre o domínio deôntico e o epistêmico foi sugerida pela lógica, visto que não há para os significados deônticos um tratamento sistemático paralelo ao dado aos significados epistêmicos.

Tendo em vista a relação entre as formas de expressão e os significados modais, podemos concluir que os modalizadores são diversos nas formas, nos empregos e nos sentidos. Em nossos dados, foram encontradas modalizações *deôntica* e *epistêmica*, expressas por adjetivos (como, por exemplo, *necessário* e *possível*, respectivamente) e substantivos. Encontramos ainda matrizes com valor avaliativo do tipo apreciativo, afetivo e de julgamento, os quais veremos em seções posteriores.

Em relação às orações matrizes iniciadas pelo elemento negativo *não*, encontramos casos com o sentido de proibição: *É proibido*. É importante salientar que nas matrizes caracterizadas como negativas, o elemento negativo funcionou também como elemento modalizador. Sobre esse assunto, veremos posteriormente.

Já em relação às orações encaixadas, nosso foco recai sobre a forma e o modo verbal. Estas ocorreram na forma não-finita e nos modos subjuntivo ou indicativo, indicando também modalidade.

1.1.1- Modalidade Deôntica

A modalidade deôntica não apresenta na literatura estudada uma nomenclatura uniforme, mas sua definição encontra-se baseada na noção de ordem, comando, manipulação.

Bybee et al. (1994: 187) apresentam uma proposta de definição das noções semânticas específicas desta modalidade, nomeada *modalidade orientada para o agente*: ‘Obrigação’ (*obligation*) reporta a existência de condições sociais externas, as quais existem em favor de convencer um agente a completar a ação do predicado. A obrigação pode ser expressa como ‘obrigação forte’ (*strong obligation*) e ‘obrigação fraca’ (*weak obligation*); ‘Necessidade’ (*necessity*) reporta a existência de condições físicas, que atuam a fim de fazer um agente completar a ação do predicado; ‘Habilidade’ (*ability*) reporta a existência de condições internas no agente relacionadas à ação do predicado e ‘Desejo’ (*desire*) reporta a existência de condições de volição internas ao agente, também relacionadas à ação do predicado.

Segundo os autores, esses valores estão relacionados diacronicamente. Os sentidos semânticos mais específicos podem generalizar ao longo do tempo para expressar sentidos mais amplos, os quais são orientados para o agente. Tanto *desejo* quanto *obrigação* podem ser usados para expressar as intenções do agente, principalmente na primeira pessoa, como por exemplo, em inglês, *will* e *shall* são usados para expressar as intenções da primeira pessoa. *Desejo* também pode ser usado para expressar disposição para se fazer algo. *Habilidade* generaliza para *possibilidade*, que reporta tanto condições internas quanto externas, como condições físicas e sociais.

Na realização das definições, os autores apresentam os seguintes subtipos: (a) *imperative*, que é a forma usada para emitir um comando direto para uma segunda pessoa; (b) *prohibitive*, que se trata de um comando negativo; (c) *optative*, que é o desejo ou a esperança do falante, expressos na cláusula matriz; (d) *hortative*, que se trata da ação do falante em encorajar ou incitar alguém a agir e (e) *permission*, ato através do qual o falante concede permissão.

Encontramos em nossos dados a modalidade deôntica *prohibitive*, *hortative* e *permission*. Os demais casos não foram encontrados no tipo de oração selecionado para esse estudo.

Analisando as propriedades sintáticas e semânticas dos adjetivos, Neves (2000: 182) os classifica em indicadores de avaliação e de modalização, que pode ser modalização epistêmica e deôntica. Para a autora, aqueles que indicam modalidade deôntica exprimem uma necessidade obrigatória por parte do falante, manifestada por meio de expressões como

É necessário, É obrigatório, É imprescindível. Tais adjetivos foram encontrados abundantemente em nossos dados.

Em seu trabalho de (2006: 176), Neves aprofunda suas explicações sobre a obrigação imposta pelo falante através de modais. A obrigação é classificada em obrigação moral, ditada pela consciência, por isso, interna, e obrigação material ditada por imposição de circunstâncias, por isso, externa. A obrigação interna envolve o traço [+ controle] no que diz respeito ao predicado. Sua contraparte negativa resulta em uma proibição.

Diferentes verbos modais expressam a modalização deôntica. Esses verbos caracterizam-se por co-ocorrerem com advérbios modalizadores. Além disso, os modalizadores deônticos podem ocorrer na mesma camada que os epistêmicos, porém não têm o mesmo âmbito de incidência. Os epistêmicos podem afetar a expressão modal deôntica, mas o contrário não é possível, como por exemplo, em: *É possível que eu tenha de fazer uma viagem versus *É obrigatório que seja possível eu fazer uma viagem* (Ibid.).

Nossos dados apresentaram a expressão da ordem e da necessidade obrigatória através das expressões *É preciso, É necessário*, que se realizaram em maior ocorrência, e, em rara ocorrência *É proibido*. Observamos, nesses usos, a necessidade obrigatória de ocorrer o estado de coisas descrito na proposição, tendo em vista o acarretamento de conseqüências caso não seja realizado.

1.1.2- Modalidade Epistêmica

A modalidade epistêmica é tratada por diferentes autores como indicadora de certeza – asseverativo - ou de incerteza do fato ocorrido – possível.

Para Koch (1984), as expressões *é certo, é evidente, claro, indubitável, possível, provável, acho, penso, imagino, creio* são classificadas como indicadoras do grau de engajamento do locutor em relação ao conteúdo proposicional asseverado, criando também um dever de crer para o interlocutor. Dentre essas expressões, *possível, provável, acho, penso e imagino* apontam para um fraco comprometimento do falante com o conteúdo asseverado. O falante pode apresentar seu discurso como autoritário, como algo que não é passível de ser contestado com as expressões *é certo, é evidente, é claro*; pode ainda atribuir a informação a terceiros, retirando totalmente sua responsabilidade do que é dito, através de expressões como *fontes autorizadas afirmam, as autoridades financeiras afirmam*.

Apesar de trabalharmos principalmente com adjetivos e substantivos nas cláusulas matrizes das orações subjetivas, a divisão semântica dos advérbios proposta por Castilho & Castilho (1992: 216) enquadra-se em nossos dados e ajuda-nos a entendê-los melhor.

Segundo Castilho & Castilho (Ibid.), a sentença é formada pelo componente proposicional e pelo componente modal. O componente proposicional é moldado pela soma do sujeito com o predicado. Já o componente modal é constituído pelo julgamento do falante, quem qualifica o conteúdo da proposição. O julgamento pode ocorrer de duas formas: (i) na primeira, o falante apresenta o conteúdo de forma (a) assertiva, que pode ser negativa ou afirmativa; (b) interrogativa; (c) jussiva, que pode ser imperativa ou optativa; (ii) na segunda, o falante avalia o grau de verdade do conteúdo proposicional ou expressa seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.

As duas formas de julgamento descritas acima são: a primeira modalidade e a segunda modalização. Entretanto, os autores questionam o fato de *haver sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar certeza ou dúvida, etc.* (1992: 217). Dessa forma, tais autores tratam como sinônimas modalidade e modalização.

A modalização compreende recursos lingüísticos variados, entre eles estão a prosódia; os modos e tempos verbais; os verbos auxiliares como *dever, poder, querer*; verbos que constituem cláusulas parentéticas e matrizes como *achar, crer*; adjetivos, os quais podem agir sozinhos ou em expressões como *é possível que, é claro, é desejável*; advérbios como *possivelmente, exatamente*; sintagmas preposicionados com função adverbial como *na verdade, na realidade*. Dentre essas formas modais, os autores focam os advérbios.

De acordo com os autores, a modalização se divide em modalização epistêmica, modalização deôntica e modalização afetiva. Estes valores foram encontrados em nossos dados, indicados por adjetivos e, algumas vezes, por substantivos.

Através da modalização epistêmica o falante/escritor expressa as condições de verdade da proposição, avaliando-a. Os modalizadores epistêmicos podem ser de três subtipos: asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores (Ibid.: 222). Os asseverativos indicam que o conteúdo da proposição é considerado verdadeiro pelo escritor/falante, não deixando incertezas. Esses adjetivos/substantivos apontam alta adesão ao conteúdo proposicional, revelando, assim, uma ênfase. Entre os asseverativos listados pelo autor três foram encontrados em nossos dados, a saber, *claro, certo* e *lógico* nas expressões *É claro*

que, É certo que, É óbvio que. Tais expressões certificam que o conteúdo proposicional é incontestável.

Ao utilizar os modalizadores quase-asseverativos, o falante/escritor informa que o conteúdo da proposição é, como o próprio nome diz, quase certo, verdadeiro, permitindo, então, que haja uma fenda indicativa de hipótese, dúvida. Nesse caso, o falante/escritor teme em se comprometer com a afirmação e distancia-se da responsabilidade, utilizando modalizadores como *é provável que, é possível que.* Essas expressões foram encontradas em nossos dados, indicando baixo comprometimento do falante com a proposição.

Já os delimitadores revelam as fronteiras dentro das quais o conteúdo proposicional é expresso. Segundo o autor, esses modalizadores têm forte força ilocucionária em relação aos dois outros subtipos modais, visto que implicam um entendimento entre os interlocutores, que pode ser negociado. Para exemplificar alguns itens e expressões encontrados pelo autor, listamos: *quase, um tipo de, uma espécie de,* etc. Esse subtipo modal não foi encontrado em nossos dados, funcionando isoladamente, mas, encontramos o modalizador *quase* delimitando o sentido de um adjetivo, os quais, juntos, avaliam ou modalizam a proposição da cláusula subjetiva.

Em uma definição semelhante, Bybee et al. (1994: 195) também afirmam que a modalidade epistêmica está diretamente relacionada ao comprometimento do falante com a verdade da proposição. Para os autores, as expressões comuns da modalidade epistêmica são possibilidade, probabilidade e certeza inferida.

Neves (2000: 181) foca os adjetivos em sua função de modalizar, classificando-os como indicadores de modalização e de avaliação. Segundo a autora, os adjetivos atribuem propriedade qualificando ou subcategorizando. Podem ainda participar de uma oração subjetiva ou ser um predicativo desta oração. Esta função também se estende aos substantivos que podem funcionar como se fossem um adjetivo, classificando ou qualificando. Isto ocorre, especialmente, em função predicativa.

De acordo com suas características, os adjetivos qualificadores são graduáveis e intensificáveis. Além disso, expressam diferentes valores semânticos como de modalização e de avaliação. Os de modalização se subdividem nos valores de modalização epistêmica e deôntica. Os adjetivos que indicam modalização epistêmica exprimem conhecimento ou opinião do falante através de certeza, asseveração, como em *É óbvio, É Claro, É evidente,* ou exprimem uma eventualidade, através de expressões como *É possível, É impossível, É provável* (Ibid.: 181).

A indicação de modalidade epistêmica, em nossos dados, se deu preferencialmente através dos adjetivos, indicadores de asseveração e de eventualidade, listados por Neves e reproduzidos acima.

Em outro trabalho, Neves (2006) apresenta um *continuum* da modalidade, situando a avaliação epistêmica, a qual se estende, a partir do absolutamente certo, pelos graus do possível:

- (I) absolutamente certo > indiscutivelmente possível > bem possível > possível > seria possível > pouco possível > seria pouco possível > muito pouco possível > seria muito pouco possível > quase impossível > seria quase impossível (NEVES: 172)

O *absolutamente certo* é o extremo da certeza, dita pelo enunciador como verdadeiro seu conteúdo. Trata-se, então, de uma asseveração que pode ser uma afirmação ou negação.

Independentemente de o enunciado situar-se ou não no eixo dos participantes do evento, o jogo da modalização epistêmica manifesta precisão, no extremo da certeza (*mais exatamente, realmente, etc.*) e imprecisão, no campo da não-certeza (*praticamente, será, certamente, etc.*) O falante, ao considerar a fonte do conhecimento, apóia a certeza na evidência e a não-certeza, a imprecisão, na aparência. A absolutização é garantida pelo conhecimento e a relativização justificada pelo não-conhecimento ou desconhecimento.

O corpus em análise apresentou dados cujo conhecimento por parte do escritor estava garantido, usando, portanto, expressões como *É certo que*, e dados cuja relativização foi manifestada através de expressões como *É possível que*, *É provável que*. Apareceram ainda expressões como *não é possível que*, apontando para o extremo da certeza negada. É importante destacar que os dados com sentido relativo ocorreram com maior frequência.

1.2- Avaliação

Após passarmos pela literatura referente à modalização, buscamos em Labov (1972), Koch (1984), Neves (2000), Givón (2001), White (2003), Myers (2006) e Vieira (2007) a teoria necessária para entendermos o sentido de avaliação e as palavras consideradas avaliativas da língua em estudo.

A avaliação, segundo Labov (1972), é um dos elementos estruturais da narrativa e tem por finalidade informar sobre a carga dramática ou o clima emocional da situação, eventos e protagonistas. O autor desenvolveu o conceito de avaliação ao estudar a fala de afro-americanos em New York, tentando identificar o modo como pré-adolescentes, adolescentes e adultos faziam do uso de habilidades verbais para avaliar suas próprias

experiências. Ao analisar as narrativas gravadas, identificou um importante elemento do discurso que denominou avaliação da narrativa. Nesse estudo, Labov desenvolveu um modelo para representar os elementos estruturais da narrativa, a saber: resumo, orientação, ação complicadora, avaliação, resolução e coda. A avaliação é o meio pelo qual o autor indica porque a história é contável.

Para Labov, qualquer elemento que reflita a perspectiva do narrador e a interpretação subjetiva dos eventos narrados pode ser considerado como um elemento avaliativo do texto. O autor divide a avaliação em externa, que ocorre quando o narrador interrompe a narração e explicita o ponto de vista da narrativa e em encaixada, que ocorre quando o narrador encaixa-a na narração, ou seja, trata-se do discurso direto.

Na avaliação encaixada, o narrador faz usos de recursos avaliativos para indicar o encaixamento da narrativa, a saber: (i) a ação avaliativa, em que o autor descreve o que as pessoas fizeram através do que disseram e (ii) elementos avaliativos, que são recursos como (a) intensificadores, tais como repetições, quantificadores; (b) comparadores, como os comparativos dos futuros, dos modais e do imperativo; (c) os correlativos, como os progressivos, os apostos e os adjetivos duplos e (d) os explicativos que trazem complicações que têm função avaliativa.

Em Kock (1984), a avaliação é analisada apenas em certas expressões e vista como indicadora do estado psicológico do locutor diante dos fatos veiculados. Tais expressões são: *é bom que, é lamentável, é pena, desejo que*. Algumas dessas expressões podem ser substituídas por advérbios ou locuções atitudinais como *felizmente, lamentavelmente* e outras podem ser omitidas.

Foram recorrentes, em nossos dados, expressões que indicam o estado psicológico, emocional do falante, através de adjetivos e substantivos que avaliam o conteúdo da proposição encaixada subjetiva: *É bom que, É mais fácil, É horrível*, entre outras.

Percorrendo o mesmo caminho, Neves (2000: 183) classifica os adjetivos indicadores de avaliação. De acordo com a autora, no campo semântico da avaliação, os adjetivos indicam avaliação psicológica e avaliação de propriedades intensionais. Na avaliação psicológica exprimem propriedades que definem o substantivo, apresentando direções em relação ao falante e à coisa que se nomeia: podem ser na direção da coisa nomeada para o falante, e, na direção do falante para a coisa nomeada. A autora exemplifica, usando termos como *decepcionante* para avaliar o tom com o qual alguém fala, e, *sincera* para indicar a qualidade de alguém diante de uma situação, por exemplo. Já na avaliação de propriedades

intensionais, os adjetivos exprimem propriedades que descrevem o substantivo em termos de qualidade, de quantidade, de autenticação e de relativização (Ibid.: 189).

Encontramos também em Givón (2001: 83) uma classificação de adjetivos como avaliativos. O autor os divide entre: (a) os mais prototípicos, que são inerentes ao código - são os adjetivos concretos, que indicam qualidades das entidades e (b) os menos prototípicos, que codificam temporariamente os estados concretos.

Os prototípicos são os adjetivos que indicam tamanho, cor, qualidade, forma, gosto e tato. Aqueles que indicam tamanho têm geralmente um antônimo e denotam várias dimensões espaciais como tamanho geral, extensão horizontal e vertical, espessura, elevação vertical e comprometimento; aqueles que indicam cor podem indicar também o brilho; os que indicam qualidade são subdivididos em altura, tom absoluto e relativo, harmonia e melodia; os indicadores de forma indicam as três dimensões; os do gosto indicam vários tipos de sabores, e, por fim, os adjetivos indicativos do tato indicam as dimensões táteis como textura, resistência e formato de pontas.

Já os menos prototípicos sinalizam tanto propriedades menos concretas quanto estados transitórios. Subdividem-se em avaliativos, estados transitórios e estados de vida. Os adjetivos avaliativos, os quais nos interessam, sinalizam julgamento subjetivo relacionado com dimensões físicas e sociais, conectados a traços inerentes ou estados temporários. Para ilustrar, o autor apresenta antônimos como *bom/ruim*; *bonito/feio*; *legal/péssimo*; etc.

Os adjetivos que indicam estados transitórios sinalizam estados externos, internos, sociais ou mentais. Por isso, são divididos em estado mental interno, atividade externa, condições externas, velocidade de movimento e temperatura. Por último, aqueles que descrevem os estados dos seres vivos sinalizam a idade, a relação com a vida, com a saúde, e a relação com os negócios.

De acordo com Givón, os adjetivos tendem a aparecer em dois contextos principais: como predicados em cláusulas cópula⁵ e como modificadores nos sintagmas nominais⁶. Podem aparecer também em posições requerendo complementos verbais na língua inglesa, como no exemplo fornecido pelo autor: *It was hard to forget her*, em que o pronome *It* está na posição de sujeito e na função de sujeito (Ibid.: 85). Como correspondente na língua portuguesa, temos *Foi difícil esquecê-la*⁷. Porém, em português não se trata de complemento e sim oração matriz e sujeito oracional, o que caracteriza nosso objeto de estudo.

⁵ O autor exemplifica com a seguinte sentença do inglês: *Mary is tall* (GIVÓN, 2001: 84).

⁶ O autor exemplifica com a seguinte sentença do inglês: *The tall woman* (GIVÓN, 2001: 84).

⁷ Tradução nossa.

Em termos morfológicos, os adjetivos apresentam marcas superlativas e comparativas. Podem também concordar com várias características do nome ou do sintagma nominal, como feminino, masculino e neutro em latim. Por fim, alguns adjetivos são derivados da forma verbal ou nomes, mantendo em seu núcleo parte do sentido original e outros podem ainda derivar formas negativas como o par *possível/impossível* (Ibid.: 87).

Os adjetivos avaliativos apresentados por Givón (2001) ocorreram, em abundância, nas orações matrizes das orações encaixadas subjetivas que compõem nosso *corpus*. Muitas ocorrências com os adjetivos *bom*, *fundamental*, *fácil*, entre outros ocorreram em grande parte dos dados, indicando o estado psicológico do falante/escritor, ou seja, avaliando o conteúdo da cláusula encaixada.

Em White (2003: 01) encontramos uma proposta tipológica para avaliação, a qual foi aplicada em nossos dados. O autor, enfatizando apenas o valor semântico, divide a avaliação em subtipos – *Atitude*, *Comprometimento* e *Gradação* – e em três subsistemas - *Atitude*, *Afeto* e *Julgamento*. Foram utilizados, em nossos dados, apenas o subtipo *Gradação*, sobre o qual discursaremos, e os três subsistemas mencionados, nos quais nos deteremos.

Na teoria *Appraisal*, White (2003) preocupa-se com os recursos lingüísticos através dos quais o falante se expressa, negocia e naturaliza a subjetividade e suas posições ideológicas. Dentro desse amplo escopo, White preocupa-se mais especificamente com a linguagem da avaliação, atitude e emoção, e com uma rede de recursos que, explicitadamente, marcam a proposição do texto e proposições interpessoais. Nesse sentido, a teoria está relacionada com os significados que mostram o compromisso do falante com suas elocuições, expressos em três subtipos, a saber: *Atitude*, *Comprometimento* e *Gradação*.

A *Atitude* expressa valores através dos quais os falantes passam julgamentos e associam respostas emocionais/afetivas com os participantes e os processos descritos. Para ilustrar, apresentamos um exemplo usado pelo autor: *Well, I've been listening to the two guys who are heroes [value judgement] and I admire [affect] them both* (WHITE, 2003: 02).

O *Comprometimento* é expresso por recursos que mostram o posicionamento do falante/autor em relação às várias proposições e propostas emitidas pelo texto, através de significados pelos quais os falantes tanto reconhecem ou ignoram a diversidade de pontos de vista, colocando-se em risco por intermédio de suas participações, negociando um espaço interpessoal dentro dessa diversidade. Para ilustrar, o advérbio *talvez* é classificado como um modal que indica probabilidade, imprimindo menor comprometimento do falante em relação à proposição (Ibid.: 02).

A *Gradação*, a qual nos interessa, está relacionada com valores que agem para fornecer escala, tanto em termos de força interpessoal, através da qual o falante anexa uma elocução, ou em termos de precisão ou obscuridade do foco, com o qual o item emite um determinado valor. Essas duas dimensões são chamadas pelo autor de *Força*, que é uma variável da escala de intensidade, e, *Foco*, que diz respeito aos limites nítidos e indistintos das categorias. Essas dimensões foram encontradas em nossos dados, na cláusula matriz, o que justifica nossa ênfase em seus significados.

Força inclui valores que são intensificadores, enfatizadores, incentivadores, etc. Segundo o autor, talvez sejam os advérbios intensificadores o melhor modo de expressão dessa categoria, como por exemplo, *ligeiramente, um pouco, um tanto, bastante, completamente, realmente, muito, etc.* (Ibid.: 25). Há ainda aqueles que se aplicam na expressão de quantidade, extensão e aproximam tempo e espaço, como os pares: *pequeno versus grande, pouco versus muito, perto versus longe, etc.*

Foco abrange os sentidos que são tipicamente analisados como *limitadores* e como indicadores de *imprecisão*. O autor lista alguns desses valores: *he kind'y admitted it; he effectively admitted it, he as good as admitted, etc.* Nesses exemplos, o valor opera para indicar que o item sublinhado tem status marginal na categoria ou que seu valor tem limites imprecisos. White lista também os valores cuja função é afinar o foco, como *true friend, pure folly, he drank his friend under the table, literally, a clean break, etc.* (Ibid.: 25).

O autor esclarece ainda que a escala de *foco* é mais problemática do que a de *força*. Na escala de *força* os graus funcionam no contexto de categorias graduáveis, i.e., admitem graus de alguns sentidos centrais. Ao contrário, a escala de *foco* opera em contextos que não são graduáveis neste sentido, ou que o objetivo comunicativo não é graduar. *Foco* pode ser visto como um domínio de aplicações de escalas de intensidade para categorias não graduáveis. Dessa forma, o aumento ou a diminuição de um sentido ocorre através de um processo de estreitamento ou amplificação dos termos, pelo qual os membros da categoria são determinados.

Além dos subtipos, o autor propõe três subsistemas, ou seja, três tópicos semânticos com os quais a teoria *Appraisal* lida: *Atitude, Afeto e Julgamento*. Junto a eles apresenta as ferramentas necessárias para sua identificação. Deter-nos-emos nesses subsistemas, já que todos puderam ser identificados na oração matriz das encaixadas subjetivas analisadas.

Atitude inclui significados através dos quais os autores/falantes emitem um valor intersubjetivo ou uma avaliação para participantes e para processos por referência tanto a respostas emocionais quanto para sistemas culturalmente determinados. *Atitude* se subdivide

em três subsistemas: (i) *afeto*, que se refere à emoção, ao sentimento, ao estado psicológico daquele que fala; (ii) *juízo*, que se refere a normas sociais e morais; (iii) *apreciação*, que se refere a princípios estéticos e sistemas de valor social. Estes três subsistemas foram aplicados em nossos dados cujas matrizes expressam avaliação.

Afeto está relacionado com respostas emocionais, sendo tipicamente realizado através de reações de processos mentais e através de relações atributivas de afeto. Segundo o autor, eles podem se realizar como nomes – *fear*, por exemplo - e, ainda, se realizar como categorias positivas ou negativas, como *amor versus ódio, estar agradado versus irritado*, etc. Cada significado está alojado em uma escala de força, que vai do grau mais baixo para o mais alto, como por exemplo, *gostar, amar, adorar e preocupado, assustado, aterrorizado* (Ibid.).

O autor ilustra com algumas expressões que exemplificam os processos mentais indicando *afeto*, como: *This pleases me, I hate chocolate etc*, e as relações atributivas de afeto: *I'm sad, I'm happy, he's frightened of spiders etc*. Tais valores fornecem os recursos através dos quais o falante pode indicar como um fenômeno o afetou emocionalmente.

Juízo contém sentidos que servem para avaliar o comportamento humano positivamente ou negativamente em referência a normas institucionalizadas. *Juízo* está envolvido quando o falante emite uma avaliação sobre alguns participantes humanos com relação às ações e disposições desses participantes. As regras sociais são como regulamentos, definindo expectativas sociais e sistemas de valores. Dessa forma, sobre um *Juízo* os participantes acessam um comportamento que pode ser visto, segundo White, como moral ou imoral, legal ou ilegal, como socialmente aceitável ou não aceitável, normal ou anormal, etc. Os valores de *Juízo* definidos pelo autor estão transcritos a seguir, com suas respectivas classes:

1. adverbials – justly, fairly, virtuously, honestly, pluckily, indefatigably, cleverly, stupidly, eccentrically;
 2. attributes and epithets – a corrupt politician, that was dishonest, don't be cruel, she's very brave, he's indefatigable, a skilful performer, truly eccentric behaviour;
 3. nominals – a brutal tyrant, a cheat and a liar, a hero, a genius, a maverick;
 4. verbs – to cheat, to deceive, to sin, to lust after, to chicken out, to triumph.
- (WHITE, 2003: 26)

Assim como os valores de *Afeto*, *Julgamento* também apresenta status positivo ou negativo: *virtuoso versus imoral*, *honesto versus falso*, *esperto versus estúpido*, etc. Estes também são localizados em uma escala de força e intensidade, que varia entre valores mais baixos a mais altos, como *OK > skilled > brilliant* (Ibid.).

O autor ressalta, entretanto, que o *Julgamento* é determinado por valores sociais e culturais, o que não torna possível a mesma categorização para diferentes contextos culturais. Seu estudo foi baseado na classe média de Ingleses que vivem no Oeste do país.

White divide o apreço social em três subcategorias: (a) *normalidade*, que indica o quanto comum é determinado ser humano e seu comportamento; (b) *capacidade*, que indica a capacidade de alguém e (c) *tenacidade*, que indica a disposição emocional de alguém ou sua intencionalidade.

O autor descreve ainda duas maneiras de o *Julgamento* ser expresso. Uma diz respeito ao fato de estar explícito, denominado *inscribed*. E a outra, nomeada *token*, refere-se ao fato de o *Julgamento* poder estar implícito no texto. Ao estar explícito no texto, o julgamento é expresso por um item lexical que carrega o valor do julgamento, como, *corruptamente*, *preguiçosamente*, *habilidosamente*, etc. Porém, é possível que o julgamento seja evocado, denominado pelo autor como *tokens of judgements*. O *julgamento* é desencadeado por significados neutros e ideais que têm a capacidade de evocar, na cultura, respostas de *julgamento* que dependem do posicionamento social, cultural e ideológico do ouvinte/leitor. Para exemplificar, o autor explica que um falante pode acusar o governo de *incompetence* ou, alternativamente, evocar o mesmo valor através de um *token* como *the government did not lay the foundations for long term growth*. Apesar de não haver julgamento explícito nessa afirmação, ela tem um potencial de evocar avaliações nos leitores/ouvintes que dividem a mesma visão sobre o governo. Tais *tokens* assumem, portanto, normas sociais partilhadas (Ibid.: 12).

Myers (2006: 01), focando também valores semânticos, apresenta os conceitos de modalidade e de avaliação. De acordo com o autor, a modalidade e a avaliação podem aparecer mutuamente em uma mesma sentença, mas prevalecem em um texto de acordo com o gênero, visto que estão ligadas ao ponto de vista do falante/escritor e ao estilo.

Modalidade, segundo o autor, é o sentido de necessidade ou probabilidade em uma declaração. Ela é indicada por verbos auxiliares modais, adjetivos modais, advérbios, substantivos e locuções em primeira pessoa como *Eu penso que*.

Partindo da análise dos verbos auxiliares modais do Inglês, o autor mostra o comportamento diferenciado desses verbos auxiliares, como, a ausência de flexão, a presença de formas passadas com outro sentido, a possibilidade de serem seguidos pelo infinitivo, de formarem contrações e de inverterem a ordem nas perguntas. O autor lista os verbos auxiliares modais, e para ilustrar, apresentamos *will – would; can – could* (MYERS, 2006: 02). Além dos modais auxiliares, lista advérbios como, *talvez, certamente*; adjetivos como, *certo, necessário, provável*; e, substantivos como *necessidade, probabilidade*, indicadores de modalização (Ibid.: 03).

Segundo Myers, alguns estudiosos dividem a modalidade em epistêmica e deôntica. A modalidade epistêmica indica a probabilidade de algo ocorrer ou a incerteza do falante. Já a modalidade deôntica, indica obrigação ou necessidade. Para alguns autores, existe uma terceira categoria que indica a frequência com que ações acontecem.

É importante ressaltar que para Myers a modalidade vai além de classes de palavras, como, advérbios, adjetivos, substantivos, auxiliares modais e além da expressão em primeira pessoa e, por isso, faz parte de uma categoria maior a qual indica a subjetividade de alguém ou a aparência de algo em vários tipos de atribuições.

Apesar de fazer tais afirmações, o autor não demonstra o contexto maior ao qual ele se referiu e passa a apresentar o conceito de avaliação.

O autor afirma seu interesse na área dizendo que até as conjunções podem ser avaliativas. Para tanto, busca duas abordagens principais para lidar com tal complexidade. Em Martin (apud HUSTON e THOMPSON, 1999), o autor encontra a teoria *Appraisal*, apresentada em um complexo esquema que representa a relação entre as avaliações. De acordo com o esquema apresentado, *afeto* é o tipo de avaliação central, a qual liga o sistema. Indica respostas emocionais. *Afeto* faz uma interseção com *Apreciação*, que diz respeito a valores e à estética. Por fim, é apresentado *Julgamento*, com o qual *Afeto* e *Apreciação* fazem interseção. *Julgamento* está relacionado com a ética e com a moralidade. Esses valores, *afeto, apreciação e julgamento* são também valores estudados por White (2003), cuja teoria foi apresentada anteriormente.

Aprofundando-se na definição de avaliação, Vieira (2007) apresenta os principais pressupostos teóricos, desenhando o cenário no qual se inscrevem os estudos sobre a argumentação, discutindo o status objetivo e subjetivo desde os postulados de Aristóteles. A autora mostra como as opiniões podem ser objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. A partir disso, apresenta os diferentes enfoques através dos quais são tratados os temas subjetividade e avaliação. Deter-nos-emos apenas nas teorias relacionadas à avaliação.

Em várias áreas, *opinião* tem sido considerada como um mecanismo cognitivo que influencia o comportamento. Essa idéia advinda da cognição também se aplica na análise sociolinguística, que considera opiniões como objetos subjetivos e mentais, expressas através de estruturas lingüísticas. Opinião pode ser considerada também como uma questão de disputa a ser resolvida na argumentação.

A autora mostra a relação entre argumentação e avaliação. A argumentação é um “lugar” para avaliações serem construídas. Para comprovar, cita autores como Shiffrin (1990), quem distingue argumentações mais objetivas de opiniões subjetivas.

Também estudos sócio-construcionistas, como de Shi-xu (2000), utilizado por Vieira, sugerem que a opinião pode ser sustentada por uma representação objetiva, que é interpretada como uma posição para os fatos. Esse discurso objetivo frequentemente será avaliativo e pode ser visto como *discurso atitudinal*, isto é, reflete o julgamento moral de alguém. Quando os fatos da realidade social são usados para sustentar opiniões, os significados subjetivo e objetivo se tornam fundidos.

Tais perspectivas não caracterizam nossos dados, dessa forma, não nos deteremos a esse aspecto argumentativo da avaliação.

De acordo com Vieira, alguns estudos concernentes à subjetividade, embora sejam muitas as vertentes, compartilham a noção de que a argumentação está ligada à palavra opinião e esta se encontra intrinsecamente ligada à subjetividade e à avaliação, seja expressando atitudes, sentimentos, seja expressando ponto de vista sobre coisas, eventos e/ou comportamentos humanos.

Vieira cita outros autores que investigam a avaliação sob diferentes perspectivas. Alguns autores mostram que os participantes de uma interação podem exibir avaliações através de fenômenos não-segmentais, tais como a entonação, os alongamentos, as ênfases ou as sobreposições nos trechos em que há avaliação (Goodwin (1987, 2003)). Outros consideram que há palavras avaliativas como adjetivos, advérbios, substantivos e verbos, e ainda, *hedges*, enfáticos e modais indicadores de possibilidade (Biber e Finegam (1989). Para Hunston e Thompson (1999), tais itens avaliativos funcionam como *marcadores de posição* (Biber e Finegam (1989)), mas, sozinhos, não permitem identificar a força avaliativa do enunciado, sendo necessário haver um *background* para favorecer a interpretação.

Assim como Biber e Finegam (1989), os quais relacionam avaliação à modalidade, Vieira cita Fairclough (2003), quem apresenta quatro sinais de avaliação, dentre os quais um se refere ao nível modal do discurso: (a) declarações avaliativas; (b) declarações com modalidade deôntica; (c) declarações com processos verbais mentais e afetivos; (d)

assunções avaliativas, cuja avaliação é inferida a partir de valores partilhados entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

Vieira ressalta ainda que avaliação tem sido estudada no âmbito da sintaxe funcionalista, através dos trabalhos de Nogueira (1999 apud VIEIRA, 2007), para quem a avaliação tem uma função textual-discursiva em textos do português contemporâneo escrito.

Na mesma linha, a partir do modelo *Appraisal* de White (2003), Dias (2006) demonstra que as *pequenas cláusulas*, nos dados por ela investigados, são a unidade matriz que expressa, geralmente, uma avaliação atitudinal com função de apreciação, apresentando-se formalmente como uma oração constituída de predicado nominal ou de um substantivo que denota uma avaliação do locutor. A autora mostra dois tipos de unidades apositivas imediatamente subseqüentes às *pequenas cláusulas*: uma poderá constituir-se de uma continuação da avaliação projetada na unidade base, ou seja, predicados nominais e adjetivos denotadores de emoção; a outra poderá constituir-se de uma série de argumentos que servem para convencer o interlocutor a participar da avaliação explicitada pelo locutor na *pequena cláusula*.

Em nosso estudo, focamos principalmente as definições e os subtipos semânticos definidos por White (2003). Através desta proposta, dividimos nossos dados em indicadores de avaliação afetiva, avaliação apreciativa e avaliação do tipo julgamento. Além disso, observamos a ocorrência das dimensões força e foco na cláusula matriz. Tais recortes foram feitos devido ao fato de as ocorrências, encontradas em nosso *corpus*, convergirem com a proposta desse autor.

1.3 - Teoria da Harmonização

Uma característica importante das orações matrizes analisadas no presente trabalho é sua ocorrência predominantemente com o verbo *ser* no tempo presente do modo indicativo. Essa característica colocaria a oração matriz como indicadora de *asserções reais*, porém a presença do adjetivo/substantivo modalizador ou avaliativo interfere nessa expressão.⁸ Além disso, a oração encaixada tem seu verbo predominantemente na forma não-finita, e em segundo lugar, no modo subjuntivo – ação ainda não realizada e *asserção irrealis*,

⁸ É importante destacar que não estamos considerando as propostas teóricas de Travaglia (2003) para o verbo *ser*.

respectivamente.⁹ A expressão do modo do verbo da oração matriz é influenciada pela presença do modalizador ou do avaliativo, que compõem o predicativo, e pelo modo/forma em que a encaixada subjetiva se realiza. Trata-se da *Harmonização*. Sobre esse assunto nos detemos nas teorias de Bybee et al. (1994), Givón (2001) e Neves (2006), os quais se aproximam em suas explicações.

Bybee et al. (1994: 214) discutem a relação do subjuntivo com as cláusulas de complemento, que são aquelas que funcionam sintaticamente como se fossem o objeto ou o sujeito do verbo da oração matriz. A hipótese dos autores é que o surgimento de um modal em uma cláusula complemento é originalmente motivado por certa harmonia entre o significado do modal e o significado do verbo principal. Como evidência para essa hipótese, os autores discutem a evolução de *should* no modo subjuntivo em Inglês Britânico e apresentam ainda uma correspondência entre os usos da cláusula matriz e sua distribuição na cláusula complemento em outras línguas.

Segundo os autores, o termo *modally harmonic* é alvo de discussão entre os estudiosos. Lyons (1977: 736) usa o termo para situações nas quais um verbo modal e um advérbio expressam o mesmo grau de modalidade. Coates (1983 apud BYBEE et al., 1994) expande esse uso incluindo todos os casos de modais e outra palavra ou frase que expressa o mesmo grau de modalidade. O ponto que chama atenção na harmonização é que dois elementos parecem estar em acordo, mais do que se dobrássemos o efeito modal, como em *He may possible come* que tem o mesmo grau que *He may come*, ou preparássemos uma situação na qual um elemento modal está dentro do escopo do outro. Nesse sentido, Coates fala sobre o uso de *should* em cláusulas complemento e mostra que existe uma variedade de ambientes nos quais *should* é usado para expressar obrigação fraca e para expressar modo subjuntivo.

Coates também identifica em seus dados casos nos quais *should*, em cláusulas subordinadas, não tem o sentido explícito de obrigação fraca, sendo então descrito semanticamente como vazio. Porém, nesse contexto o predicado matriz apresenta afinidade semântica com *should*. Dessa forma, o autor define os adjetivos, verbos e substantivos que apresentam harmonização com *should* em sentido de obrigação fraca e aqueles que não se harmonizam com esse sentido. Bybee et al. estendem essa lista. Segundo os autores, metade dos dados analisados mostra que predicados com *should* têm significados harmonizados com o sentido de obrigação fraca ou destino.

⁹ Aplicamos as definições de Givón (2001) sobre *asserções realis/irrealis*, presentes, nesse trabalho, nas páginas 17 e 18.

Após essa análise, os autores descrevem os estágios diacrônicos pelos quais *should* se desenvolveu como um indicador do subjuntivo. No estágio 1 (um), *should* é usado em contextos nos quais pode expressar obrigação fraca porque está harmonizado com o predicado matriz. Uma vez que está harmonizado, não apresenta nenhum outro sentido à proposição, podendo ser, então, estendido para outros ambientes em que não apresenta sentido. Já no estágio 2 (dois), *should* é usado com predicados harmonizados, mas não contribui para o significado da sentença. A cláusula matriz apresenta os adjetivos que são chamados pelos autores de *quasi-subjunctive*. O significado de *should* é compatível com o significado desses adjetivos, mas não soma nenhum sentido a eles. No estágio 3 (três), *should* caracteriza-se por ser concomitante com o subjuntivo e não mais expressar obrigação fraca. Além de não estar harmonizado com o sentido de obrigação fraca, apresenta sentido contrário ao original. Esses são os sentidos de predicados avaliativos e factivos. Nesse estágio, predicados de atitude mental, como *think* e *expect*, são usados com *should* em seus complementos.

Feita a descrição dos estágios, os autores tentam encontrar no Inglês antigo uma explicação que sustente a hipótese de que o uso subjuntivo de *should* desenvolveu-se de contextos harmônicos. Os autores concluem que em termos sincrônicos é difícil de determinar quando *should* tem sentido em uma cláusula complemento ou não. Em termos diacrônicos, *should* retém seu sentido mais antigo em certos contextos enquanto expressa um sentido mais geral em outros.

Dessa forma, buscam em Palmer (1986) reflexões sobre o uso do subjuntivo. Segundo Palmer o subjuntivo reflete o modo de uma cláusula independente, especialmente de uma cláusula independente semanticamente similar. Se o subjuntivo tem sua fonte no uso freqüente de combinações harmônicas do verbo principal com o verbo encaixado, podemos concluir, de acordo com o autor, que os usos do subjuntivo na cláusula complemento é uma conciliação com os usos da cláusula matriz.

Nos dados estudados por Bybee et al. (1994), existem 25 línguas que têm verbos finitos ou marcas que ocorrem na cláusula complemento. Estas línguas que apresentam verbos finitos nas cláusulas encaixadas e matrizes permitem fazer a seguinte hipótese: os significados da cláusula matriz serão harmonizados com o contexto da cláusula encaixada. Ordem e comando são válidos para verbos de *dizer* e de *pedir* alguém para fazer algo, assim como expressões que indicam o que alguém deve ou não fazer; *querer* e *desejar* são válidos para verbos do desejo ou da volição; e *pensar* e *acreditar* para estados mentais na linha das crenças e opiniões.

Tendo em vista a dificuldade de distinguir complementos de ordens e desejos, uma vez que ambos ocorrem com elementos modais usados em imperativos, optativas e afirmações de obrigação fraca, existe uma versão que sustenta a hipótese da harmonização. O predicado matriz, indicando *ordens* e *desejos*, está harmonizado com as funções imperativas, optativas e de obrigação fraca da cláusula matriz.

A outra indicação da cláusula matriz, que correlaciona com os complementos dos verbos *querer* e *ordenar*, é o futuro. Este pode estar harmonizado por ser derivado dos modais de *obrigação* e *desejo* ou por ter a semântica do tempo futuro compatível com complementos dos verbos *querer* e *ordenar* já que as situações são descritas nesses complementos.

Em nossos dados, o predicado matriz que indica ordem, como, por exemplo, em *É proibido colar cartazes*, está harmonizado com o aspecto futuro, já que a não realização da ação descrita na cláusula encaixada ocorrerá em um tempo à frente do momento da fala. Isto significa dizer que tal ação é projetada, seja como escopo de ordens negativas, como proibições, ou ordens positivas, como obrigações – *É preciso analisar os fatos; É necessário que ele venha*. A marcação de futuridade é harmonizável com a imposição feita através do predicativo.

O outro tipo de complemento que apareceu nos dados, analisados pelos autores, com um verbo especial ocorrendo também na cláusula matriz, é aquele no qual o complemento expressa as *crenças* ou *opiniões* do sujeito da oração matriz. Nesse caso, a cláusula matriz tem um uso epistêmico. A harmonia ocorre tanto no domínio da *obrigação* e *desejo* quanto no domínio *epistêmico*.

A partir desse estudo, os autores tentam traçar a relação que existe entre os usos do subjuntivo nas cláusulas adverbiais e os outros usos do subjuntivo. De acordo com os autores existem três usos de cláusulas adverbiais com o subjuntivo: usos com cláusulas adverbiais de finalidade, concessivas e condicionais.

Uma relação concessiva ou adversativa envolve uma cláusula núcleo assertiva enquanto que a cláusula concessiva descreve uma situação negativa sobre a cláusula matriz. A função da cláusula concessiva é dizer que, apesar da implicação negativa, a asserção da cláusula matriz é válida. Para exemplificar, selecionamos um exemplo dado pelo autor: *Although John had no money, he went into this expensive restaurant*.

É ressaltado o fato de a relação concessiva não ser explicitamente expressa sempre, podendo ser realizada por uma conjunção ou não. É importante enfatizar que as concessivas são uma evidência para o fato de a distinção entre o modo indicativo e subjuntivo não ser

feita através de *realis versus irrealis*, senão através de asserções e ausência de asserções, pois as cláusulas concessivas contêm declarações factuais, enquanto que os contextos subjuntivos são usualmente considerados como contendo declarações não-factuais ou *irrealis*.

Foram também identificados os elementos associados com os verbos que marcavam as cláusulas de finalidade, e, segundo os autores, estavam certos de que não encontrariam formas não-finitas. Mas explicam que algumas formas não-finitas foram coletadas, visto que as línguas que não marcam a flexão número-pessoa são difíceis de distinguir formas finitas e não-finitas. As línguas estudadas pelos autores também contêm a forma do futuro intencional, o qual é usado para expressar *imperative*, *hortative* e *intention*. Nos dados coletados por eles, não foram encontrados outros usos, o que indica seu baixo grau de gramaticalização.

Na descrição de *intention* os autores afirmam que é um sentido generalizado orientado para o agente, o qual pode se desenvolver para *previsão*, que é critério de uso para o futuro e para ser usado em cláusulas de finalidade. Porém, ressaltam que a marca verbal usada nas cláusulas de finalidade aparece também na cláusula complemento de verbos matrizes que expressam *ordem e desejo*. Os autores apresentam duas explicações para tal acontecimento: a primeira é que os complementos de *querer* e *ordenar* podem ser vistos como uma extensão da relação de finalidade, uma vez que esses complementos mencionam um objetivo a ser alcançado; e a segunda diz respeito aos sentidos de agente orientado e futuro os quais são harmônicos com os complementos de *querer* e *ordenar* e com cláusulas de finalidade. Os dois tipos de cláusulas são colocados no futuro em relação à referência temporal da cláusula matriz e referem-se a um objetivo ou intenção.

Apesar de esses dados apresentarem um rico estudo, não nos deteremos nas explicações sobre intenção, já que não está ligado à nossa pesquisa, dessa forma, iremos nos conter a dissertar sobre o subjuntivo.

A partir disso, Bybee et al. (1994: 235) discutem a origem do subjuntivo, fazendo uma análise diacrônica. Este modo verbal provém do indicativo que não apresenta valor modal. Para ilustrar, os autores apresentam a transformação do indicativo para o subjuntivo.

Em relação a *realis e irrealis*, os autores afirmam que a postulação da diferença entre eles foi desenvolvida com o intuito de facilitar a análise dos significados e funções do subjuntivo e modalidades relacionadas. A distinção é feita em termos dos eventos reais e não-reais ou em termos de tempo não-real.

De acordo com os autores, ao definir marcas lingüísticas como *realis/irrealis*, é como se a escolha do falante pelo modo dependesse da verdade da proposição. Entretanto,

evidências mostram que não é o domínio da verdade ou do factual que é relevante para o modo, mas o domínio da asserção e não-asserção. Modo nos diz a extensão dentro da qual o falante deseja afirmar a verdade da proposição (Ibid.: 239). Os subjuntivos, que foram encontrados abundantemente em nossos dados, por exemplo, não apontam para eventos reais e não-reais, mas para a possibilidade de certo fato ocorrer. A modalidade epistêmica que é a expressão do grau de comprometimento que o falante admite e a expressão de sua crença leva em consideração a verdade da proposição. Aplicamos em nossos dados a teoria da harmonização proposta pelos autores e baseamo-nos também em suas discussões sobre o modo subjuntivo.

No percurso para um entendimento das formas verbais utilizadas nas cláusulas matrizes e encaixadas dos dados, encontramos também em Givón (2001: 285) uma extensa discussão sobre tempo - *tense*, aspecto - *aspect* - e modalidade - *modality*, tratando da modalidade *irrealis* e seus sub-modos epistêmico e avaliação deôntica, e da relação entre esses sub-modos e o subjuntivo.¹⁰

Segundo o autor, *tempo* envolve um código semântico que emerge da relação entre tempo da referência e tempo do evento. O tempo de referência das cláusulas é ancorado no tempo da fala. Este também é conhecido como tempo absoluto. *Tempo* é um fenômeno pragmático que ancora a proposição em outro ponto temporal. Pode-se dividir três grupos temporais e um quarto que não é bem definido, a saber: (a) passado, cujo evento precede o tempo da fala; (b) futuro, em que o evento sucede o tempo da fala; (c) presente, no qual o evento ocorre exatamente no tempo da fala e (d) habitual, em que o evento ocorre sempre ou repetidamente. O tempo habitual não se refere a nenhum evento em particular. Caracteriza-se também por ter uma interação com a modalidade *irrealis*.

Além do tempo absoluto, há o tempo relativo que se refere ao fato de a língua poder dividir os três tempos acima descritos e ancorá-los em um ponto referencial que precede ou sucede ao tempo da fala. Diferentemente de *tempo*, *aspecto* indica contrastes entre: (a) perfectividade - *perfectivo* vs. *imperfectivo*; (b) seqüencialidade ou relevância - *perfectividade* vs. *perfeito* e (c) imediatismo - *remoto* vs. *vívido*.

A fim de estabelecer a relação entre modos verbais, modalidade e modo *realis/irrealis*, o autor apresenta um teste, o qual envolve o comportamento referencial de sintagmas nominais (doravante SNs) sobre vários escopos modais. Para esse propósito, os quatro tipos de modalidade definidas pelo autor - *realis*, negação, *irrealis* e pressuposição

¹⁰ Givón (2001) trata *realis/irrealis* como modalidade.

(estas foram apresentadas no capítulo destinado à modalização nesse trabalho) são reunidos em dois grupos: o grupo dos fatos e o dos não-fatos. Sobre o escopo de não-fatos, SNs podem ser interpretados como *referring* e *non-referring*. Sobre o escopo dos fatos, SNs podem ser interpretados somente como *referring*. Após tal definição, o autor aplica o teste e também analisa sentenças com elemento que faz referência e define – como, *the* em inglês, e com elemento que apenas faz referência, mas não define – como, *a/an* em inglês.

O primeiro ponto trata da modalidade inerente em verbos lexicais. O autor testa como um elemento indefinido, como, por exemplo, *um cachorro*, é interpretado no grupo dos fatos *irrealis* - qualquer *cachorro*, e no grupo da negação – *cachorro específico*. Já os elementos definidos através do artigo *the* podem ser usados em todas as modalidades - *realis*, *irrealis*, negação e pressuposição, pois são referidos.

Quando o teste de referência é aplicado na relação *tense-aspect*, os fatos são possíveis nos tempos passado e presente, uma vez que somente uma leitura de referenciação específica é possível. Já no tempo futuro, no habitual e na negação a leitura é não-referida.

De acordo com o estudo realizado pelo autor, certos advérbios epistêmicos, como, *maybe*, *probably*, *possibly*, *etc.*, escolhem um escopo *irrealis* sobre a proposição, na qual estão alojados. Segundo o autor *the presence of these irrealis operators overrides the modality of realis tense-aspects* (GIVÓN, 2001: 305).

Em nossos dados encontramos na cláusula matriz o verbo *ser* no presente do indicativo quase predominantemente. Seguido a esse verbo, encontramos tanto adjetivos/substantivos de modalidade deôntica quanto epistêmica e ainda outros que indicavam a atitude do falante, avaliando. De acordo com a pesquisa de Givón, acreditamos que o *irrealis* marcado por adjetivos/substantivos, que funcionam semelhantemente aos advérbios, se sobrepõe ou até anula o modo *realis* expresso pelo verbo no presente do indicativo.

Givón discute, a partir da noção de que as orações não-marcadas na língua têm um escopo *realis*, a distribuição do modo nas cláusulas subordinadas, não-declarativas e negativas. Muitos verbos possuem inerentemente o modo *realis*, apenas uma minoria possui *irrealis*. Porém, entre os verbos modais existem aqueles que são inerentemente *irrealis*, uma vez que esse grupo está gramaticalizado.

Os verbos modais revelam a mesma distinção do modo inerente como verbos lexicais. Contudo, o modal escolhe não apenas o objeto, mas todo o complemento como seu escopo, o qual pode ser uma asserção *realis*, *irrealis* ou negativa. Uma vez que o modo do complemento é determinado pelo modo do verbo sobre cujo escopo está, o *status* referencial

dos sintagmas nominais do complemento permite uma leitura não referida sobre o escopo de não-fatos.

Os verbos modais podem se gramaticalizar, primeiramente em auxiliares modais e aspectuais e eventualmente em morfemas de tempo, aspecto e modalidade. Em inglês esses verbos formam uma classe especial de modais auxiliares como *can, could, may, might, would, shall, should* e *must*. Inicialmente, todos os auxiliares modais tiveram sentidos deônticos avaliativos, como intenção, habilidade, necessidade, obrigação, permissão ou preferência. Com o tempo, muitos adquiriram sentidos epistêmicos como baixa certeza ou probabilidade. É normal, então, que novos modais apresentem apenas sentido deôntico e não apresentem ainda o epistêmico, como *have to, got to, need to, be able to, etc.*

Após a discussão em certos tipos de sentenças e diferentes complementos sobre a distribuição da modalidade, o autor discute sua relação com o modo subjuntivo, tópico esse que nos interessa por haver em nossos dados um número significativo de cláusulas encaixadas no subjuntivo.

Segundo Givón, o subjuntivo pode se gramaticalizar em dois domínios semânticos principais, que são subpartes do *irrealis*: epistêmico e avaliação deôntica.¹¹ Ambos esses domínios são escalares, e é no menor alcance de ambos que o subjuntivo se gramaticaliza – *lower certainty* e *weaker manipulation* (GIVÓN, 2001: 313). Se o subjuntivo gramaticalizado é usado com o ponto mais alto de certeza e manipulação, então é usado também no ponto mais baixo, porém o contrário não é possível. Tendo em vista essa unidirecionalidade, a relação lógica entre subjuntivo e *irrealis* é de inclusão, em que o subjuntivo é uma subcategoria do *irrealis* (Ibid.).

A distribuição do subjuntivo ocorre apenas sobre o escopo *irrealis*, como em cláusulas matrizes declarativas com operadores de futuro, advérbios modais, auxiliares modais; atos de fala *irrealis* não-declarativos; cláusulas complemento *irrealis*; cláusulas relativas *irrealis* que modificam objetos sem referência e cláusulas adverbiais *irrealis*.

Nas cláusulas declarativas em Espanhol, o subjuntivo pode ser usado com advérbios epistêmicos. Já em Inglês, é usado sem advérbios epistêmicos, pois a forma passada dos modais revela por si a marca do subjuntivo. Em Espanhol, o passado do subjuntivo é usado

¹¹ Givón (2001: 300) considera avaliação como uma categoria da modalidade. Nesse trabalho, não seguimos sua proposta: consideramos modalidade como atitude do falante expressa através da certeza (asseveração) e incerteza (possibilidade, probabilidade) do falante em relação à proposição (BYBEE ET AL., 1994; NEVES, 2000), e avaliação como atitude do falante que é expressa através de sua emoção (afeto), de sua apreciação (estética, processos) e de seu julgamento (normas sociais) (WHITE (2003)).

em contextos *irrealis* que indicam baixa certeza epistêmica. Dessa forma, o uso de modais epistêmicos licencia o contraste entre passado e subjuntivo.

Em Espanhol, o subjuntivo pode ainda ser interpretado como deôntico, indicando obrigação ou permissão. Da mesma forma se comportam os modais em inglês, que perdem seu sentido epistêmico nesse contexto, retendo apenas o deôntico. Nos atos de fala manipulativos, o subjuntivo é usado para codificar sua força. Quando o imperativo é informal, codifica forte manipulação, e quando é formal, o subjuntivo codifica fraca manipulação. Com o sujeito na terceira pessoa, o subjuntivo no Espanhol gradua em valores deônticos em combinação com outros operadores. Já em Inglês, um contraste entre imperativo, modais simples e modais do passado codificam a força do ato de fala manipulativo.

O subjuntivo aparece em complementos verbais, codificando tanto fraca manipulação quanto baixa certeza. No Espanhol, verbos manipulativos ou perceptivos recaem sobre o escopo *realis*. Dessa forma, o subjuntivo não pode ser usado, apenas o infinitivo. Já os verbos que indicam fraca manipulação podem usar apenas o subjuntivo e não o infinitivo.

Os verbos de percepção, cognição e fala se dividem em três grupos modais: factivos, não-factivos e factivos negativos. Uma vez que os verbos factivos têm um fato como complemento, não é usado, então, subjuntivo nesse complemento.

O subjuntivo no Espanhol é usado em complementos de verbos não-factivos que expressam baixa certeza epistêmica. Dessa forma, verbos como *crer*, que indicam alta certeza, permitem apenas o indicativo, enquanto que *não crer*, *duvidar*, *não saber* permitem apenas o subjuntivo. Os deônticos avaliativos *wish*, *hope* e *fear* estão também na escala do *irrealis*, requerendo, então, complementos no subjuntivo.

Existe ainda um grupo de predicados factivos reais, que requerem ou ao menos permitem o complemento no subjuntivo em Espanhol. Esse grupo tem tanto verbos de julgamento deôntico quanto epistêmico. Segundo Givón, trata-se de um conflito entre duas características do *irrealis*: *epistemic high certainty vs. deontic counter-expectancy*. Quando o complemento está sob um fato do escopo modal, o subjuntivo é obrigatoriamente usado no Espanhol (Ibid.: 321).

O valor deôntico, indicando manipulação forte e fraca, e o valor epistêmico, indicando alta e baixa certeza foram encontrados em nossos dados. Encontramos também valor avaliativo, como nas seguintes orações listadas pelo autor: *It is good that*, *It is terrible that*, *It is astounding* (Ibid.: 321). As encaixadas subjetivas coletadas para nossa análise apresentaram verbos predominantemente na forma infinitiva, e em segundo lugar, em termos

estatísticos, apareceu o modo subjuntivo, e, por último, o modo indicativo. Em relação à presença do infinitivo, acreditamos que sua escolha tenha ocorrido por indicar estado em potencial, ou seja, ações ainda não realizadas, mas que têm aspectualidade apontada para o futuro.

A partir das discussões descritas acima, propostas por Givón, acreditamos que a escolha do subjuntivo para a oração encaixada esteja influenciada pela presença de adjetivos/substantivos avaliativos/modalizadores na matriz. Em alguns casos, a realização do modo indicativo na cláusula encaixada pode ser justificada pelo desvinculamento sintático e semântico que começa a se instaurar entre certas orações matrizes e encaixadas subjetivas. A oração matriz, por estar se tornando um advérbio sentencial, não seleciona um escopo para atuar, colocando-se para fora da sentença. Esse movimento pode indicar seu processo de gramaticalização em estágios iniciais, sobre o qual discutiremos posteriormente. Além disso, as matrizes, que tiveram como complemento uma oração no modo indicativo, caracterizam-se por expressar modalidade epistêmica asseverativa afirmativa, que indica o extremo da certeza, selecionando para si um escopo que também indique certeza.

Após a análise da distribuição da modalidade, o autor trata das formas similares no Inglês e no Espanhol que expressam modalidade epistêmica e deôntica, subdomínios do subjuntivo que marcam baixa certeza e fraca manipulação, respectivamente. Em seguida, o autor descreve a gramaticalização desses dois subdomínios distintamente.

Das quatro principais modalidades¹² consideradas pelo autor – *realis*, negação, *irrealis* e pressuposição, *realis* é a categoria universal não-marcada, não disparando, por isso, marcas de gramaticalização. É chamada de *default*. No extremo oposto, a negação é a modalidade mais marcada, sofrendo, portanto, gramaticalização. Já a pressuposição e a asserção *irrealis* apresentam padrões de gramaticalização que merecem destaque.

Segundo Givón, poucas línguas marcam a distinção entre pressuposição e asserção *irrealis*, isto porque a distribuição da pressuposição se dá em ambientes específicos como cláusulas relativas restritivas, complementos de verbos factivos, entre outros. Porém algumas línguas gramaticalizam essa distinção. Em Bemba, por exemplo, uma marca especial de aspecto é usada para codificar cláusulas nas quais o verbo é excluído do escopo da asserção e é parte da informação pressuposta. Em algumas línguas das ilhas da Nova Guiné, um sistema de cláusulas *tags* todas pressupostas com uma marca especial restringe essas marcas em uma

¹² Relembramos nesse ponto que o termo *modalidade* utilizado em nosso trabalho não segue a proposta de Givón (2001), para quem *modalidade* é a expressão de *realis*, *irrealis*, *negação* e *pressuposição*. Seguimos a proposta de Bybee et al. (1994) e Neves (2006) para *modalidade*.

posição inicial. Em outras línguas os morfemas verbais que marcam a modalidade não correspondem à divisão das quatro modalidades descritas por Givón. Um prefixo especial marca as asserções *realis*, a negação é marcada por outro prefixo, sendo o verbo negativo nominalizado, tendo outro verbo como o principal da oração. É neste verbo matriz que a asserção *realis* é marcada por um prefixo, e a asserção *irrealis* indica o caso não-marcado.

Em Menya, a principal distinção modal gramaticalizada parece distinguir asserções fortes como *realis* e negação dos outros modos. As cláusulas *irrealis* podem pegar o prefixo das asserções fortes em cláusulas manipulativas. O uso de prefixos de asserções fortes muda o valor da cláusula *irrealis* de epistêmico para deontico. Ainda em Menya, existem indicações de que o uso de prefixos de asserções fortes marca cláusulas de pressuposição, em alguns contextos.

A marca de modalidade gramaticalizada em Menya parece agrupar cláusulas de alta certeza epistêmica, incluindo asserções *realis*, negação e várias cláusulas pressupostas. Dentro desse grupo, negação e perguntas requerem marcas, enquanto que o modo *realis* se mantém não-marcado. O mesmo prefixo, contudo, pode mudar o valor modal de epistêmico para deontico e marcar cláusulas de forte manipulação. Essa divisão de uma marca modal de alta força entre os submodos epistêmico e deontico é recordado na divisão do subjuntivo gramaticalizado, como uma marca de baixa força no sistema modal de muitas línguas.

O *irrealis* não é uma categoria gramatical universal porque muitas línguas não têm uma marca morfológica unificada que indica o *irrealis* em todos os contextos. Algumas línguas usam uma única marca morfológica para todos os contextos gramaticais *irrealis*. O autor exemplifica com a língua Ute, na qual nem todas as cláusulas *irrealis* são marcadas pelo mesmo sufixo.

Em algumas línguas da Austronésia, por exemplo, muitas cláusulas *irrealis* dividem uma marca morfológica com cláusulas *realis*. Esse padrão é ilustrado pelo autor com o Bikol das Filipinas, no qual a distinção de prefixos verbais, que é composto por voz gramatical e modalidade, está entre *realis* e *irrealis*. Tanto o perfectivo e o passado e o progressivo e o presente dividem o prefixo *realis nag-*.

Algumas línguas, diferentemente, gramaticalizam os dois submodos do *irrealis*. Em Bemba, por exemplo, um sufixo codifica o subjuntivo deontico de manipulação fraca, que em atos de fala manipulativos contrasta com o imperativo forte. Uma outra forma diferente, são os prefixos verbais *nga-* ou *ingá-*, marcas do subjuntivo epistêmico de baixa certeza, uma forma que também aparece em cláusulas condicionais *irrealis* e em complementos de verbos de cognição de baixa certeza.

O uso do perfectivo – passado ou perfeito, na marcação de cláusulas com subjuntivo é atestado, mas ainda estranho. O modo subjuntivo é a parte mais importante do *irrealis*, enquanto que o passado e o perfeito são partes importantes do *realis*. Em Inglês, o fenômeno é relacionado com dois desenvolvimentos. Primeiro, no uso da forma passada de verbos matrizes ou auxiliares para marcar o subjuntivo de baixa certeza em orações condicionais. Segundo, na mudança histórica da forma passada dos modais para o uso do não passado do subjuntivo. Essa mudança tornou possível um contraste epistêmico entre as duas formas modais, com a antiga forma de passado que agora sinaliza o subjuntivo epistêmico de baixa certeza: *may, might; can, could; will, would; shall, should* (Ibid.: 363). Essa mesma gradação pode ser mostrada em alguns usos deônticos dos modais em Inglês.

Em nossos dados analisados, o *irrealis* é marcado pelo modo subjuntivo na oração encaixada e pelas modalidades deôntica e epistêmica expressas na cláusula matriz através dos adjetivos *possível, provável, certo*, entre outros. O *irrealis* marca eventos não-reais ou em um tempo não-real, conforme Bybee et al. (1994: 236). O *realis* está presente no verbo *ser* da cláusula matriz, o qual ocorreu quase categoricamente no presente do indicativo e, outras vezes, no complemento através de formas verbais do modo indicativo, indicando evento ocorrido em um tempo real (BYBEE ET AL., 1994: 236) e asserção *realis* (GIVÓN, 2001).

Neves (2006) também explica e traça a relação entre formas verbais e entre *realis* e *irrealis*. A autora explica que os enunciados modais com situação referencial no presente têm leitura epistêmica, e os enunciados de tempo futuro têm leitura preferencialmente deôntica, visto que estão, em sua maioria, relacionados a obrigações, permissões, volições. Entretanto, a leitura deôntica também é possível para verbos no tempo presente. Este fato ocorre quando o sujeito é agente, controlador.

De acordo com a autora, a relação temporal determina a dicotomia *realis* x *irrealis*. O presente indica modo *realis*, uma vez que existe crença na verdade da sentença, resultando na crença de um objeto único. Por outro lado, o futuro indica modo *irrealis*, uma vez que a interpretação é não-referencial, ou genérica, não havendo um objeto único. Outra fonte indicativa de *irrealis* são os operadores que indicam probabilidade, como os advérbios – *talvez*, por exemplo, os modais epistêmicos – *poder*, por exemplo, e os verbos modais, criadores de mundo, como *procurar, querer, imaginar*. Porém, a autora chama atenção para o fato de que os modalizadores objetivos afetam a referencialidade do complemento indefinido. Não é possível classificar como *realis* uma predicação de presente, que indicaria uma crença, como em *É possível que, É provável que, É impossível que*, por incidir sobre a predicação esses modalizadores indicadores do *irrealis*.

Nos nossos dados, acreditamos que exista harmonização entre as orações matriz e encaixada. A construção verbo *ser*, no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular mais adjetivo/substantivo da cláusula matriz migrou para uma função que a aproxima de valor modal, ou seja, esse valor não está a cargo apenas do adjetivo/substantivo modalizador/avaliativo, mas sim do conjunto [verbo *ser* + adjetivo/substantivo + (que)], indicando que o todo está harmonizado.

1.4- Modalidade e Negação

A negação é um item que apareceu em nossos dados, tanto na cláusula matriz quanto na cláusula encaixada. Na cláusula matriz, além de negar a proposição, apareceu como indicador de modalidade, o que justifica sua importância neste trabalho. Assim, buscamos em Lyons (1977), Halliday (1994), Payne (1996), Givón (2001) e Neves (2006) os tipos de negação e as noções da relação existente entre modalidade e polaridade.

No percurso para um entendimento da relação entre modalidade e polaridade, encontramos em Lyons (1977) uma proposta que visa a esclarecer a distinção entre a negação de um operador modal e a negação de uma proposição simples dentro do escopo do operador modal. O autor esquematiza essa diferença da seguinte forma: *it is not necessary that 'p' versus it is necessary that not 'p'* (LYONS, 1977: 769).

Segundo o autor, existe uma diferença de significado entre elocuições que resultam da negação de um verbo performativo e da negação de seu complemento. Para exemplificar, apresenta duas sentenças: (1) *I don't promise to assassinate the Prime Minister*; (2) *I promise not to assassinate the Prime Minister* (Ibid.). Analisando as sentenças, o autor afirma que em (1), há uma afirmação com a qual o falante explicitamente nega a fazer uma promessa ou nega que está fazendo uma promessa, e, em (2), há uma promessa de não fazer algo, tratando-se de um ato ilocucionário, o que mostra que são sentenças que diferem tanto na construção quanto no sentido.

Na lógica modal, a diferença entre a negação do operador modal e a negação da proposição dentro do escopo do operador modal é tratada em termos da diferença entre negação interna e externa. O autor afirma ainda que duas negativas, uma interna e outra externa não compõem uma sentença positiva.

Entretanto, segundo Lyons, há muitas controvérsias nas discussões da negação, como, por exemplo, o fato de existir pelo menos dois tipos de negação externa, e a diferença entre elas seja designada uma para *neustic*, exemplificada pela sentença (1) e outra para *tropic*,

exemplificada pela sentença (2), transcritas acima. Negando a sentença *neustic*, expressamos nossa recusa ou inabilidade de executar o ato ilocucionário da asserção, no caso, a promessa. Mas o autor ressalta que, ao negarmos, já estamos executando um ato ilocucionário de não-comprometimento. Tais atos devem ser diferenciados dos atos que não dizem nada e dos atos que fazem declarações descritivas.

As declarações descritivas são representadas pelo autor pelo esquema: (3) *X said that he didn't/doesn't say that (p)*. O autor diferencia, ainda, os sentidos decorrentes da presença e ausência do stress na negação da sentença. Quando o falante acentua fortemente a negação, indica que se trata de uma declaração descritiva, o contrário, indica sua recusa de dizer algo, caracterizando um ato positivo. O esquema desenvolvido pelo autor que representa essa recusa de dizer algo é: (4) *X wouldn't/couldn't say that/wether (p)*. O efeito perlocucionário da negação é diferente das declarações. Ao negarmos *p* como um ato de não comprometimento, criamos na cabeça do interlocutor a crença que *p* deve ser de fato verdadeiro.

O autor destaca ainda que uma sentença positiva pode ser usada para negar uma sentença negativa. Se dissermos, por exemplo, (5) *The door is open*, diante de uma declaração como (6) *The door is not open* (Ibid.: 771), estamos diante de uma negação através de declaração afirmativa. Já uma declaração afirmativa, *p*, ou negativa, *not p*, em um *context-free* compromete o falante com a crença na verdade de quaisquer proposições *q*, que é pressuposta por *p*. O autor exemplifica através da sentença (7) *I don't know that the earth is round* (Ibid.: 772), em que a negação de *p* não compromete a crença na verdade de *q* (*the earth is round*).

O autor foca a modalidade deôntica, discutindo como os atos de não comprometimento estão relacionados com as permissões. Analisa ainda o significado de elocuições nas quais o falante recusa a se comprometer com a imposição da negação relacionada com permissões e isenções.

Proibições não são normalmente pretendidas ou tomadas como instruções para serem levadas adiante, pois são para conter o curso de alguma ação *p*. Ao emitir uma proibição o falante não quer que o interlocutor crie o estado de coisas embutido na proibição. Ele já existe. Contudo, se deixar de fazer a proibição é possível que o falante crie o estado de coisas no qual *p* pode ser verdadeiro. Portanto, é preferível tratar as proibições como uma negação *tropic*, ou seja, como um resultado de uma negação modal.

O autor afirma que sentenças negativas usadas para emitir proibições são consideradas como diretivas para o esquema *not – p* se manter. Isto fica claro quando uma

sentença com o esquema *not – p* é o contrário de *p*. A sentença (10) *Don't trust him* é contrária a (11) *Trust him* e equivalente a (12) *Distrust him*. Se a diferença entre declarações contrárias está associada com a distinção entre negação modal e proposicional, devemos, segundo Lyons, permitir a negação da proposição em diretivas assim como em declarações. Entretanto, em termos gerais, o autor afirma que as proibições envolvem a negação modal e devem ser analisadas como: *I say so – let it not be so – (that) p* e não como *I say so – so be it (that) not – p* (Ibid.: 774).

Essas considerações levam-nos a hipotetizar sobre uma possível equivalência entre *Não é possível que* e *É impossível que*, encontrados em nossos dados. Tais sentenças têm valor epistêmico e podem estar no pólo oposto à sua contraparte afirmativa, ou seja, podem ter o mesmo sentido, sendo, portanto, equivalentes. A diferença está no modo como se apresenta a negação: na primeira sentença trata-se da negação sintática, e, na segunda, da morfológica.

Lyons faz considerações também sobre a interação entre negação e foco da informação. Um *stress* no final de uma oração, em Inglês, indica que a oração é marcada e não neutra, ou seja, o que está marcado é o foco da informação. Em uma sentença negativa, o *stress* indica que a sentença tem pressuposições específicas. Dessa forma, a entonação gera diferença de significado. Mas ainda é obscura, segundo o autor, a conexão entre a negação modal e o foco informacional.

E, por fim, o autor esclarece a mudança da negação na sentença, da oração encaixada para a matriz com o verbo *think* na matriz. Diante da não acentuação da negação, o verbo ganha relevância. Isso ocorre com verbos que denotam crença e suposição, sendo menos comum com sujeitos em primeira pessoa e mais comuns com terceira e segunda pessoas. (Ibid.: 776).

Para chegar à definição de polaridade, Halliday (1994: 69) se propõe a discutir a natureza do diálogo através do sistema gramatical denominado *Mood*, doravante Modo. Para tanto, esclarece as partes que compõem a interação através das ações *dar* e *receber*. O falante pode dar algo para o interlocutor ou exigir algo dele. Ao dar queremos, receber algo, e, ao requerermos, queremos convidar alguém a dar. O ouvinte também requer algo do falante. Isto é interação. Existe também a troca feita através de produtos, ao pedirmos uma informação ou prestarmos um serviço ou pedir algo como passar o sal, por exemplo. Isto define as quatro funções da linguagem: oferta, comando, declaração e pergunta. Estas são ligadas a respostas desejadas, e que podem ser negadas, aceitas, confirmadas, etc.

Diante desse quadro, Halliday discute a noção do elemento Modo, o qual é constituído por duas partes, o sujeito, que pertence ao grupo nominal e o operador finito, que faz parte do grupo verbal. O Modo realiza a seleção do elemento modal. O autor ressalta que tal nomenclatura é ambígua, uma vez que modal se refere a modo e modalidade. O elemento finito relaciona a proposição com o contexto no evento da fala, e o faz através de dois modos: (i) *primary tense*, que está relacionado ao presente, passado e futuro do momento da fala e (ii) *modality*, que significa o julgamento do falante das probabilidades, ou obrigações envolvidas no dito.

Segundo o autor, a finitude é expressa por operadores verbais que podem ser temporais ou modais. Além disso, existe outra característica que é concomitante à finitude: a polaridade.

A polaridade é a escolha entre o pólo positivo ou negativo. O elemento finito é inerentemente positivo ou negativo, sua polaridade não constitui uma característica separada. Contudo, as possibilidades não são limitadas à escolha entre *sim* e *não*. Existem graus intermediários, ou seja, vários tipos de indeterminação como *às vezes*, *talvez*. Esses graus intermediários entre os pólos positivo e negativo são chamados de modalidade.

Para exemplificar a modalidade, o autor distingue *propositions*, sendo compostas por declarações e perguntas, e *proposals*, compostas por ofertas e comandos. Nas declarações e perguntas, existem dois tipos intermediários de possibilidades: (i) graus de possibilidade – possibilidade, probabilidade, certamente; (ii) graus de frequência - às vezes, usualmente, sempre. Essas escalas são um exemplo de modalização para Halliday (1994).

A modalização pode ser expressa de três modos diferentes, a saber: (i) pelo operador modal finito do grupo verbal; (ii) por um adjunto modal que indique probabilidade ou frequência; (iii) ou pelos dois juntos. Na declaração, a modalidade é a expressão da opinião do falante, e até mesmo quando está expresso alto grau de certeza, existe uma indeterminação, pois só afirmamos certezas quando não as temos.

Nas ofertas e comandos os valores intermediários dependem da função da fala. Nos comandos, os pontos intermediários representam graus de obrigação – *permissão*, *intenção*, *requerimento*. Em uma oferta, representam graus de inclinação – *desejoso de*, *ansioso por*, *determinado a*. Essas escalas são um exemplo de modulação.

A modulação pode ser expressa por dois modos separados e não juntos como na modalização: (i) por um operador modal finito; (ii) por uma expansão do predicado, a qual pode ser realizada através da voz passiva ou por um adjetivo.

Apesar de o autor não apresentar escalas a partir do pólo negativo, reconhece que elas existem, como *certamente não, necessariamente não, esperado que não*.

Interessa-nos aqui a definição cunhada por Halliday sobre modalidade. Em nossos dados, encontramos tanto ocorrências pertencentes aos pólos positivo e negativo da escala de polaridade, através de sentenças positivas e negativas, quanto ocorrências com os graus intermediários, os quais indicam modalização. Exemplificando tais ocorrências encontradas, temos: *É certo que > É provável que > É possível que > É impossível que/ Não é possível que*. Essa gradação de valores foi totalmente encontrada na expressão da modalidade epistêmica asseverativa relativa. O mesmo não se verificou para a modalidade deôntica e para a avaliação afetiva, apreciativa e de julgamento.

Payne (1996: 195) apresenta uma proposta tipológica para a negação. O autor aponta os critérios para identificar, semanticamente, a negação sentencial. A língua base, adotada pelo autor, para essas discussões é o inglês. Segundo Klima (apud PAYNE, 1996: 198), a negação sentencial admite *tag questions*, tanto afirmativas quanto negativas; *tag question* com o elemento negativo *neither*; sentenças iniciadas com a locução negativa *not even*. Esses elementos compõem um teste, cujo resultado sinaliza os tipos de negações sentenciais existentes, que inclui: (i) negação padrão; (ii) quantificadores negados; (iii) quantificadores inerentemente negativos; (iv) advérbios negados e (v) advérbios inerentemente negativos.

A negação padrão é aplicada nas sentenças mais simples. Caracteriza-se por ocorrer na oração matriz, que tem um predicado único com poucos sintagmas nominais e modificadores adverbiais. Nesse tipo de negação, alguns elementos da sentença são removidos para fora do escopo da negação, sendo, então negada a porção contextualmente livre. Para ilustrar, reproduzimos as sentenças feitas com o teste da *tag question*: *It doesn't rain, does it?*(PAYNE, 1996: 199). A negação sentencial é associada com a articulação contextual da sentença. Por haver variação na articulação contextual da sentença, o escopo da negação também varia. Nas negações sentenciais, o elemento negativo fica semanticamente no limite entre os elementos fixos do contexto e os elementos livres desse contexto.

Os quantificadores negados são quantificadores que formam um sintagma com o morfema negativo. Eles se opõem a quantificadores que ocorrem dentro do escopo da negação padrão. Os quantificadores inerentemente negativos envolvem o morfema *no*, como em *nothing nobody, no-one e none*, ou pode ser livre diante de sintagmas nominais como em *no friend*. Podem também co-ocorrer com a negação padrão quando estão na posição do sujeito (Ibid.: 204).

Da mesma forma, os advérbios negados podem produzir negação sentencial, mas não todos. Apenas três advérbios em inglês se enquadram nessa categoria: os quantitativos de tempo, *often* e *always*, e o quantificador universal de lugar *everywhere*. A sentença fica: *Not often do I pay taxes, do I?* (Ibid.: 205).

Após essa discussão, o autor trata da negação padrão e como esta pode tomar forma de verbos negativos, partículas negativas, morfemas negativos, nomes negativos, e pode ainda ser acompanhada por modificadores secundários, exemplificando não apenas com o Inglês, mas com diversas línguas de diferentes origens.

Segundo Payne, a negação padrão, que trata da negação de sentenças básicas, pode ocorrer também como um verbo negativo, o qual apresenta algumas propriedades de verbos regulares, como ter um complementizador, ou flexão para modo, tempo, aspecto, pessoa ou número. Pode ainda co-ocorrer com o verbo 'lexical' original da sentença positiva correspondente. O autor exemplifica com a língua *Tongan*, da Polinésia, *Maori*, *Fijian*, entre outras.

As partículas negativas são invariáveis, e aparecem em algumas línguas em qualquer tipo de sentença e qualquer forma de predicado. Em Russo, por exemplo, a partícula negativa *ne* ocorre com todos os tempos, aspectos e modos, e ainda com predicados verbais, adjetivais, nominais e preposicionais (Ibid.: 222). Em línguas cuja ordem é SVO, assim como o Português, VSO e VOS, a partícula negativa precede o verbo, enquanto que em línguas cuja ordem é SOV a partícula negativa pode preceder ou seguir o verbo, como é o caso do Alemão.

A análise dos dados coletados por nós revelou que a partícula negativa *não* ocorreu na posição pré-verbal, tanto na cláusula matriz quanto na encaixada, posição típica de línguas SVO.

A negação morfológica ocorre quando o item negativo deve ser considerado parte da forma morfológica derivacional do verbo. Já os nomes negativos ocorrem raramente. Realizam-se através de um morfema negativo que tem propriedades nominais. Por fim, há os modificadores secundários, os quais acompanham, em algumas línguas, um dos seguintes modos: verbos negativos, partículas verbais e morfemas derivacionais negativos (Ibid.: 228).

O autor apresenta a negação contrastada com características como tempo, modo e também realizada com modificações na ordem das palavras, no tom, na distinção de tempo, no uso do verbo suporte e, ainda, no caso dos nomes.

Em seguida, o autor discute sobre os tipos de negação dos quantificadores e advérbios, uma vez que existem graus de variação do que é permitido. Delimitando o estudo

com as questões a seguir, Payne tenta resolvê-las: (a) os quantificadores possuem uma contraparte especificamente ou inerentemente negada?; (b) se sim, qual é sua distribuição sintática?, e (c) se não, há algum dispositivo sintático que pode ser usado para compensar?

Os quantificadores negados são geralmente quantitativos ou universais, como *many* e *all*, respectivamente. Mas nem todas as línguas possuem um correspondente para *not many* e *not all* (Ibid.: 233). Em algumas línguas parece haver uma correspondência entre a falta dessa negação e as formas morfológicas da negação padrão. Algumas línguas, como o Turco, não apresentam uma negação específica para um quantificador universal. A própria sentença negativa é um caso de negação padrão. Ao contrário, outras línguas com partículas negativas permitem especificar negações quantificadoras. Em português, por exemplo, a ordem SVO é característica das línguas que permitem a quantificação negativa na posição pré-verbal.

Os quantificadores inerentemente negativos são formas negativas de quantificadores existenciais como *none*, *nothing*, etc. Estes podem co-ocorrer com a negação padrão ou não (Ibid.: 236).

Por fim, Payne, trata da negação das cláusulas subordinadas e da negação derivacional por não serem tipos de negação sentencial, uma vez que se comportam sintaticamente e morfológicamente de forma diferente. Em muitas línguas, os dispositivos usados para negar a cláusula matriz são diferentes daqueles para negar a subordinada. O Inglês fornece esses exemplos visto que a posição da partícula negativa *not* é pré-verbal nos casos das cláusulas de infinitivo e de gerúndio, opondo-se a partícula *not* que também pode ser pós-verbal em outras cláusulas preenchidas temporalmente. O tipo de oração define, então, a posição da partícula negativa.

Em nossas análises, nas orações subjetivas, a partícula negativa *não* foi encontrada tanto na cláusula matriz quanto na encaixada na posição pré-verbal das construções que expressam modalidade epistêmica e avaliativa. Já aquelas que expressam modalidade deôntica não apresentaram a negação na oração matriz, a não ser através de uma proibição. Na cláusula matriz, encontramos ainda um tipo de negação chamada por Payne de negação derivacional.

A negação derivacional é outro tipo de negação que se enquadra nos tipos de negação não-sentencial. Por negação derivacional entende-se que é o uso de morfemas negativos nos itens lexicais derivados. Payne aponta uma distinção dentro dessa classe. Os morfemas derivacionais negativos podem criar tanto termos contrários, os quais se excluem, como, por

exemplo, *smoker* e *non-smoker*, como contraditórios, os quais representam pólos dentro de uma dimensão, exemplificado em *intelligent* e *unintelligent* (Ibid.: 241).

Nos nossos dados, foram encontradas formas adjetivas derivacionais contrárias, compondo a cláusula matriz junto ao verbo *ser*: *possível* e *impossível*. Nos demais casos, a negação ocorreu através da partícula negativa *não* na posição pré-verbal.

Givón (2001: 370) também apresenta uma proposta para os tipos de negação: a negação na lógica; a negação enquanto certeza subjetiva, e a negação com sua comunicação pragmática. Na lógica, a negação é considerada como um operador que reverte o valor verdadeiro da proposição. A negação é considerada, em termos de sua certeza subjetiva, uma afirmação forte, usada em contextos psicológicos de alta certeza e alto suporte. Em termos pragmáticos, a negação leva em consideração pressuposições, as quais podem ajudar o interlocutor a se orientar.

De acordo com o autor, a negação é o membro marcado, e a afirmação, o não marcado, o que fica evidente nas respostas assimétricas de perguntas como *How tall is he?* (GIVÓN, 2001: 376). As partes positivas da escala são termos genéricos, e as negativas, restritos, visto que nem todas as partes podem ser usadas, por exemplo, em respostas para a pergunta explicitada acima.

Uma afirmação negativa é um ato de fala contrário, uma negação da crença presumida do interlocutor, nos termos de Givón. Ela é usada com operadores modais como um dispositivo suavizador da face de quem tem alta autoridade. Dessa forma, pode ser usada com operadores *irrealis* como modais, subjuntivo, condicional, perguntas sim/não ou advérbios *irrealis*. O autor destaca ainda que, de acordo com a entonação, o sentido da proposição negada pode mudar, ressaltando como foco o sujeito, o objeto ou o verbo.

Tal afirmação de Givón soma em nosso trabalho, na medida em que a negação nas ocorrências epistêmicas asseverativas relativas apresenta uma função secundária, diferente da sua função primeira de negar. Essa característica, de acordo com Givón, e, comprovada em nosso trabalho através dos dados encontrados, tem a função de modalizar, somada aos elementos *irrealis* presente nessas ocorrências – modal epistêmico, modo subjuntivo e forma infinitiva.

Ainda de acordo com Givón, os advérbios são destacados na proposição quando há uma negação. Os sentidos de beneficiado, instrumento, propósito, tempo, frequência, lugar atraem o foco da afirmação em sentenças afirmativas, e fazem o mesmo nas negativas. A explicação dada é que uma vez que são elementos opcionais as chances de serem o foco aumentam.

Givón define e exemplifica os tipos de negação que podem ocorrer em uma sentença: negação lexical, morfológica e sintática as quais podem recair tanto sobre o complemento quanto sobre o verbo da oração matriz. Além dessas ocorrências, a negação é também marcada pela ênfase em sintagmas nominais no sujeito, no objeto e objeto indireto, no advérbio de tempo e no locativo. Pode ainda ocorrer de forma dupla através de elementos como *any*, *nothing*, na língua inglesa.

Nos dados analisados em nosso estudo, foram encontradas a negação sintática do verbo da cláusula matriz, como em *Não é possível saber quantas espécies correm risco de extinção*, e do verbo da cláusula encaixada, como, por exemplo, em *É possível que o sistema de ensino não esteja adequadamente preparado para receber alunos*. Foram encontradas também, em menor quantidade, a negação morfológica de adjetivos: *É impossível sair de canoa quebrada sem uma ou várias delas*. Segundo Givón, a negação sintática é mais produtiva nas línguas e a morfológica é aplicada apenas a alguns adjetivos, mas não a outros, tendo, portanto, um comportamento idiossincrático.

Em nosso trabalho, centramo-nos na negação das orações matrizes, as quais apresentaram diferenças na função do elemento polar negativo. Já as orações encaixadas subjetivas não apresentaram diferenças quanto ao uso do elemento polar negativo, o que justifica nossa ênfase nas orações matrizes.

Neves (2006: 200) retoma o trabalho de Halliday (1985), segundo o qual a polaridade e a modalidade são componentes dos enunciados. A polaridade se refere aos pólos *sim* e *não* e a modalidade, à parte intermediária entre esses dois pólos, referindo-se tanto a graus quantitativos como qualitativos.

Em seguida, a autora discute a lógica das relações de polaridade e modalidade. Segundo Neves, a negação está de alguma forma refletida na língua, tanto em termos de necessidade quanto de possibilidade. Retomando a lógica, a autora afirma que tanto na modalidade epistêmica quanto na deôntica, tem-se o seguinte esquema:

- (i) não possível = necessário não;
- (ii) possível não = não necessário (NEVES, 2006: 206).

De acordo com Neves, a transferência da negação para a oração matriz é uma estratégia utilizada pelo falante para atenuar o conteúdo proposicional declarado no enunciado complemento e para direcionar a interpretação do ouvinte.

Analisando o índice de ocorrências de cláusulas matrizes negativas, pudemos observar algumas restrições da presença da negação. No jornal *Estado de Minas* encontramos 20 orações em que o elemento negativo encontra-se na cláusula matriz. Dessas orações, 11 eram compostas por modalizador epistêmico, o maior índice de orações com item polar negativo. Semelhantemente, no jornal *Tribuna de Minas*, os maiores índices são para orações com modalizador epistêmico. Tal resultado aponta para o fato de que estas orações epistêmicas compõem orações com características especificadas, frente às avaliativas, cujo índice de ocorrência com elemento negativo foi menor, e, as deônticas, com índice menor ainda.

II - COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES

Nesta seção, trataremos da combinação de orações, em especial a oração encaixada. Buscamos na visão tradicional da gramática do português – Bechara (2004) e Villela & Koch (2001) - a definição para o tipo de ligação entre a cláusula subjetiva e sua matriz e as discussões dos linguistas Lehmann (1988) e Halliday (1994) sobre a parataxe, hipotaxe e encaixamento, que são processos de ligação entre as orações. Em Neves (2000), buscamos algumas características das encaixadas subjetivas e da matriz, e, em Gonçalves (2001), um estudo pormenorizado sobre as subjetivas, dividindo-as de acordo com o formato da oração matriz.

2.1- Visão Tradicional

Observando a visão mais tradicional apresentada por gramáticos, Villela & Koch (2001: 390) classificam a subordinação como hipotaxe. De acordo com os autores, nos casos de subordinação há relação sintática de dependência, em que a subordinada é a cláusula dependente e a subordinante é a cláusula à qual a subordinada se atrela. Esta relação pode ser subclassificada em frase conjuncional, frase relativa e frase interrogativa.

Na relação sintático-semântica entre subordinadas e subordinantes, podemos ter três tipos de frases subordinadas: frases complemento; frases relacionais e frases relativas. As frases complemento representam estados de coisas, aos quais se atribuem propriedades, ou representam relações com indivíduos ou com outros estados de coisas. Estas nos interessam, em particular, uma vez que são o tema dessa dissertação. Dessa forma, propomos uma descrição detalhada a seguir.

Na categoria de frases complemento, doravante encaixada, a subordinante, doravante matriz, representa um estado de coisas que é apresentado na encaixada que funciona como sujeito, denominada, por isso, de encaixada subjetiva. A matriz pode exprimir ainda uma tomada de posição de natureza diferente, indicando o grau de validade de uma afirmação; avaliação positiva ou negativa; relevância ou irrelevância de um estado de coisas; expressão de um sentimento ou de uma intenção. Para exemplificar, os autores citam algumas sentenças, como *É bom que você tenha vindo; É duvidoso se eu a encontro; É certo que tudo acabará; É seguro (...); É claro (...); É evidente (...)*, entre outros. Além disso, a matriz pode indicar se o estado de coisas descrito na encaixada é significativo ou não, através de

expressões como em *É significativo (...), É relevante (...), É importante (...), É essencial (...), É irrelevante (...), É marginal que (...)*, etc. (Ibid.).

As frases sujeito ocorrem em expressões predicativas determinadas (subclasses ou campos lexicais de verbos ou predicados). Outros exemplos disponíveis no texto dos autores são: *Interessa-me (quantas pessoas morrem em acidentes), (Que ela não telefone) preocupa os pais*.

As cláusulas encaixadas subjetivas na posição à esquerda da matriz, iniciadas com a conjunção *que*, conforme ilustram os exemplos acima, não foram encontradas em nossos dados escritos.¹³

Já Bechara (2004: 480) trata a subordinação como *orações complexas*. Segundo o autor, estas são orações que, independente do ponto de vista sintático, constituem sozinhas um texto, se esse nela se resumir. Essas orações são consideradas como uma unidade material.

O autor explica que uma oração independente pode transportar-se para o nível sintático de dependência, funcionando como, por exemplo, complemento ou objeto direto da oração matriz. A oração dependente, assim como em Villela & Koch (2001), também é chamada pelo autor de subordinada (doravante encaixada), cujo complexo unitário corresponde a uma função sintática exercida por substantivo, adjetivo ou advérbio.

A conjunção integrante *que* marca o processo por que se transpôs uma unidade de camada superior – uma oração independente – para funcionar, numa camada inferior, como membro de outra oração.

A oração encaixada substantiva exerce funções próprias do substantivo, marcada pela conjunção *que*. Esta pode vir ou não precedida por preposição, conforme exerça função que necessite desse índice funcional.

Tal tipo de oração apresenta, de acordo com Bechara, o verbo da oração matriz na 3ª pessoa do singular e em um dos seguintes casos listados por ele: (a) verbo na voz reflexiva de sentido passivo (*Sabe-se que tudo vai bem*); (b) verbo na voz passiva (*ser, estar, ficar*) seguidos de particípio (*Ficou provado que estava inocente*); (c) Verbos *ser, estar, ficar* seguidos de substantivo ou adjetivo (*É verdade que sairemos cedo*); (d) verbo do tipo *parece*,

¹³ Encontramos dois casos de sentença em que não há verbo principal:

- (a) Parece que muita gente não está dando a devida atenção à questão da dengue. Inacreditável que tenhamos chegado a este ponto. No auge dos surtos na região, Juiz de Fora, até três anos atrás, era considerada uma “ilha” sem nenhum caso de origem local. O que será que houve? (*Tribuna de Minas*, 21/10/2007)

consta, ocorre, corre, urge, importa, convém, dói, punge, acontece (Parece que vai chover) (BECHARA, 2004: 484).

As orações substantivas reduzidas têm o verbo, principal ou auxiliar, no infinitivo. Para exemplificar as subjetivas, o autor coloca no infinitivo o verbo da oração encaixada: “Agora mesmo, custava-me *responder* alguma coisa, mas enfim contei-lhe o motivo da minha ausência” (Ibid.: 515).

No *corpus* coletado por nós, encontramos predominantemente orações subjetivas conforme descrito por Bechara acima em (c): verbo *ser* seguido de adjetivo ou substantivo.

Interessa-nos na próxima seção apresentar a forma como são considerados e nomeados os diferentes tipos de conexão de orações, a fim de especificar o tipo de conexão existente entre a oração matriz e a encaixada – objeto de estudo desse trabalho, que na visão tradicional recebe o nome de *subordinação*.

2.2- Visão Lingüística

A visão de lingüistas sobre a conexão de orações nos traz a diferenciação entre as orações paratáticas, hipotáticas e de encaixamento. É importante o esclarecimento sobre o nome subordinação, o qual pode trazer certa confusão de rótulo.

Lehmann (1988: 181) faz um extenso levantamento sobre os aspectos mais importantes da formação de sentenças complexas nas línguas do mundo. Para o autor, a articulação de cláusulas (*clause linkage*) refere-se às relações de *dependência* ou *sociation* entre cláusulas. A relação de *dependência* ocorre “se X ocupa um espaço gramatical de Y ou vice-versa. Em uma relação de dependência, Y depende de X se e somente se X determina a categoria gramatical da estrutura e, então, suas relações externas.”¹⁴ (LEHMANN, 1988: 181, tradução nossa). Nessa relação é necessário que haja um núcleo. Já a *não-dependência* entre sintagmas constitui a relação de *sociation*, em que não há qualquer ligação entre as cláusulas. Existe ainda a *construção endocêntrica*, tratada como uma relação semântico-sintática, composta por um sistema, Z, que é binário, X e Y, sendo Y o núcleo. Esta relação caracteriza o que para Lehmann é a subordinação (Ibid.: 182).

Lehmann trabalha com a ligação entre cláusulas binárias e, para realizar suas discussões, esclarece alguns conceitos sobre parataxe, hipotaxe e encaixamento.

¹⁴ “A grammatical relation R connecting syntagms X and Y is a relation of dependency if X occupies a grammatical slot of Y or vice versa. In a dependency relation, Y depends on X if X determines the grammatical category of the complex and thus its external relations.” (LEHMANN, 1988: 181)

Apresentamos a seguir essas definições, assumidas para o estudo das subjetivas nesse trabalho:

- (i) Encaixamento: há dependência do sintagma, que é determinado pelo tipo de relação estabelecida pelo sintagma verbal ou pelo verbo da oração matriz;
- (ii) Hipotaxe: não há exigência do sintagma subordinador, nem no nível sintático nem no nível morfológico. Há uma expressão de tempo, condição, entre outras, delimitada no sintagma subordinado. A hipotaxe e o encaixamento são considerados pelo autor como processos de subordinação;
- (iii) Parataxe: é considerada como um processo coordenado de orações, que pode ser sindética ou assindética.

Para se considerar o grau de integração entre orações, o autor usou 6 (seis) parâmetros: (a) a gradação hierárquica das orações; (b) o nível sintático do constituinte ao qual a oração se liga; (c) a dessentencialização da oração dependente; (d) a gramaticalização do verbo matriz; (e) o entrelaçamento das orações e (f) a explicitude da conexão. Os critérios (a) e (b) estão relacionados com o grau de autonomia *vs.* integração das orações subordinadas; os (c) e (d) buscam aferir o grau de expansão ou redução de uma subordinada; por fim, (e) e (f) tratam da dicotomia isolamento *vs.* conexão nas orações subordinadas.

Dentre esses parâmetros, utilizaremos apenas quatro, apesar de passar por todos: gradação hierárquica das orações, gramaticalização do verbo matriz, o entrelaçamento das orações e a explicitude da conexão.

Apresentando a gradação hierárquica das orações, o autor propôs um *continuum* para os tipos de orações, colocando nas extremidades aquelas que indicam o menor e o maior grau de integração. Representando as cláusulas independentes está a parataxe, em seguida, as *adjoined clauses*, as correlativas, as mediais, as *conjunct participle* e representando o grau máximo de encaixamento estão as *governed clauses*. O esquema abaixo, ilustra o *continuum* das orações:

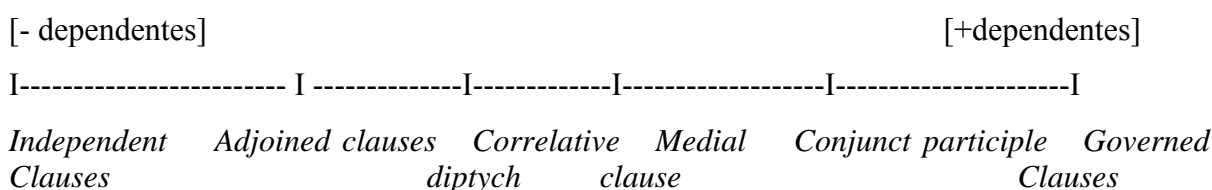


Fig. 1: *Continuum* das orações (Adaptado de Lehmann, 1988: 189)

No pólo inicial não há relação hierárquica entre as duas cláusulas que formam a estrutura complexa, o que caracteriza a parataxe. No pólo oposto, está a relação de encaixamento, na qual existe uma relação hierárquica entre as cláusulas, sendo que a subordinada está ranqueada abaixo da cláusula matriz. Esse *continuum* mostra que, quanto mais integradas estão as orações, maior é o nível de dependência existente entre elas.

O primeiro aspecto importante para verificar a integração da encaixada na cláusula matriz, selecionado para nosso estudo, é a posição seqüencial das orações e a variabilidade seqüencial. Essas características são analisadas conforme as restrições gramaticais e pragmático-discursivas que influenciam na ordem das orações matrizes e das encaixadas. Uma oração encaixada encontra mais restrições gramaticais em relação à sua matriz do que a coordenada em relação à sua oração vizinha. É importante destacar que há três tipos de cláusula encaixada em relação à sua estrutura: (a) aquele em que a cláusula dependente encaixa-se em um SN, que pode ou não estar contido em um sintagma preposicionado; (b) aquele em que a oração dependente encaixa-se em um advérbio e (c) aquele em que a oração encaixada encaixa-se em um sintagma verbal.

Em relação a esse primeiro parâmetro, em nossos dados, as orações encaixadas subjetivas ocorreram, predominantemente, à direita da oração matriz, encaixada a um sintagma nominal ou sintagma adjetival, o predicativo, que compõe a cláusula matriz junto ao verbo principal. Percebemos que há uma combinação entre as orações, que favorece a ocorrência do subjuntivo na cláusula encaixada. Estas orações mostram-se extremamente ligadas. Já aquelas que apresentam o indicativo na cláusula encaixada caracterizam-se pela possibilidade de se dissociarem da matriz.

O segundo parâmetro é o grau para o qual a cláusula encaixada é expandida ou reduzida. No processo de redução, a oração encaixada perde algumas propriedades de cláusula, adquirindo, ao mesmo tempo, algumas propriedades nominais. A nominalização estaria no pólo à direita do contínuo de dessentencialização de Lehmann (Ibid.: 193).

Como terceiro parâmetro tratado por Lehmann, e também selecionado por nós de acordo com nosso interesse, o autor trata do processo de gramaticalização, o qual é um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que transforma itens lexicais em gramaticais. Entre outras mudanças, transforma verbos plenos em modais e auxiliares. Para realizar seu estudo, foi necessário que o autor delimitasse as sentenças a serem estudadas, optando pelas

cláusulas encaixadas que tivessem uma relação gramatical com apenas uma palavra da cláusula matriz.

O autor apresenta a gramaticalização do verbo principal em construções causativas. Assim como a cláusula encaixada se reduz ao predicado, a cláusula matriz também sofre certo processo. A relação entre a oração matriz e oração causativa mostra que no momento em que o predicado da cláusula matriz se torna gramaticalizado, toda a sentença cessa de ser gramaticalmente complexa, ou seja, se torna simples. Em construções desiderativas, o autor exemplifica com uma sentença composta pelo verbo modal *want*, que tem avançado estágio de gramaticalização por requerer um objeto na forma não finita como complemento (Ibid.: 203).

Existem duas maneiras através das quais sentenças complexas se reduzem a sentenças simples: dessentencialização da cláusula encaixada, tornando-se um constituinte simples da cláusula matriz, e, gramaticalização do verbo da cláusula matriz, tornando-se um afixo que modifica semanticamente o significado do verbo da encaixada. Nos dois casos o verbo da encaixada torna-se um constituinte do verbo da cláusula matriz; no primeiro é dependente e, no segundo, é seu verbo principal. No capítulo IV – Análise de dados, apresentamos uma proposta adaptada da proposta supracitada de Lehmann, em que orações complexas subjetivas tornam-se orações simples.

Para o nosso estudo, selecionamos as orações encaixadas subjetivas, que se caracterizam pela dependência da encaixada da oração matriz. Em relação à oração matriz, os dados revelam que estas são constituídas, preferencialmente, com o verbo *ser*, no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular, como em: *É preciso proteger a saúde dos jogadores* (Jornal Tribuna de Minas, 15/12/2007). Essa marcação de tempo, modo e pessoa foi quase categórica, o que significa que está ocorrendo restrição desses elementos no verbo da matriz. Possivelmente, a oração matriz esteja passando pelos primeiros estágios do processo de gramaticalização.

A grande maioria dos nossos dados também revelou que as construções com modais deônticos e epistêmicos e com avaliativos requereram orações encaixadas subjetivas na forma não-finita, indicando alta integração. Além do infinitivo, encontramos encaixadas com o subjuntivo, o qual apresenta condições para ocorrer e com o indicativo, o qual demonstra haver menor integração entre encaixada subjetiva e oração principal.

Outro ponto destacado nessa perspectiva teórica é o quarto parâmetro utilizado pelo autor, que diz respeito ao entrelaçamento de orações. Trata-se de um parâmetro de averiguação para detectar o grau de integração entre duas proposições. No entrelaçamento,

está presente o aspecto semântico, no qual as orações compartilham alguns elementos em relação ao significado, e o aspecto sintático, no qual é expresso esse compartilhamento, através da não especificação destes elementos que se sobrepõem semanticamente. A anáfora é um exemplo da expressão sintática do entrelaçamento de orações. Quanto mais as orações estão entrelaçadas, maiores são as possibilidades de ocorrer anáfora do sujeito, que pode ser zero ou pronominal, na oração encaixada.

Como outra possibilidade para aferir o entrelaçamento, o autor cita o compartilhamento dos predicados, do tempo, do aspecto e dos agentes presentes. A anáfora está diretamente ligada ao compartilhamento de predicados. Em relação ao tempo e aspecto, Lehmann argumenta que a oração matriz determina, até certo ponto, as características temporais e aspectuais da oração encaixada. Para o autor, quanto mais as orações estiverem integradas, maiores as possibilidades de a oração matriz influenciar no tempo e aspecto da oração encaixada. É importante destacar também que a oração encaixada apresenta condições para ocorrer, por exemplo, no modo subjuntivo, indicativo ou na forma não-finita, indicando a existência de exigências a serem satisfeitas para configurar uma *harmonia* sintática e semântica com a matriz.

Como último parâmetro utilizado pelo autor, o qual também foi por nós selecionado para análise de dados, Lehmann discute a explicitude do elemento de ligação entre as orações, nomeando como sindéticas aquelas cujo elemento de ligação está explícito e assindéticas, em que o elemento de ligação não está explícito. A presença do conector está diretamente ligada ao tamanho das partes conectadas, fazendo-se necessário quando conectamos grandes porções de texto.

Em nossos dados, a explicitude ou não da conjunção está diretamente ligada à forma de realização do verbo da encaixada. O verbo na forma finita admite a conjunção, já o verbo na forma não-finita repele a conjunção.¹⁵

Vale a pena ressaltar que o autor classifica como subordinadas as orações encaixadas e hipotáticas. Na explanação, acima, dos parâmetros propostos por Lehmann, utilizamos o nome *encaixada*, já que é esta a nomenclatura adotada por nós para nos referirmos às orações subordinadas subjetivas, que são dependentes da matriz.

A fim de discutir a relação entre as orações, Halliday (1994: 218) apresenta sentenças formadas com mais de duas orações, analisando a relação de modificação que existe entre

¹⁵ Na modalidade escrita, não foram encontrados casos em que o verbo da encaixada se realizasse na forma finita e não admitisse conjunção. Entretanto, encontramos esse tipo de ocorrência na modalidade falada, sobre a qual não nos deteremos nesse trabalho, ficando como proposta para futuras pesquisas.

elas e questiona: de que modo o conceito de modificação precisa ser refinado e enriquecido para se levar em conta as relações dentro da oração complexa? A partir daí, o autor norteia sua discussão com base na relação lógico-semântica e de interdependência.

Além da relação de modificação, através da qual um elemento modifica o outro, existem outras relações que se estabelecem entre as orações de uma estrutura complexa. Segundo o autor, o termo geral para a relação de modificação é *hipotaxe*. Trata-se de uma relação entre um elemento dependente e seu dominante. Contrastando-se a essa relação está a *parataxe*, que é a relação entre dois elementos de *status* igual, um iniciando a sentença e outro a finalizando. Uma estrutura complexa típica contém a mistura de seqüências paratáticas e hipotáticas, as quais se entrelaçam uma dentro da outra.

No que diz respeito às relações lógico-semânticas, podemos agrupar a variedade dessas orações baseada em duas relações fundamentais: expansão e projeção. Em relação à hipotaxe, na expansão, a segunda oração, a encaixada, expande a primeira, ou seja, a matriz. Na projeção, a segunda oração é projetada através da primeira oração, que a instancia como locução ou idéia.

As subcategorias da expansão, (a) elaboração, (b) extensão e (c) realçamento, são assim definidas pelo autor:

- (i) Elaboração: uma oração expande a outra dizendo novamente, em outras palavras, utilizando expressões como, *ou seja, isto é*, especificando com maiores detalhes, comentando ou exemplificando;
- (ii) Extensão: uma oração expande a outra adicionando novos elementos, atribuindo exceções ou oferecendo uma alternativa, utilizando expressões como, *e, ou*;
- (iii) Realçamento: uma oração expande a outra qualificando-a com algumas características circunstanciais de tempo, lugar, causa ou condição, introduzidos por elementos como, *então, ainda*, entre outros (Ibid.: 219).

Já as subcategorias da projeção, locução e idéia são definidas da seguinte forma:

- (iv) Locução: uma oração é projetada através da outra, apresentando-a como uma locução, sendo introduzida por elementos como, *diz* ou *dizem*;
- (v) Idéia: uma oração é projetada através da outra, apresenta-a como uma idéia, uma construção de sentido, introduzida por elementos como, *pensa* ou *pensam*.

Dentre os tipos de ligação que se estabelecem entre as orações interessa-nos, especificamente, a ligação nomeada *encaixamento*. Trataremos a partir de agora das cláusulas encaixadas, visto que as orações subjetivas, tema dessa dissertação, enquadram-se nesse tipo. Halliday, inicialmente, exemplifica os modelos de orações ligadas pelo encaixamento e afirma:

The characteristic function of an embedded element is as Postmodifier in a nominal group (...). Other functions are: as Head of a nominal group (i.e. as a nominalization), e.g. *that you're sorry* in *that you're sorry isn't enough*; and as a Postmodifier in an adverbial group, e.g. *as you can* in *as quickly as you can*. (...) All embedding falls into one or other of these major categories; these are no further types. It should be remembered that the category of nominal group includes those having adjective (Epithet) as Head, e.g. *so big that we couldn't carry it*, where *that we couldn't carry it* is embedded (Ibid.: 242).

A cláusula subjetiva é exemplificada no trecho transcrito acima pela seguinte sentença *That you're sorry isn't enough*, aparecendo na posição anteposta em relação à cláusula matriz *isn't enough*. Além disso, a oração subjetiva está introduzida pela conjunção *that* (=que) e realiza-se na forma finita. A oração matriz tem o verbo de ligação, *is*, flexionado na terceira pessoa do singular do presente simples do modo indicativo, e está acompanhado do adjetivo *enough*, o qual indica a atitude avaliativa do falante/escritor sobre um estado de coisas.

Igualmente, as ocorrências encontradas em nossos dados são compostas, na grande maioria das ocorrências, por verbo de ligação *ser* (encontramos algumas poucas ocorrências com o verbo *parecer*), flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, podendo ser seguido de sintagmas nominais ou adjetivais, os quais indicam modalização deôntica ou epistêmica ou avaliação. Já a oração encaixada que exerce a função sintática de sujeito da matriz aparece, quase majoritariamente, na posição posposta em relação à matriz, diferentemente do exemplo.

A construção apresentada por Halliday está iniciada pela conjunção *that*, a qual tem como correspondente, em português, a conjunção universal *que*. Em nossos dados não foram encontradas ocorrências de orações encaixadas finitas na posição inicial na escrita, que fossem introduzidas pela conjunção. Encontramos as encaixadas subjetivas nessa posição realizando-se de forma não-finita.

O autor distingue ainda as relações paratáticas e hipotáticas do encaixamento: a parataxe e a hipotaxe são uma relação entre as orações. O encaixamento é um mecanismo

através do qual uma oração ou um sintagma funciona como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, que é um constituinte da oração. Não existe relação direta entre a oração encaixada e a oração dentro da qual ela é encaixada. A relação entre a oração encaixada e a oração “externa” é indireta, com um grupo intermediando essa relação. Assim, como a oração encaixada funciona na estrutura do grupo, o grupo funciona na estrutura da encaixada.

Como na parataxe e na hipotaxe, um elemento encaixado pode tanto ser expandido como projetado. Funcionando como uma expansão, o sentido da oração encaixada é de definir, delimitar ou especificar. Dessa forma, a expansão, característica da oração encaixada, é a oração relativa restritiva, que tem a função de especificar qual membro ou membros da classe designada pelo “nome central” (*Head noun*) é referido. Não iremos nos ater a esse caso de sentença tendo em vista os dados coletados para análise – orações subjetivas. A distinção entre extensão, elaboração e realçamento dentro das orações encaixadas é menos relevante do que a distinção delimitada nas paratáticas e hipotáticas (Ibid.: 243).

Neves (2000: 333) apresenta e define detalhadamente as características das orações encaixadas. Segundo a autora, estas equivalem a um sintagma nominal, construindo-se com verbo não-finito ou em modo finito. Quando são conectadas por conjunção, o verbo permanece na forma finita. Tal conjunção é denominada integrante e, na maioria das vezes, trata-se do *que*, podendo também ocorrer com *se*. Caso o verbo ocorra na forma infinitiva, não ocorre conjunção.

Essas mesmas características apareceram em nossos dados, porém não foram encontradas orações subjetivas introduzidas pela conjunção *se*.

Compartilhando da posição de Lehmann (1988) e Halliday (1994), Neves afirma que as orações substantivas são encaixadas ou integradas à matriz. Em função argumental, funcionam como complemento de um termo da outra oração. Podem aparecer como argumento de verbo, como complementação de substantivo e como complementação de adjetivo. Ao completar um verbo podem ocorrer: (a) sem preposição, na função de sujeito - *É fácil identificar o clímax*; (b) sem preposição, na função de objeto direto - *Fiquei pensando se valia a pena*; (c) e com preposição, na função de objeto indireto - *Não se lembra de ter ido a um bar da praia?* Já, na complementação de substantivo, funcionam apenas como completiva nominal - *Não há dúvida de que se tratava de uma pista*. E, por fim, na complementação adjetival têm: (a) função predicativa, como predicativo do sujeito da oração matriz - *O fato é que trabalho desde os 13 anos*; e (b) função apositiva, como aposto explicativo de um termo da oração matriz - *Só há uma forma de ação: ser útil ao movimento*.

Neves divide os subtipos semânticos de orações encaixadas. As orações podem ser divididas de acordo com suas características. Um grupo apresenta construções de orações completivas com natureza factual, outras possuem predicados do tipo implicativo, na forma afirmativa ou negativa. Alguns predicados são ligados a preenchimento de condições com complementos oracionais.

Iremos nos ater especificamente nas orações subjetivas. Como o próprio nome diz, exercem função de sujeito e vêm comumente pospostas à oração matriz. A anteposição indica topicalização, construção mais marcada seja com verbo na forma infinitiva seja na forma finita. Porém, nem sempre a anteposição ocorre de forma eficaz para algumas construções.

As orações subjetivas correspondem a um sintagma nominal, quando não têm em sua composição um verbo e um adjetivo ou substantivo, mas apenas um sintagma cujo núcleo é um nome, como em: *É lamentável a perda*. Enquanto orações, as subjetivas se dividem de acordo com os predicados das matrizes, que se apresentam de diferentes formas, a saber: (a) predicados formados por verbo de ligação, como *ser, estar, ficar*, + predicativo. O predicativo pode ser composto de (1a) sintagma adjetivo - *É claro que, é importante que, tornou-se claro que, é importante notar que, é melhor*, etc; (2a) particípio passado - *Já está decidido que, Caso fique comprovado que, Ficou provado que, Ficou decidido que*, etc; (3a) verbo de ligação não expresso - *Proibido tocar*, e, (4a) sintagma nominal - *É uma pena que, é uma surpresa que, era tolice, seria tolice etc.*; (b) predicados formados por verbos como: *importar, parecer, acontecer, bastar*, os quais aparecem na terceira pessoa do singular e, por isso, são chamados de unipessoais. Estes verbos apresentam apenas um argumento na sua estrutura argumental, ou seja, têm valência 1 (um); (c) predicados formados por verbos psicológicos, que exprimem a reação emotiva de um experimentador em relação a um estado de coisas: *não me interessa que, não nos surpreende que, não me agradava que, preocupava-me (algo), alegra-me que*, etc; (d) predicados formados por verbos que fazem identificação entre o sujeito oracional e o complemento oracional - *Admitir que Tito tenha enlouquecido significa reconhecer a vitória dos seus algozes*, e, (e) predicados formados por formas verbais na voz passiva - *Foi aconselhado que rezasse a Deus*.

O recorte de orações feito para essa pesquisa, caracterizou-se, predominantemente, por construções em que a matriz é composta por verbo de ligação (*ser*) seguido de predicativo, formado por um adjetivo ou substantivo, indicadores de modalidade epistêmica, deôntica e ainda de avaliação. Encontramos além do sintagma adjetivo o sintagma nominal.

¹⁶ Os demais casos de orações subjetivas, como predicados formados por verbos como: *importar, parecer, acontecer, bastar*; predicados formados por verbos psicológicos; predicados formados por verbos que fazem identificação entre o sujeito oracional e o complemento oracional e predicados formados por formas verbais na voz passiva não foram tão recorrentes de forma que pudessem compor um extenso *corpus* para análise. Esse resultado justifica, assim, nosso recorte. ¹⁷

Analisando um extenso *corpus*, Gonçalves (2001: 183) descreve as subjetivas a partir da oração matriz e apresenta a teoria dos protótipos dessa classe. Interessa-nos aqui, verificar as características prototípicas dessas orações, a fim de compararmos com nossos dados, e, se possível, explicá-las diante do novo quadro em que se encontram tais orações.

O autor inicia seu texto afirmando que as orações encaixadas são representadas pelas orações substantivas, assim como afirma Lehmann (1988) e Halliday (1994). Elas se equiparam a um sintagma nominal que ocupa uma determinada posição sintática na frase, e por isso, são chamadas pela gramática tradicional de orações subordinadas substantivas, conforme exposto por Bechara (2004) na seção anterior. O autor as chama de *Orações Complexas Subjetivas* (OCSs, como o faz o autor), por equipararem-se a um SN complexo.

Levando em conta os pressupostos da teoria da categorização lingüística proposta por Taylor (1989 apud GONÇALVES, 2001: 187) e os pressupostos sobre gramaticalização (HOPPER & TRAUGOTT, 1993 apud GONÇALVES, 2001: 188), Gonçalves nos apresenta uma tipologia preliminar para as OCSs, ou, de acordo com a gramática tradicional, orações subordinadas substantivas, extraídas de textos dramáticos, técnico e oratório, caracterizados pela língua escrita. O autor levantou para esse estudo 135 ocorrências.

Gonçalves caracteriza as OCSs utilizando uma distinção no formato da oração matriz. Elas podem ter matriz com predicado verbal, com predicador nominal e com predicador

¹⁶ Por termos apenas dois casos com advérbios, não focamos essas ocorrências nesse estudo.

¹⁷ Reproduzimos aqui a nota 2 (dois), na qual apresentamos os casos definidos pela gramática tradicional e as razões que nos levaram a pesquisar as construções do tipo [verbo *ser* + sintagma nominal/adjetival]:

Bechara distingue os tipos de orações subjetivas, da seguinte forma: verbo da oração matriz na 3ª pessoa do singular e em um dos seguintes casos listados por ele: (a) verbo na voz reflexiva de sentido passivo; (b) verbo na voz passiva (*ser, estar, ficar*) seguidos de particípio; (c) Verbos *ser, estar, ficar* seguidos de substantivo ou adjetivo; (d) verbo do tipo *parece, consta, ocorre, corre, urge, importa, convém, dói, punge, acontece* (BECHARA, 2004: 484). Entre esses, interessa-nos para o presente trabalho as construções com verbo *ser* seguidos de substantivo ou adjetivo por terem sido as construções mais recorrentes. Alguns casos não configuram um número expressivo para análise, como, por exemplo, *parece que*, e outros não existiram, como, por exemplo, *urge que*.

adjetival. As sentenças que têm matriz com predicador verbal, têm a encaixada vinculada a esse predicador, sendo, então, selecionada por este verbo. Esses enunciados apresentam a seguinte estrutura, de acordo com Gonçalves: [*ocs*[*matriz - predicador verbal* [*OES*]]] (GONÇALVES, 2001: 185), em que OES é a sigla usada pelo autor para se referir às orações encaixadas subjetivas.

As sentenças com matriz cujo predicador é nominal têm também a encaixada vinculada a esse predicador, diferenciando-se das orações predicativas, pela ordem dos constituintes na matriz. As orações predicativas apresentam como predicador um SN na matriz, composto por [Det+N]. Os enunciados com predicador nominal na matriz têm a seguinte estrutura: [*ocs*[*matriz ser + SN* [*OES*]]] (Ibid.: 186).

E, por fim, aquelas que têm matriz com predicador adjetival, o qual pode ser expresso por um sintagma adjetival (SA) ou por um sintagma preposicionado (SPrep) de natureza adjetiva. A estrutura que prevê esses casos é: [*ocs*[*matriz - verbo copulativo + (SA) (SPrep)* [*OES*]]] (Ibid.: 186).

Gonçalves enumera as propriedades comuns entre essas orações, a saber: (i) a encaixada sempre ocorre à direita da oração matriz; (ii) a encaixada tem forma finita ou não-finita; (iii) o verbo da matriz aparece categoricamente na 3ª pessoa do singular e na maioria das vezes no presente do indicativo e (iv) a oração matriz codifica sempre uma avaliação do falante sobre o conteúdo da encaixada.

Tais características apareceram igualmente em nossos dados. A oração encaixada realizou-se na forma finita, introduzida pela conjunção *que* ou na forma não-finita sem a presença da conjunção, ocorrendo na maioria dos casos à direita da matriz. A matriz também apresentou verbo *ser* na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, na maioria das vezes, exprimindo a atitude do falante através de adjetivos e substantivos indicadores de modalização epistêmica, deôntica e de avaliação.

Baseando-se na teoria de Taylor (1989 apud GONÇALVES, 2001), o autor apresenta os atributos da prototipicidade. A categorização por protótipos prevê graus de pertencimento a uma categoria, a partir dos atributos de um membro central. Podemos distinguir termos de nível básico, e por isso, mais prototípicos. O objetivo de Gonçalves é aplicar esta teoria nas OCSs. Como critério para tal distinção, a alta frequência de ocorrência dos dados foi analisada. Porém, é ressaltado que a frequência é apenas um sintoma de prototipicidade e não sua causa.

A primeira propriedade das OCSs analisada por Gonçalves em seus dados foi a forma da oração encaixada: finita/não-finita. A forma mais recorrente para as encaixadas foi a não-

finita (64%) e a forma mais recorrente usada pela matriz foi aquela com predicador adjetival (56% das ocorrências). O maior índice de encaixada na forma finita ocorreu com matrizes cujo predicador era nominal: (57%) e o maior índice de encaixada na forma não-finita ocorreu com matrizes cujo predicador era verbal: (73%).

O autor aponta como possível explicação para o acentuado uso de matrizes com predicação adjetival o fato de a categoria adjetivo ser a forma mais prototípica para a expressão de avaliação e julgamento. O autor ressalta ainda que essa função da matriz é também extensiva aos predicadores nominais e verbais, porém são categorias menos prototípicas, justificadas pelo baixo índice de ocorrência.

Dois valores se destacam dentre os tipos de avaliação expressos pelo predicado matriz da OCS: valores deônticos, que expressam conduta de ordem moral, controlado pelo falante em direção a um agente, e epistêmicos, que marcam o (des)comprometimento do falante com a proposição da encaixada, e, portanto, orienta-se para o falante (Ibid.: 189).

A segunda análise realizada pelo autor é o ‘tipo de avaliação do predicado matriz’ *versus* ‘forma da OES’. Os predicados matrizes com formas finitas na encaixada codificam preferencialmente valores epistêmicos (65%), já os predicados matrizes com formas não-finitas na encaixada, codificam equilibradamente valores deônticos ou outros valores (72% e 79%, respectivamente). Os valores epistêmico e deôntico sobressaíram com relação aos outros valores encontrados (56% contra 44%).

Com esses resultados o autor destaca duas propriedades das OCS: a forma não-finita da oração encaixada e a expressão de modalidade da oração matriz. Segundo Gonçalves, as formas não-finitas apresentam maior grau de dependência da matriz, indicando uma propriedade de cláusulas gramaticalizadas. As formas não-finitas predominaram nos dados, alternando-se com as finitas, o que indica que as cláusulas não-finitas estão perdendo traços de orações prototípicas, como modo, tempo, aspecto, tornando-se independentes. Por essa razão, são mais fortemente integradas ao predicado matriz. Essa forte integração seria um indicio de que as OCSs, cuja encaixada aparece na forma não-finita, seriam cláusulas mais gramaticalizadas do aquelas com encaixada finita. A escala de gramaticalização dessas orações, de acordo com a proposta de Gonçalves, ficaria:

(i) Finita > não-finita > nominalização (Ibid.: 189).

Em seguida, o autor analisa correlação de tempo/modo entre a matriz e a encaixada, visto que o grau de ‘entrelaçamento’ entre a matriz e a encaixada seria um indicativo do seu

grau de gramaticalização. Portanto, é de se esperar que as orações encaixadas finitas já não mantenham alto grau de dependência com sua matriz. OS resultados indicam que há fraco entrelaçamento entre as construções encaixadas finitas e a matriz, com relação ao tempo/modo, pois se manifestaram de forma diferente e precisam ser diferente: (47%). O fato de ter predominado o fraco entrelaçamento entre matriz e encaixada sinaliza que um entrelaçamento forte constitui fator para a matriz selecionar um constituinte oracional não-finito, indicando uma estrutura mais gramaticalizada. O autor questiona se a finitude da encaixada constitui critério suficiente para afirmar que há um avanço na escala da gramaticalização e observa também que os verbos das matrizes aparecem preferencialmente na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.

Assim, as subjetivas prototípicas são apresentadas da seguinte forma: a matriz ocorre com um predicado adjetival, o qual é encabeçado pelo verbo ser, na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, e a encaixada ocorre na forma não-finita e à direita da matriz. Tais características prototípicas sinalizadas por Gonçalves foram encontradas em nossos dados.

III - GRAMATICALIZAÇÃO

O processo de gramaticalização está presente em nossas discussões em relação às matrizes das orações encaixadas subjetivas. Baseamos nossa discussão, em Hopper (1991), Heine (1993), Hopper & Traugott (2003), Bybee et al. (1994) e Heine & Kuteva (2006) a fim de buscar subsídios para este trabalho. Nosso interesse recai expressamente nas propostas apresentadas por Hopper (2001), cujos estágios enquadram-se em parte dos dados analisados e por Heine & Kuteva (2006), cujas análises de mudança categorial foram observadas em nossos dados.

Hopper (1991: 17), inicialmente, problematiza a questão da definição da gramática das línguas. Citando Meillet (1925 apud HOPPER, 1991), o autor afirma que não é possível definir a gramática de uma língua, apenas relacionada a sua morfologia, sem levar em consideração, por exemplo, a ordem das palavras, cuja motivação é pragmática.

Para ajudar na problematização do fato descrito acima, o autor faz algumas considerações sobre as regularidades emergentes em uma língua como sendo instâncias de gramaticalização. A primeira delas está relacionada a categorias morfologizadas. Segundo o autor, categorias que são comumente morfologizadas em uma língua são candidatas para construções gramaticais emergentes em outra língua. A segunda afirma que certos tipos de itens lexicais são conhecidos tipicamente por evoluir para clíticos e afixos gramaticalizados. Para exemplificar, o autor cita os pronomes demonstrativos que se tornaram artigos e marcadores em algumas línguas. Essas generalizações guiam o estudo sobre a gramaticalização em uma dada língua, principalmente quando não estão disponíveis dados históricos.

Hopper retoma o trabalho de Lehmann (1985), quem agrupou as características que definem o *status* gramatical em uma língua, a saber: *paradigmatization*, que trata da organização paradigmática de formas gramaticalizadas; *obligatorification*, a qual diz respeito à tendência de formas opcionais tornarem-se obrigatórias; *condensation*, que trata da diminuição da forma; *coalescence*, colapso de formas adjacentes, e, por fim, *fixation*, que é a ordem linear livre tornando-se fixa (HOPPER, 1991: 21). Quando todos esses estágios são identificados em um processo, a gramaticalização é claramente definida.

Para identificar o processo de gramaticalização em estágios menos avançados, Hopper propõe alguns princípios para identificar os estágios que são insipientes. A partir de sua proposta, o autor espera reconhecer, mais precisamente, o lugar a partir do qual podemos falar de gramaticalização.

Os cinco princípios propostos por Hopper estão resumidos no quadro abaixo:

<i>Layering</i>	Nesse estágio, há o surgimento de novas camadas (<i>layers</i>), o que não significa que as antigas camadas desaparecem. Estas coexistem com as novas camadas, interagindo.
<i>Divergence</i>	Ocorre quando um item lexical sofre gramaticalização, passando a clítico ou afixo, e as formas originais permanecem como elementos autônomos.
<i>Specialization</i>	Diz respeito ao estreitamento de variantes semânticas, possíveis de ocorrerem em um domínio funcional. O menor número de formas selecionadas assume um sentido mais geral.
<i>Persistence</i>	Alguns traços do item original permanecem na estrutura em processo de gramaticalização.
<i>De-categorization</i>	Há perda ou neutralização de marcas morfológicas e sintáticas, características de nomes e verbos que assumem características de classes secundárias, como adjetivos, preposições, etc.

Q. 1: Princípios de gramaticalização segundo Hopper (1991: 22).

Esses estágios compõem o processo de gramaticalização e não devem ser tomados isoladamente. Alguns detalhes desses princípios devem ser levados em consideração.

O princípio relacionado a camadas, *Layering*, indica ainda que, em uma mesma língua, existem diferentes “ferramentas” que servem a um mesmo propósito, ou a um propósito similar. O surgimento de novas camadas é gradual, por isso, não substitui imediatamente e totalmente a forma original. Essas novas formas, segundo o autor, têm pequenas diferentes nuances de sentido, e são, às vezes, reconhecidos como diferenças estilísticas.

O princípio chamado *Divergence* deve ser entendido como um caso especial de *Layering*, pois o princípio das camadas envolve diferentes graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, enquanto que a divergência ocorre em contextos específicos, ou seja, um item lexical torna-se gramaticalizado em um mesmo contexto e não se gramaticaliza em outro. A partir desse estágio, em que o item em processo de gramaticalização se especializa para um contexto específico, o uso desse item torna-se obrigatório, caracterizando o estágio da *Specialization*. É esperado, então, que a forma, que sofre o processo em questão, seja polissêmica.

No estágio *Persistence*, um ou mais de um dos sentidos refletem o primeiro sentido dominante.

E, por fim, no último estágio, *De-categorization*, o item em gramaticalização perde sua autonomia no discurso. Há aqui uma mudança semântico-funcional. Em seus novos papéis, os itens sofrem congelamento (*freezing*) ou perda das partes morfológicas, adquirindo funções discursivas. Traugott (1982 apud HOPPER, 1991) afirma que a perda de autonomia discursiva significa que o item adquiriu uma função ou sentido relacionados ao texto ou a uma construção local.

Heine (1993: 27) apresenta o processo cognitivo, ao estudar os auxiliares, e suas implicações lingüísticas.

Assumindo que os auxiliares expressam conceitos gramaticais, o autor lista as noções expressas por entidades concretas que geram as expressões lingüísticas dos auxiliares: *location; motion; activity; desire; posture; relation; possession* (HEINE, 1993: 28). Essas noções são expressas por verbos que compõem *event schemas*, como *source-path-goal; contact; part-whole etc.* (Ibid.: 29). Existem quatro domínios dentro desses esquemas, a saber: domínio físico; domínio temporal; domínio intra-subjetivo e domínio intersubjetivo.

Em relação a esses esquemas, trataremos apenas daquele que está relacionado ao nosso trabalho: *evaluative schema*.

Evaluative schema é baseado em julgamentos éticos ou outros interpretados como introdutores de uma noção modal, com a predicação principal apresentada na forma de um complemento, tanto não-finito como um complemento causal. Esse esquema é empregado com a modalidade deôntica, ou seja, orientado para o agente, através de conceitos como *requerimento, obrigação e permissão*, mas seu uso deve ser estendido para expressar conceitos epistêmicos como *certeza, probabilidade e possibilidade*. A forma mais usada para expressá-lo é: “It is x to/that y”, em que “x” é um verbo de estado, adjetivo, ou um sintagma nominal que expresse conceito avaliativo como *good, useful, important*. Segundo o autor, “x” é o item que será gramaticalizado em uma categoria modal (Ibid.).

Heine lista as propriedades do esquema Avaliativo. A primeira delas refere-se à Avaliação através da cláusula matriz (“It is x”), que consiste em uma expressão impessoal, na terceira pessoa do singular; a segunda, diz respeito ao núcleo predicativo da matriz, o qual é usualmente composto por adjetivos como *essential, necessary, likely*, entre outros, mas admite verbos de estado e substantivos; a terceira propriedade fornece os tipos de complemento da matriz, o qual pode ser oracional ou nominal; a quarta, descreve as características desses tipos. O complemento nominal exige verbos no infinitivo somados aos

seus argumentos, já os complementos oracionais tendem a serem construídos no modo subjuntivo; e, por fim, a quinta propriedade, proporciona as características sintáticas desse complemento, o qual pode funcionar como objeto ou como sujeito.

O esquema avaliativo descrito acima é foco do nosso trabalho. Vale ressaltar que tais características também foram listadas por Gonçalves (2001), apresentado anteriormente. Em nossos dados, a oração matriz é responsável por carregar verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e o elemento modal ou avaliativo. Geralmente, são adjetivos ou substantivos, cujo valor recai sobre a proposição descrita na encaixada. O sujeito oracional expressa, usualmente, uma atividade a ser realizada, uma atitude a ser tomada, projetada para o futuro, dado que o evento não foi realizado, mas está para sê-lo em um certo momento não especificado. Essa não especificação decorre do modo infinitivo, recorrente nos dados, que indica estado em potencial, e do modo subjuntivo, recorrente nas formas finitas catalogadas. Por último, encontramos o modo indicativo, indicando certeza dos eventos ocorrerem e menor integração entre oração encaixada e oração matriz. O modo *realis* expresso através do verbo *ser* da cláusula matriz, que apareceu recorrentemente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, passa a expressar modo *irrealis*, harmonizado com os elementos do entorno.

Heine apresenta ainda a linha que indica a mudança morfossintática e outra que indica a mudança fonológica das palavras em processo de gramaticalização. Segundo Heine, a estrutura em linha mostra a transição de um conceito de verbo pleno para um conceito gramatical, ou seja, de um conceito concreto a um abstrato. O estágio intermediário indica ambigüidade da forma em mudança, apontando tanto a presença de traços concretos quanto de abstratos. Quando uma dada expressão é transferida de um conceito fonte para um conceito meta, este elemento perde as características da sua forma mais antiga. Dessa forma, um verbo perde, por exemplo, a voz passiva, sua nominalização, sua forma imperativa, as flexões em pessoa, tempo ou negação, ser governado por auxiliares, e/ou ter um complementizador. Ao mesmo tempo, adquire propriedades de marca gramatical.

Este processo é o que está acontecendo com o verbo *ser* encontrado na grande maioria dos casos das cláusulas matrizes. Em nossos dados, tal verbo foi encontrado em 86% dos casos no presente do indicativo no jornal *Tribuna de Minas* e 87% no jornal *Estado de Minas*, configurando, assim, sua quase cristalização. Em segundo lugar, está o pretérito perfeito do indicativo, com apenas 5% de ocorrência em ambos os jornais. O percurso a ser

seguido indica sua efetiva cristalização, assim como ocorreu com as formas *diz que* e *parece que*.¹⁸

Além da mudança morfossintática, existe ainda a *erosão* do elemento em termos fonológicos. Da forma plena, o elemento passa pelo estágio intermediário, que consiste da coocorrência de formas plenas e reduzidas, chegando ao último estágio, que é a forma reduzida. Esta forma segue a mudança conceptual, primeiro estágio necessário na gramaticalização.

Heine introduz as características e a ordem do processo, denominado por ele de *grammaticalization chain* (Ibid.: 53). O primeiro passo para sua ocorrência é a existência de uma forma lingüística que tem dois usos: um sobrepondo-se ao outro. Um elemento refere-se à fonte e o outro à meta. A existência do elemento fonte é historicamente primeira e menos gramaticalizada do que o elemento meta. A razão de nomear essa estrutura como “cadeia de gramaticalização” está relacionada ao comportamento desse fenômeno, em que todos os componentes da forma lingüística são afetados, desde sua forma semântica, passando pela sua forma sintática, até sua forma fonológica.

Devido à sobreposição de formas, as categorias gramaticais são inerentemente ambíguas em certos usos. Além disso, a cadeia de gramaticalização é unidirecional, se estendendo de um uso historicamente primeiro, menos gramatical, para um uso historicamente secundário, mais gramatical. A rede de gramaticalização tem a dimensão sincrônica e diacrônica e é definida pelo autor como *lineraly structured family resemblance categories* (Ibid.: 53).

Existem, segundo o autor, quatro tipos de correntes relacionadas à expressão de conceitos gramaticais: *dessemantização*, relacionada à semântica; *decatégorização*, relacionada à morfosintaxe; *clitização*, relacionada à morfofonologia e *erosão*, relacionada à mudança fonética.

A *dessemantização*, também chamada *semantic bleaching*, refere-se ao processo através do qual em contextos específicos um item lexical é *esvaziado* de seu sentido lexical e adquire função gramatical. No início, o sujeito é humano, o verbo expressa conceito lexical e o complemento, um objeto concreto ou lugar. Em seguida, o complemento passa a designar situações dinâmicas, e, por fim, o sujeito não mais é associado com referentes humanos, e o verbo adquire uma função gramatical (Ibid.: 54).

¹⁸

Formas estudadas por Galvão (2004) e Gonçalves (2003), respectivamente.

Na *deategorização*, as formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e características sintáticas de categorias plenas como nomes e verbos, e passam a assumir características de categorias secundárias como adjetivos, participípios, preposições, etc. Com a mudança de conteúdo lexical para gramatical, o verbo perde suas propriedades verbais, como a possibilidade de ser negado separadamente e ocorrer em outras posições na sentença; e o complemento, suas propriedades nominais, como sua marca não-finita.

Com a perda de conteúdo lexical, o verbo matriz se desenvolve para um “operador” e, seu complemento, assume a função de verbo independente. Esse é o estágio da *cliticização*.

Por último, e não menos importante, o verbo, que tinha forma fonológica plena, tende a sofrer erosão, perdendo a capacidade de marcar tom e *stress* distintivos. Trata-se da *erosão*.

Heine apresenta os estágios através dos quais a classe em processo de gramaticalização tende a ter menos elementos. No último estágio há um número mínimo de itens pertencentes à mesma classe ou paradigma. Propomos um quadro resumitivo dos setes estágios descritos pelo autor.

Estágio A	É a situação de esquemas fontes concretos, em que o verbo tem seu sentido lexical pleno, e o complemento se refere, geralmente, a objetos concretos.
Estágio B	Nesse estágio, o verbo ainda é pleno, mas o complemento se refere a uma situação dinâmica. Há aqui uma situação de ambigüidade.
Estágio C	O sujeito não tem mais referência humana, passando a ter função formulaica. Adquire, assim, marcas gramaticais de tempo, aspecto ou modalidade. O complemento aparece na forma não-finita, indicando uma atividade.
Estágio D	A característica mais evidente nesse estágio é o status decategorizado do verbo, ou seja, ele tende a perder sua habilidade de formar a passiva, o imperativo, ser nominalizado; não admite nomes como núcleo de seu complemento, e sim verbos não-flexionados.
Estágio E	O verbo não pode mais ser negado separadamente, nem ocorrer em outras posições na cláusula. São híbridos por combinarem características de verbos lexicais e marcas gramaticais. Geralmente, cliticização e erosão são desencadeados. O verbo perde, então, substância fonológica e, possivelmente, a nominalização e/ou adverbialização do complemento.
Estágio F	Neste estágio, o verbo perde todas as propriedades verbais remanescentes.

	Dessa forma, o verbo está morfologicamente e sintaticamente como um elemento gramatical e seu complemento é reinterpretado como verbo principal. O verbo muda de clítico para afixo.
Estágio G	Esse é o último estágio, em que o verbo é puramente gramatical, reduzido, geralmente, a um afixo impossibilitado de carregar tom e stress distintivos. Seu complemento perdeu os traços nominais ou adverbiais, transformando-se em um verbo principal pleno.

Q. 2: Transições de uma classe aberta de itens para uma classe fechada (HEINE, 1993: 58).

Discursando ainda sobre o processo de gramaticalização, Heine mostra a unidirecionalidade desse processo. O autor cita alguns percursos unidirecionais, a saber: (a) o tempo progressivo tende a se desenvolver em uma marca de tempo contínuo, imperfeito e presente; (b) uma marca resultativa ou completiva deve desenvolver em uma marca do perfeito; (c) o perfeito tende a se desenvolver em uma marca perfectiva ou passada, e a marca perfectiva torna-se uma marca de passado; (d) a marca de passado, por sua vez, tende a se desenvolver na expressão do *irrealis* ou na marca da não-atualidade; (e) a expressão de modalidade deôntica – orientada para o agente, deve se desenvolver em uma marca de futuro; (f) marcas de aspecto prospectivo se desenvolvem no tempo futuro; uma marca de futuro tende (g) a assumir a função de uma marca que expressa modalidade epistêmica e (h) tende também a marcar modalidade orientada para o falante, e, por fim, (i) uma marca da expressão de habilidade tende a originar possibilidade de raiz, que, por sua vez, se desenvolve em possibilidade epistêmica.

Essas generalizações sugerem que uma dada construção de auxiliares, mais do que designar uma função gramatical específica, designa uma cadeia de funções que seguem a unidirecionalidade da gramaticalização, sistematizada por Heine da seguinte forma:

1. completive/resultative > perfect > perfective > past > irrealis
2. progressive > continuous > imperfective > present
3. agent-oriented modality > prospective > future > epistemic/speaker-oriented modality (HEINE, 1993: 68)

As generalizações acima descritas também sugerem que tempo, aspecto e modalidade estão interligados em um modo sistemático. Essa relação pode ser simplificada da seguinte forma:

4- aspect/agent-oriented modality > tense > epistemic modality/speaker-oriented modality. (HEINE: 69)

Bybee et al. (1994: 01) focam o processo de gramaticalização como um dos mais recorrentes nas línguas naturais. A explicação fornecida pelos autores é a constante mudança que sofre a substância das línguas enquanto são usadas. A substância, segundo os autores, é universal, mas as línguas diferem no modo que esta substância toma forma. Uma das conseqüências dessa transformação são os vários estágios do desenvolvimento nos quais encontramos material gramatical. Os autores se propõem, então, a estudar em seus textos, a substância dos elementos lingüísticos e o processo de mudança que molda esses elementos.

Bybee et al. estudam a gramaticalização do ponto de vista diacrônico, argumentando sobre a importância do processo, que recai, principalmente, sobre o modo como uma forma ou construção adquiriu outra função. Os autores explicam ainda que o sentido gramatical está sempre em mudança, e, por isso, estudá-lo sincronicamente, não nos permitiria entender e explicar a gama de sentidos que um item pode transmitir.

Os autores exemplificam o processo em questão com os morfemas lexicais, os quais têm significados específicos e contextos de uso específicos. Tais morfemas têm perdido suas especificidades do sentido lexical, ganhando um sentido geral, caracterizado como abstrato. O verbo “*to go*”, por exemplo, nas expressões “*be going to*” ou “*gonna*” do inglês, tinha seu sentido completo de movimento no espaço significando: “o sujeito está em um caminho movendo em direção a uma meta”, mas esse sentido se perdeu e o sentido da construção tornou-se mais geral: “o sujeito está em qualquer sentido espacial ou não, em um curso em direção a um ponto final no futuro”. Inicialmente, é necessário que o sujeito das construções com esse verbo seja participante da ação e seja humano, mas, ao final do processo de gramaticalização, não há restrições para se selecionar o sujeito. Nos exemplos dados pelos autores: (i) “*She’s gonna have a baby*”; (ii) “*That tree is gonna lose its leaves*”, verificamos que o sujeito em (i) é o pronome sujeito “ela”, por isso, humano e participante da ação, e em (ii) o sujeito é um substantivo, não humano – *that tree*. Neste processo, ocorreu ganho de generalização e perda de especificidade para um uso maior, o que nos permite ver um contínuo ao longo do qual o processo se opera (BYBEE ET AL., 1994: 5-6).

O primeiro passo para a mudança semântica é a generalização. Esta diz respeito à possibilidade de serem usados itens em gramaticalização em contextos selecionados a partir de menos especificidades, ou seja, estes contextos tornam-se mais abrangentes. Os autores chamam de *semantic generalization*. Nesse processo, certos componentes do sentido são perdidos, o que caracteriza a redução semântica (*semantic reduction*). Há nesse momento um

paralelo com a redução fonológica, processo pelo qual os elementos em gramaticalização podem passar também. *Bleaching* e *erosion* são outros termos utilizados pelos autores para denominar essa etapa de perda semântica e fonológica.

Na medida em que os elementos são reduzidos fonológica e semanticamente, eles se tornam mais dependentes do contexto e, por isso, se fundem com outros morfemas lexicais ou gramaticais nesse ambiente. Paralelo a essa dependência fonológica, existe também uma dependência semântica do material circundante. Como o item em gramaticalização perde seu conteúdo semântico original, sua interpretação é mais dependente do conteúdo semântico do contexto, sendo afetado por ele. Com a redução semântica e fonológica, a posição sintática do item se torna fixa e seu escopo se relaciona com outros elementos.

Acreditamos que, em nossos dados, o verbo das orações matrizes esteja passando pelo processo de redução de traços morfológicos a fim de atingirem a cristalização efetiva na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Dessa forma, seu sentido torna-se dependente do sentido do material circundante, ou seja, a expressão do modo *realis* do verbo *ser* da matriz, que se realiza quase categoricamente no presente do indicativo, é afetado pelo contexto, indicador de *irrealis*. O *irrealis* está presente, principalmente, nos adjetivos ou substantivos modalizadores ou avaliativos que compõe a oração matriz.

Os autores afirmam ainda que não é apenas o significado lexical que é precursor e fonte do sentido gramatical, mas também toda a construção. Muitos sentidos gramaticais desenvolvem-se de uma mesma fonte. Esses diferentes sentidos gramaticais são diferentes estágios de um mesmo caminho para a gramaticalização. O núcleo do sentido gramatical está contido no sentido lexical.

Um fator resultante da generalização durante o processo é o aumento da frequência do uso do item em gramaticalização. Com o sentido generalizado, a aplicação do item se estende a outros contextos. Passa a ser usado onde é altamente requerido pelo sentido que expressa e também em qualquer outro ambiente em que seu sentido seja compatível com o contexto, mesmo que seja ali redundante.

Ainda segundo Bybee et al., mesmo com o processo de gramaticalização iniciado e o item já admitir sentido geral e abstrato, o primeiro sentido ainda pode ser encontrado. Os usos estão em uma corrente, um ocasionando o outro. Ao compararmos os usos mais antigos com os que foram surgindo, conseguimos localizar o item em processo no contínuo da gramaticalização. Esta comparação é o que nos guia para estabelecermos o caminho percorrido pelos itens em nossos dados.

É importante destacar que as etapas descritas pelos autores não se aplicam da mesma forma para todos os elementos. Um dos grandes problemas de identificar as propriedades dos itens lexicais é que não se consegue especificar ao certo quando a gramaticalização começa. Tal processo está ligado à cognição, uma vez que queremos ser mais expressivos, bem entendidos e predominar nas situações. Usamos para isso nossa criatividade. A inovação que se instaura baseia-se no princípio da economia: utilizamos significados pré-existentes para novos propósitos.

Por fim, Bybee et al. (1994) tratam da modalização em relação à gramaticalização. Ressaltam o papel do contexto na interpretação dos itens em gramaticalização, uma vez que este interfere no sentido do item na medida em que o item perde cada vez mais e mais seu sentido original. No campo da modalidade, a inferência aparece como um mecanismo presente no desenvolvimento do sentido epistêmico. Além disso, um item modal em gramaticalização tem seu sentido harmonizado com o contexto ao invés de fazer uma contribuição independente. Nesses casos, em que se tornam semanticamente redundantes, os itens gramaticais se estendem a outros contextos subordinados.

Hopper e Traugott (2003: 175) estudam o processo de gramaticalização entre orações. Para este estudo, consideram apenas *sentenças complexas*, ou seja, sentenças formadas por mais de uma oração. Sintaticamente, são definidas como sentenças compostas por um núcleo e uma oração marginal. Semanticamente, podem ser definidas de três formas: aquelas que funcionam como sintagmas nominais, como modificadores de nomes e como modificadores de sintagmas verbais ou de toda a proposição (Ibid.: 177).

Entre essas orações, os autores consideram haver graus diferentes de dependência, a saber:

- (i) *parataxe*: indica que há relativa dependência entre as orações;
- (ii) *hipotaxe*: indica que há uma interdependência entre as orações; existe um núcleo e outras orações que se sustentam sozinhas no contexto, dependendo relativamente do núcleo. Além disso, não são totalmente incluídas dentro de qualquer elemento constituinte do núcleo;
- (iii) *subordinação*: também considerada pelos autores como encaixamento, indica que há completa dependência, na qual uma oração marginal é totalmente incluída em um elemento constituinte do núcleo (HOPPER E TRAUGOTT, 2003: 117)

Entre os tipos de combinações listados pelos autores interessa-nos o encaixamento, considerado por eles como subordinação. As orações encaixadas funcionam tanto semanticamente quanto sintaticamente como expressões de um constituinte.

Os autores apresentam além das definições acima um *cline* da combinação de orações: *parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação* (Ibid.), em que a parataxe é considerada como uma combinação menos dependente e menos encaixada; a hipotaxe, como mais dependente e menos encaixada; a subordinação como mais dependente e mais encaixada:

Parataxe	>	hipotaxe	>	subordinação
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+encaixada

Fig. 2: *Continuum* de integração apresentado por Hopper e Traugott (2003: 178).

Além da descrição dessas combinações, os autores pesquisam as motivações que as perpassam e como são motivadas. Para Hopper e Traugott (2003), a maior ou menor integração está estreitamente ligada ao grau de ligação sintática e semântica entre as orações. Assim, orações introduzidas por conjunção e verbos na forma finita indicam mínima integração entre matriz e encaixada; já as orações introduzidas apenas por verbos na forma não-finita indicam máxima integração entre matriz e encaixada.

Após as definições e especificações da parataxe, hipotaxe e da subordinação (encaixamento), os autores apresentam exemplos de desenvolvimento de construções de sentenças complexas e exemplos de sentenças complexas que passam a sentenças simples. Os casos relacionados à passagem de sentenças complexas a simples exemplificam a incipiente mudança pela qual começam a passar as orações subjetivas e suas matrizes.

Hopper e Traugott (2003: 207) mostram como orações principais se tornam *advérbios sentenciais* no Inglês contemporâneo, ou seja, a integração de estruturas através de múltiplas mudanças passa a uma oração simples. Os dados estatísticos nos permitem reconhecer a possibilidade de as orações em mudança se gramaticalizarem.

Os autores consideram a frequência como um termômetro para avaliar se as expressões que surgem são usadas ou não pela comunidade de falantes. Diferente da postura dos autores, em nosso estudo, não utilizamos a frequência como um aferidor, mas sim os vários casos apontados para justificar a mudança que, possivelmente, também conduzirá as subjetivas à gramaticalização.

Os autores analisam casos com verbos como *think* e *guess*. De acordo com o estudo, esses verbos são usados majoritariamente com a primeira e segunda pessoas, situação em que se tornam parentéticos. Nesse contexto, funcionam sintaticamente como os advérbios, não se restringindo a apenas uma posição na sentença. Outra mudança está no novo sentido que surge no contexto de atuação: quando são parentéticos indicam menos certeza, diferente dos contextos em que atuam como não-parentéticos. Através do novo sentido, o falante indica o grau de validação da afirmação, sugerindo que não tem evidência direta para afirmar. Isso significa que os parentéticos estão funcionando como modais epistêmicos ou como advérbios como *evidently*, *apparently*, etc (Ibid.: 208).

Da perspectiva do *continuum* da integração de orações (cf. fig. 2, acima), os autores afirmam que algumas sentenças complexas consistem de um núcleo, com um verbo proposicional indicador de atitude, e de uma oração marginal, que sofre reanálise, passando a núcleo simples. No processo de mudança, a oração marginal se torna núcleo, e o núcleo adquire status de *advérbio sentencial* (Ibid.: 209).

As orações subjetivas do tipo [verbo *ser* + adjetivo/substantivo], por nós analisadas, estão passando por processo semelhante ao das parentéticas com *think* e *guess* no Inglês. Igualmente, estão se cristalizando em pessoas determinadas: na primeira pessoa do singular, como as construções com *acho (que)*, e, na terceira pessoa do singular, como as construções com *parece (que)*, e, as construções com [verbo *ser* + sintagma nominal ou adjetival (que)] por nós investigadas.

Heine & Kuteva (2006: 48) estudam o processo de *replicação* das línguas européias. Juntamente a esse processo apresentam as etapas de gramaticalização concomitantes a ele. Interessa-nos não o processo de replicação, por não ocorrer em relação às orações subjetivas, mas tais etapas características da gramaticalização. Os dados analisados para este estudo enquadram-se em três das quatro etapas apresentadas pelos autores. Vamos a elas.

Os autores argumentam, ao apresentar seus objetivos e dificuldades de análise, que existem restrições na mudança pelo contato induzido da língua (*contact-induced language*). Mas não se atêm ao contato lingüístico em todas as manifestações lingüísticas e sociolingüísticas. Ao contrário, retratam um aspecto desse processo, denominado replicação gramatical (*grammatical replication*), o qual é relacionado com a teoria da gramaticalização. Essa análise teórica tem como *corpus* as línguas européias, as quais, segundo os autores, apresentam uma crescente equivalência estrutural (HEINE & KUTEVA, 2006: 49).

A replicação gramatical é um processo através do qual uma língua, chamada de língua réplica, cria uma nova estrutura gramatical a partir do modelo de uma estrutura de outra

língua, denominada, língua modelo. A replicação leva em consideração sentidos e as estruturas associadas entre eles, mas não leva em consideração a substância fonética, ou seja, a forma.

Para entender a mudança gramatical, estudiosos tomam as categorias gramaticais como a unidade básica. Os estudos de replicação gramatical sugerem que existe um outro tipo de noção, chamado de uso padrão, que leva a entender o surgimento de novas estruturas, especialmente nas fases iniciais do processo. Tais padrões têm propriedades específicas como: (a) são associados com alguns sentidos gramaticais específicos; (b) são peças que consistem em cláusulas, sintagma, ou até uma forma simples usada em contextos específicos; (c) têm uso opcional, ou seja, não são necessariamente empregados e (d) são as primeiras unidades que figuram nos estágios iniciais da replicação gramatical.

Diferente de unidades gramaticais plenas, tais padrões são opcionais e marcam o começo do processo da gramaticalização. Eles tendem a ser variantes restritas em sua ocorrência em contextos particulares, e/ou para camadas específicas de falantes, registros ou regiões. Para exemplificar os padrões do uso (ou *use patterns* como chamam os autores), Heine & Kuteva utilizam o presente simples da forma *bli* do sueco, que significa *become* em inglês (Ibid.: 51).

Em contextos particulares de intenso contato lingüístico, os padrões iniciais (*minor patterns*) desenvolvem novos padrões de uso. Os padrões iniciais que são ativados devido a um modelo fornecido por outra língua, se desenvolvem em um padrão maior, principal (*major patterns*) na direção do modelo. Os padrões principais diferem-se dos iniciais após serem usados com mais frequência, em contextos novos, em que devem ser associados com uma nova função gramatical. Dessa forma, os falantes não têm consciência dos padrões iniciais, reconhecendo apenas os principais.

Um dos efeitos que a mudança de um padrão inicial para um padrão principal traz é a descrição de uma estrutura marcada para uma não-marcada. Dessa maneira, sob um padrão de estrutura oferecido por uma segunda língua, a primeira desenvolve padrões iniciais em principais e o que sugere as evidências das línguas européias analisadas é que muitos poucos casos que passam pelo processo de mudança gramatical chegam a categorias gramaticais plenas.

Outra ferramenta para o processo de surgimento de novos padrões são as alterações de morfemas de duas línguas diferentes em um mesmo discurso, denominada de *code-switching*.

Em seguida, os autores fazem a relação entre gramaticalização e replicação gramatical. Segundo os autores, tanto a mudança gramatical por contato induzido e a replicação gramatical são unidirecionais: partem de conceito mais concreto para menos concreto, isto é, de lexical para gramatical, ou de gramatical para mais gramatical ainda. Assim, descrevem a replicação gramatical em termos dos parâmetros da gramaticalização, os quais estão explicados abaixo:

(1) *Extensão*: corresponde ao parâmetro que caracteriza o processo de gramaticalização nos estágios iniciais. Uma vez usado em novos contextos, a categoria está pronta para receber uma nova interpretação semântica sugerida pelo novo contexto, isso é, a extensão é pré-requisito para a dessemantização. Porém, a extensão não lida necessariamente com a dessemantização e mudança de categoria – pode haver extensão e não haver mudança no sentido da categoria gramatical em questão. Em muitos casos, não existe polissemia e sim produtividade da categoria gramatical;

(2) *Dessemantização*: esse parâmetro diz respeito ao surgimento de um novo sentido, visto que a estrutura é dessemantizada, perdendo partes de seu sentido e é reinterpretada nesse novo contexto como expressando um sentido gramatical novo. Na dessemantização não há apenas perda de substância semântica, mas também novos componentes de sentido são evocados do contexto, o que pode ser uma categoria gramatical bastante diferente semanticamente da sua fonte;

(3) *Decategorização*: nesse estágio, as categorias principais, como verbos e nomes, que são usados em contextos específicos, desenvolvem em categorias menores, como marcas de tempo-aspecto, elementos derivacionais, adposições, pois perdem as propriedades cardinais características de formas livres, tornando-se clíticos ou afixos de outras categorias principais;

(4) *Erosão*: trata-se da perda de substância fônica. É, geralmente, o último processo a ocorrer quando o processo de gramaticalização se instaura, e nem sempre ele ocorre com as estruturas em processo de mudança (Ibid.: 58-60).

Após descreverem esses parâmetros, os autores explicam que os falantes têm duas escolhas na replicação. Em situações de contato lingüístico podem replicar o processo da língua modelo ou podem escolher as estratégias universais da gramaticalização e formar novos padrões e categorias. Esses processos são chamados de réplica e gramaticalização

comum. Nessa última, os falantes criam um uso padrão ou categoria que encontram em outra língua sem levar em consideração como essa estrutura chegou nesta língua, ou seja, a conceptualização do padrão que delinea a categoria na língua réplica difere daquela da língua modelo.

Os autores destacam ainda que, apesar de os quatro parâmetros terem sido apresentados independentemente um do outro, eles ocorrem simultaneamente.

IV - ANÁLISE DE DADOS

4.1 - De orações matrizes a modalizadores de atitude

Dividimos nossos dados de acordo com o valor expresso pelo adjetivo/substantivo na matriz. Tais adjetivos/substantivos podem denotar valores de modalidade – deôntica ou epistêmica - e de avaliação - afeto, apreciação e julgamento, de acordo com a proposta de White (2003). Essa divisão obedece à ordem indicativa de modalização (deôntica e epistêmica) e de avaliação (afeto, apreciação, julgamento), por ser essa a seqüência dos dados mais recorrentes (indicadores de modalização) para as menos recorrentes (indicadores de avaliação). Por último, trataremos do sentido avaliativo.

Em um segundo momento, para que fossem realizadas análises em relação à polaridade das orações matrizes, separamos também os dados de acordo com tal polaridade - positiva ou negativa. Inicialmente, discutiremos os dados cuja polaridade é positiva, e em seguida, apresentaremos os dados negativos, e as conseqüências, desse fato, para os dados.

Dessa forma, trataremos das características sintáticas e semânticas de cada ocorrência exemplificada. As orações subjetivas nas sentenças estão sublinhadas.

4.1.1 - A manifestação da modalidade deôntica

Nos dados, o verbo encontrado na matriz foi o verbo de ligação *ser*, que apareceu, predominantemente, flexionado no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular. Tal verbo ocorreu combinado da seguinte forma nas orações matrizes: *ser* + adjetivo e *ser* + substantivo. Essas orações indicam modalização ou avaliação sobre o conteúdo da oração encaixada.

As encaixadas analisadas são orações que funcionam como sujeito da oração matriz, sendo, portanto, chamadas de subjetivas. Estas ocorreram tanto na forma finita, introduzidas sempre por conjunção, quanto na forma não-finita, diante da ausência de conjunção. Além disso, as encaixadas podem ocorrer pospostas ou antepostas à matriz. Em nossos dados, a posição da oração encaixada foi predominantemente posposta à matriz.

O primeiro valor modal que iremos tratar é o deôntico. A modalidade deôntica é manifestada, em nossos dados, através dos valores de (i) *necessidade*, (ii) *proibição* e (iii) *permissão*. O valor *necessidade* é orientado para o agente, ou seja, a condição de realização da ação proposta está no agente. Os adjetivos e substantivos que expressam essa modalidade

têm propriedades intencionais e aspecto de futuro, já que as ações as quais modalizam só podem se realizar após o momento da fala. Já os valores de *proibição* e *permissão* são orientados para o falante, visto que as condições de realização da ação proposta estão naquele que fala e não diretamente naquele que age. É também circundada pela aspectualidade de futuro já que a realização da ação permitida é posterior ao momento da fala (embora a permissão seja correspondente a ela).

Os adjetivos encontrados nas orações matrizes que expressam sentido de (i) *necessidade* são: *preciso*, como em (1) abaixo, e *necessário*, como em (2).

(1) O presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), João Crestana, que também defende a concessão de subsídios a famílias de baixa renda, diz que, para a solução do problema do déficit habitacional, é preciso ainda que haja descentralização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

(Estado de Minas, 15/12/2007)

(2) Não basta ter festa, é necessário ter trabalho; mostrar que nós estamos respeitando essa declaração, trabalhando, lutando, buscando novas parcerias. Isso não é coisa para uma pessoa fazer sozinha; é preciso fazer junto com o outro. A gente vai se fortalecer à medida que a gente se unir.

(Tribuna de Minas, 25/12/2007)

Em ambas as ocorrências a oração matriz é composta por verbo *ser* flexionado, preferencialmente, no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular, seguido por adjetivo ([verbo *ser* + adjetivo]). A oração encaixada apareceu ora iniciada por conjunção *que*, como em (1), ora marcada pela ausência da mesma, como em (2). Quando está iniciada pela conjunção, o verbo realiza-se na forma finita e a ausência da conjunção correlaciona-se com o verbo e permite que este esteja na forma não-finita, indicando alta conexão entre as cláusulas.

As orações subjetivas apareceram preferencialmente à direita da matriz. É importante ressaltar ainda que o verbo da oração encaixada apareceu em maior porcentagem, no modo infinitivo, exemplificado em (2), e, seguidamente, no presente do subjuntivo, como mostra a ocorrência (1).

Na ocorrência (1), temos apenas uma oração encaixada, como sujeito da matriz. Já a ocorrência (2) caracteriza-se por haver duas orações encaixadas, ambas funcionando como sujeito da matriz.

Em relação à modalidade expressa através da oração matriz em (1), o adjetivo *preciso* atua sobre a oração encaixada subjetiva, indicando uma necessidade obrigatória (NEVES,

2000: 238): a de se descentralizar os recursos do FGTS. A prática dessa ação depende do agente, e não daquele que fala. Em (2), a modalidade expressa pelo adjetivo na oração matriz atua sobre duas orações encaixadas subjetivas não-finitas (Ibid.: 253). O desempenho dessas ações também depende do agente, uma vez que, apesar de o falante manipular as ações, ele não as controla.

Em relação às ocorrências (3) e (4) abaixo, o valor deôntico é manifestado através de uma (ii) *proibição*, que segundo Bybee et al. (1994) é orientada para o falante, ou seja, as condições de realização são colocadas pelo falante. O adjetivo encontrado para a manifestação dessa modalidade foi apenas o adjetivo *proibido*, conforme está exemplificado em (3) e (4). Houve poucas ocorrências desse tipo na escrita.

(3) A Lei 9.504/97, que rege as eleições, traz em seu artigo 73 proibições aos agentes públicos e servidores durante a campanha eleitoral, com o objetivo de evitar a desigualdade entre candidatos. É proibido, por exemplo, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, contratar ou demitir funcionários sem justa causa – com exceção da nomeação de aprovados em prova homologada até abril –, autorizar publicidade institucional de atos, obras e serviços ou fazer pronunciamentos em rádio e televisão fora do horário da propaganda eleitoral. (Estado de Minas, 22/01/2008)

Em (3), a oração matriz é composta pelo verbo *ser*, no presente do indicativo, mais adjetivo modalizador ([verbo *ser* + adjetivo]). A encaixada subjetiva é composta por quatro orações: (i) contratar ou (ii) demitir funcionários sem justa causa, (iii) autorizar publicidade institucional de atos, obras e serviços ou (iv) fazer pronunciamentos em rádio e televisão fora do horário da propaganda eleitoral. Os verbos da encaixada subjetiva estão na forma não-finita.

Em relação à modalização, a ordem negativa é expressa pelo adjetivo *proibido*, presente na matriz, o qual recai sobre as quatro ações que são proibidas de ocorrerem durante a campanha eleitoral, presentes na encaixada. Neste caso, o falante manipula as exigências, mas não consegue controlá-las. Tais exigências são necessidades obrigatórias para o cumprimento de normas vinculadas ao processo eleitoral.

(4) As avaliações serão nas escolas estaduais Sebastião Patrus de Souza, Duarte de Abreu e Mercedes Nery Machado. Será permitido consultar dicionário na prova de língua estrangeira. É proibido usar calculadora, celular, bip, agenda eletrônica, notebook ou palmtop. (Tribuna de Minas, 15/12/2007)

Já em (4) a *proibição* recai apenas sobre uma ação, a de usar dispositivos eletrônicos durante a realização de uma prova. O enunciado é apresentado pelo falante como algo que deve ocorrer, necessariamente, dada uma obrigação emitida (NEVES, 2000: 252). A oração matriz tem o formato [*ser* + proibido] e a encaixada realiza-se de forma não-finita, não sendo, introduzida por conjunção. Novamente, uma exigência é apontada pelo falante, cuja execução (ou não) não pode controlar.

(5) A proposta é alvo de críticas por parte do Sindicato dos Engenheiros, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da UFJF, uma vez que autoriza a legalização de qualquer construção irregular mediante multa de R\$ 7 por metro quadrado. “A aprovação da matéria vai de encontro ao clamor da sociedade, pois beneficia o megaespeculador, aquele que constrói ao arrepio da lei porque sabe que depois é permitido regularizar”, considerou o vereador Flávio Cheker (PT).
(*Tribuna de Minas*, 10/01/2008)

Por fim, em (5) não existe uma ordem, mas a (iii) *permissão* por parte do falante para que uma ação possa ocorrer. Bybee et al. (1994) tratam desse caso como modalização orientada para o falante.

A oração matriz tem as características prototípicas – verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e a encaixada é composta por apenas uma oração, que se realiza na forma não-finita.

O adjetivo modalizador da matriz recai sobre a encaixada, concedendo que certa ação, a de regularizar algo, possa ocorrer após certo tempo.

Esse tipo de modalidade não foi abundantemente encontrada nos dados. Dentre os três tipos apresentados – *necessidade*, *proibição* e *permissão*, a modalidade deôntica com valor de necessidade foi a mais recorrente. Justificamos esse resultado devido ao gênero textual analisado: são artigos, cujo tipo textual predominante é o dissertativo. Dentre esses, analisamos também alguns artigos de opinião, dos mesmos jornais.

4.1.2 - A manifestação da modalidade epistêmica

Em relação aos modalizadores epistêmicos, Koch (1984), Castilho & Castilho (1992), Bybee et al. (1994), assim como, Neves (2000, 2006) afirmam que tais itens indicam a crença e o conhecimento, isto é, a opinião do falante sobre o estado de coisas descrito na cláusula encaixada. A opinião do falante pode indicar seu conhecimento ou desconhecimento do

evento descrito, sua certeza ou certeza relativa sobre a verdade do fato, e ainda seu comprometimento ou descomprometimento com o que está sendo afirmado.

Em nossos dados, estes adjetivos e substantivos epistêmicos se manifestaram de três formas: indicando a relativização da atitude do falante, devido ao não-conhecimento ou desconhecimento do evento através da (i) possibilidade de o evento ocorrer, e, mais distante ainda, através da (ii) probabilidade; por último, indicando certeza sobre o conteúdo da informação, que é manifestada de forma (iii) asseverativa afirmativa¹⁹ (NEVES, 2000: 247). Consideramos os dados mais freqüentes, depois os intermediários e, em seguida, os menos freqüentes para serem apresentados. Por isso, iremos seguir a ordem descrita acima.

A expressão da modalidade epistêmica na oração matriz, indicadora de (i) *possibilidade*, ocorreu através do adjetivo *possível*, como em (6) e (7), abaixo:

(6) Segundo o estudo, os programas tendem a colocar na escola quem havia abandonado ou nunca havia estudado e, por isso, os resultados podem não ser satisfatórios. "É até de se esperar que a distorção entre a idade e série seja maior, e que os resultados de testes sejam em média piores", destacaram os autores. De qualquer maneira, advertem, é possível que o sistema de ensino não esteja adequadamente preparado para receber esses alunos.
(Estado de Minas, 18/12/2007)

(7) Se ainda é cedo para apontar os prováveis concorrentes à PJF e à Câmara nas eleições deste ano, já é possível saber qual eleitor vai às urnas no próximo dia 5 de outubro. Ele terá o perfil semelhante ao da auxiliar de serviços gerais Sônia Márcia Mariano da Silva, 37 anos, que tem primeiro grau incompleto e mora na periferia da cidade.
(Tribuna de Minas, 07/01/2008)

Nessas ocorrências, a oração matriz apresentou, predominantemente, o verbo *ser* que se caracteriza pela mesma pessoa e tempo verbal dos outros casos: sempre na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, mais adjetivo ([verbo *ser* + adjetivo]). Em (6), a oração encaixada realizou-se na forma finita, sendo introduzida pela conjunção *que*, o que indica baixa adesão da encaixada na matriz. Diferentemente, em (7) a encaixada realizou-se na forma não-finita, caracterizada pela ausência de conjunção.

Este adjetivo – *possível* - indica o baixo grau de adesão do falante/escritor em relação ao conteúdo proposicional. O modalizador cria, como efeito de sentido, a atenuação do enunciado (CASTILHO & CASTILHO, 1992: 222; NEVES, 2000: 247). Em (6), o falante/escritor não se compromete com o que é dito sobre a educação. Ele atenua sua

¹⁹ Estamos utilizando a nomenclatura de Neves (2000), quem considera a modalidade epistêmica como *asseveração* do tipo *relativa* (possibilidade, probabilidade, etc.) e *afirmativa* (é lógico, é certo, etc.). Há ainda a modalidade epistêmica *asseverativa negativa*, não encontrada nos dados. Utilizamos ainda as definições de Bybee et al. (1994) das modalidades orientada para o agente/falante.

afirmação, descomprometendo-se com o enunciado. E, em (7), a estratégia modalizadora do falante atenua a verdade afirmada sobre o perfil de eleitores de Juiz de Fora no ano de 2008. O modalizador epistêmico *possível* indica que o falante não se compromete com o que é dito, revelando, assim, baixo grau de adesão ao enunciado.

Nas ocorrências (8) e (9), abaixo, essa atenuação fica ainda mais nítida:

(8) A Secretaria de Saúde de Goiás recebeu nessa quinta-feira (17) 400 mil doses de vacina contra a febre amarela. Somadas às cem mil doses que haviam chegado ao estado na noite da última quarta-feira, Goiás dispõem agora de 500 mil doses. Com isso, de acordo com a secretária executiva de Saúde de Goiás Maria Lúcia Carnelosso, é provável que não falte o medicamento nos postos de saúde do estado. (Estado de Minas, 19/01/2008)

Em (8), a matriz tem os elementos prototípicos [verbo *ser* + adjetivo], e, a encaixada realiza-se na forma finita, modo subjuntivo, introduzida por conjunção, indicando baixa integração com a matriz. A modalidade epistêmica indicadora de (ii) *probabilidade* está marcada principalmente pelo adjetivo *provável*, o qual tem como escopo o conteúdo da encaixada: *que não falte o medicamento nos postos de saúde do estado*.

A probabilidade, dentro da escala epistêmica indica distância em relação à certeza. Em uma escala podemos considera: possibilidade > probabilidade > certo. O falante em (8), Secretária de Saúde de Goiás, tem posição oficial para declarar sobre a situação do estado de Goiás em relação à saúde. Entretanto, para não se comprometer com a verdade em relação à quantidade de medicamentos disponibilizados em postos de saúde, usa a probabilidade para atenuar a informação (NEVES, 2000: 246) sobre o quadro da saúde no estado.

(9) Um terceiro entrave, no entanto, atende pelo nome de conveniência política, já que, em função das ensaiadas alianças para 2008, nem todos querem criar problemas para potenciais parceiros. Sendo assim, se prevalecer a data-limite de 27 de março, é pouco provável que o PTB entre na Justiça para buscar as vagas de Aparecido, Evangelista, Novy, Pastor Carlos e Rose, uma vez que todos migraram para siglas de apoio aos planos trabalhistas. (Tribuna de Minas, 07/01/2008)

Em (9), a matriz tem mais um elemento em sua composição: [verbo *ser* + advérbio + adjetivo], o qual interfere na indicação da modalidade. Tal modalidade recai sobre a encaixada flexionada no modo subjuntivo, introduzida pela conjunção *que*. Nesta ocorrência, o descomprometimento do falante com o enunciado (CASTILHO & CASTILHO, 1992: 222; NEVES, 2000: 247), marcado pela probabilidade de a ação da encaixada ocorrer, é ainda

mais atenuado. Tal probabilidade manifesta-se através do adjetivo *provável*, o qual é reforçado pelo advérbio *pouco*, ambos presentes na matriz.

Esses elementos integram uma escala de *probabilidade* que vai do *absolutamente certo* ao *mais impossível* (NEVES, 2006: 172): a ação de o PTB entrar na justiça contra deputados estaria no pólo do menos provável.

Ainda em relação à expressão de *probabilidade*, em (10), a matriz é composta por [verbo *ser* + adjetivo]:

(10) O advogado ressalta ainda que é difícil que o governo arque com a queda na arrecadação por muito tempo. Segundo ele, é provável que, em breve, impostos cuja alíquota não dependem de lei para serem aumentados devem ser reajustados, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

(Estado de Minas, 24/12/2007)

Nesse caso, a oração encaixada subjetiva apresenta verbo no presente do indicativo. Apesar de esse tipo de realização sintática não ser altamente freqüente, o presente do indicativo revelou-se como um tempo e modo verbal que favorece a reanálise da oração matriz. Nesse caso, matriz e encaixada não se encontram efetivamente conexas, de forma que podemos ler a oração encaixada sem a presença da oração matriz: (10a) “(...) *Segundo ele, em breve, impostos cuja alíquota não dependem de lei para serem aumentados devem ser reajustados, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre produtos Industrializados (IPI)*”. Esse aspecto será aprofundado mais adiante.

Em (10), o conteúdo da subjetiva é apresentado como crença; entretanto o falante não se compromete com a verdade (CASTILHO & CASTILHO, 1992: 222), conforme pode ser observado em “é provável que”. No todo da estrutura, o emprego do modo indicativo na oração encaixada (NEVES, 2000: 247), revela de modo mais intensificado o grau de certeza ou de probabilidade do falante/escritor já expresso na matriz.

(11) E retrucou: "Se em 54 anos de existência a Petrobras não conseguiu fazer o Brasil auto-suficiente, é evidente que eu não sou o He-Man (o herói de desenho animado que erguia a espada mágica e gritava pelos poderes de Greyskull, transformando-se no homem mais poderoso do universo) e não poderia tornar o Brasil auto-suficiente em apenas dois anos".

(Estado de Minas, 25/11/2007)

A modalidade epistêmica também se manifestou de forma (iii) *asseverativa afirmativa*, como exemplifica a ocorrência (11). A oração matriz é composta por [verbo *ser* +

adjetivo] e a primeira oração encaixada subjetiva, realizada na forma finita, está no presente do indicativo, iniciada por conjunção, e a segunda está no futuro do pretérito do indicativo.

Nessa ocorrência, o falante foi categórico em sua afirmação. Há uma ênfase do conteúdo, pois o falante indica alta adesão (CASTILHO & CASTILHO, 1992: 222). Ao utilizar o adjetivo epistêmico asseverativo *evidente*, ele considera verdadeiros dois fatos, não deixando dúvidas sobre o conteúdo proposicional: “(...) *não sou o He-Man e não poderia tornar o Brasil auto-suficiente*”. Nesse caso, sua afirmação atinge o grau máximo da escala da certeza.

(12) Aprovada em maio de 2007, até hoje ela não funcionou, segundo o vereador Eliomar Coelho (P-SOL), por falta de apoio dos vereadores ligados à prefeitura. “Era para ter acontecido no mês de junho. Foi transferida para agosto, depois para novembro, e agora é claro que não sai porque não há o menor interesse em que se apure o que aconteceu realmente com esses recursos astronômicamente aumentados”. Na avaliação dele, por causa das “manobras contra a CPI”, talvez seja impossível investigar o caso.
(Estado de Minas, 01/01/2008)

Em (12), a oração matriz é composta por [verbo *ser* + adjetivo]. A encaixada realiza-se na forma finita, presente do indicativo, introduzida por conjunção *que*. Nesse caso, o falante marca adesão ao que ele afirma, mediado por seu conhecimento (NEVES, 2000: 245). Há, então, uma ênfase do conteúdo, eliminando a possibilidade de dúvida (Ibid.), através do adjetivo *claro* da matriz. A certeza é marcada não só pelo adjetivo na matriz, mas também pelo presente do indicativo na encaixada subjetiva, o qual corrobora para a indicação de que o enunciado é incontestável. É importante ressaltar ainda que o jornalista introduz uma longa justificativa para o conteúdo da encaixada subjetiva: “(...) [oração subjetiva] *não sai* + [justificativa] *porque não há o menor interesse em que se apure o que aconteceu realmente com esses recursos astronômicamente aumentados*”.

Conforme mostraremos e exemplificaremos em seções posteriores, observamos que a encaixada realizada no presente do indicativo, pode apresentar-se desvinculada sintaticamente da matriz: ao lermos a encaixada, a atitude do falante expressa na matriz pode ser retirada sem comprometer o sentido do conteúdo da subjetiva, embora reconheçamos que compromete o sentido que se quis dar, pois a posição do jornalista não fica explicitada, modalizada: (12a) “(...) *Foi transferida para agosto, depois para novembro, e agora não sai porque não há o menor interesse em que se apure o que aconteceu realmente com esses recursos astronômicamente aumentados*”.

As orações matrizes indicadoras de *asseveração afirmativa* como *é lógico, é certo, é evidente, é claro*, ocorreram categoricamente com a encaixada subjetiva no presente do indicativo. Observamos que essa relação é estreita e traz conseqüências para o grau de ligação entre matriz e encaixada ²⁰.

4.1.3 - A manifestação da avaliação

Chamamos de *avaliativos* o grupo de adjetivos que não indica modalização deôntica ou epistêmica e sim apresentam a posição do falante em termos afetivos, apreciativos e de julgamento. Na proposta de Basílio (1992), os advérbios, que têm a função de explicitar através de verbos as emoções do falante/escritor diante do conteúdo proposicional, são classificados como afetivos. Os adjetivos/substantivos encontrados em nossos dados funcionam semanticamente iguais a esses advérbios pesquisados por Basílio (1992). A nomenclatura *avaliativos* foi escolhida por nós por classificarmos esses adjetivos/substantivos de acordo com a proposta de White (2003).

De acordo com White (2003), os adjetivos que indicam *Julgamento* avaliam o comportamento humano positivamente ou negativamente em referência a normas institucionalizadas. Dessa forma, sobre um *Julgamento* os participantes acessam um comportamento que pode ser visto como moral ou imoral, legal ou ilegal, etc. Já aqueles que indicam *Afeto* estão relacionados com respostas emocionais, sendo realizados através de reações de processos mentais e através de relações atributivas de afeto. E por fim, aqueles que indicam *Apreciação*, não tratam da avaliação do comportamento humano, mas sim de objetos, produtos e processos, por referência a princípios estéticos e outros sistemas de valor social.

Em nossos dados, tais valores semânticos refletem a avaliação do jornalista em relação aos enunciados da encaixada. Nas ocorrências (13) e (14) abaixo, os adjetivos das orações matrizes, *estranho* e *equivoco*, indicam avaliação do tipo (i) *Julgamento*.

(13) Alves levou à delegacia o médico psiquiatra Paulo César Sampaio, que integra o Conselho, que frisou que o normal é encaminhar um preso a um hospital e que cabe ao Estado atendê-lo. "É estranho que ele (o médico Sabino Ferreira de Farias Neto) tenha aplicado medicamentos na delegacia. Eu, como médico, não aplicaria, levaria para o hospital", afirmou.

²⁰ Para comprovar, aplicamos dois testes: *conversão da matriz em advérbio* e *recorte da matriz*. Estes testes e seus resultados serão apresentados, detalhadamente, na seção 4.3.3 - O papel do "recorte" e da "conversão" da oração matriz.

(Estado de Minas, 15/12/2007)

Em (13), a oração matriz é formada por [verbo *ser* + adjetivo], em que o verbo está na terceira pessoa do singular do modo indicativo, como nas demais ocorrências já analisadas. A oração encaixada subjetiva é introduzida por conjunção *que*, e realiza-se na forma finita, modo subjuntivo.

Nessa ocorrência, o falante avalia como *estranho* uma atitude médica que não condiz com as normas de presídio em relação a atendimento médico. Antes do julgamento sobre a atitude do médico, o falante explicou qual seria o procedimento correto. Existe uma norma institucional que não foi cumprida, por isso o adjetivo da oração matriz reflete avaliação através de um julgamento.

(14) A esfera das ONGs e dos movimentos sociais supre essa lacuna, pois ajuda a tirar as pessoas de sua vida privada e permite que elas participem do espaço público”, explica. Apesar disso, o pesquisador não crê que essas alternativas de engajamento na vida pública possam desempenhar plenamente a função que deveria ser exercida pelos partidos. “É um equívoco pensar que isso substitui o papel dos partidos, pois, no mundo das ONGs e dos movimentos sociais, a atuação é restrita a alguns setores da sociedade - ambientalistas, feministas e outras minorias -, quando os partidos deveriam sempre congregar essas diversas lutas”.

(Tribuna de Minas, 16/12/2007)

Em (14), a oração matriz também tem verbo *ser* e um sintagma nominal composto por artigo e substantivo. A oração encaixada subjetiva realiza-se na forma não-finita, diante da ausência de conjunção, indicando alta conexão com a matriz.

Neste caso, um pesquisador de ciências políticas avalia como um *equívoco* o fato de a sociedade pensar que o papel dos movimentos sociais substitui o papel dos partidos. Trata-se de um julgamento, visto que a atuação na sociedade deveria ser dos partidos e não apenas de ONGs, ou seja, a norma de conduta de partidos está sendo quebrada.

Em relação às ocorrências (15) e (16), temos avaliação do tipo (ii) *Afetiva* da situação descrita na encaixada, através dos adjetivos *alegria* e *triste*.

(15) Ischia assinou contrato de um ano com o Boca, onde já trabalhou como auxiliar do técnico Carlos Bianchi na década passada. "Voltar após sete anos é uma satisfação enorme. Passear pelos lugares onde já estive é uma grande alegria", comemorou.

(Estado de Minas, 27/12/2007)

Em (15), a oração matriz é formada por [verbo *ser* + sintagma nominal (artigo + adjetivo + substantivo)]. Esta não é uma configuração muito recorrente. A encaixada subjetiva realizou-se de forma não-finita, sem a presença de conjunção. Neste caso, o jogador de futebol Ischia fala da sua alegria em voltar a um lugar onde já esteve sete anos atrás, isto é, atribui a esse acontecimento um afeto, um sentimento, reação esta disparada pela emoção: “(...) *é uma grande alegria*”.

(16) “Não existe paz na cidade dos homens brancos”. Esta frase da cultura indígena nos mostra a pureza e a verdade da avaliação que os “selvagens primitivos” fazem de nós, os ditos civilizados. Remete-nos a uma reflexão de quem somos e para onde vamos! É triste constatar que a convivência pacífica e respeitosa está difícil, não apenas no caótico trânsito, mas em todos os aspectos da vida urbana.
(*Tribuna de Minas*, 25/12/2007)

Na ocorrência (16), a matriz tem o formato [verbo *ser* + adjetivo] e a oração subjetiva realiza-se de forma não-finita. Nesta ocorrência, o autor do texto faz uma reflexão sobre uma frase de indígenas, denunciando a falta de paz na comunidade dos homens brancos. Em seguida, esse mesmo autor expressa seus sentimentos diante da constatação da falta de paz e respeito na sociedade: “*É triste (...)*”.

É interessante destacar que a oração encaixada da ocorrência (15) está na posição anteposta em relação à matriz, dando ênfase ao conteúdo proposicional descrito. O fato de a encaixada subjetiva realizar-se de forma não-finita facilita, no registro escrito, a anteposição dessa oração.²¹ Já em (16), a encaixada está à direita da matriz, realizada na forma não-finita, pondo em foco a avaliação afetiva do escritor.

Por fim, em (17) e (18) abaixo, os adjetivos *interessante* e *vantajoso* da oração matriz expressam a (iii) *apreciação* do falante:

(17) De acordo com o departamento de Informática da Anvisa, a medida já alcança alguns resultados: a cada 20 acessos, 10 visitam a página de dicas e cuidados. "A partir desses dados podemos verificar que existe interesse da população, por isso é interessante trabalhar nesse projeto", afirma a nutricionista voluntária da Anvisa, Liliane Montenegro.
(*Estado de Minas*, 02/01/2008)

(18) Na Keeper, a gerente Sueli Maria Rebouças atribuiu o baixo movimento a partir das 14h de ontem ao fato de o consumidor ainda não estar acostumado com o horário

²¹ Foram analisados dados do registro falado, em que encontramos ocorrências caracterizadas pela anteposição da oração encaixada encabeçada pela conjunção *que* e, conseqüentemente, na forma finita. No registro escrito, encontramos apenas uma ocorrência nesse formato.

estendido. “Na parte da manhã, a loja estava mais cheia, mas vendemos à tarde também. É vantajoso abrir.”
(Tribuna de Minas, 16/12/2007)

Em ambas as ocorrências, as orações matrizes são formadas por [verbo *ser* + adjetivo], em que o verbo também está na terceira pessoa do singular no presente do indicativo. As orações encaixadas encontram-se na posição posposta em relação à matriz, sendo ressaltado o valor apreciativo da matriz, e realizam-se na forma infinitiva, sem a presença de conjunção.

A avaliação apreciativa trata de objetos, produtos e processos, por referência a princípios estéticos e outros sistemas de valor social. Em (17), um projeto proposto no *site* da Anvisa é avaliado como *interessante* por uma nutricionista. Trata-se de um processo que tem valor social. E em (18), a gerente de uma loja avalia como *vantajoso* o processo de abertura da loja em mais horários. Essas apreciações têm como base o retorno positivo que tais processos permitem à empresa e à loja terem.

4.1.4 – Relação modo/forma nominal *versus* modalidade/avaliação entre oração matriz e encaixada

A fim de sintetizar a relação sintática e semântica entre oração matriz e oração encaixada, propomos duas tabelas que traduzem os valores modais/avaliativos presentes na oração matriz e a implicação desses valores na oração encaixada subjetiva. Essas tabelas são uma adaptação de Pimpão (2008: 5), quem utiliza Givón (2005: 132) para sistematizar os resultados de seu estudo sobre o modo subjuntivo como item indicador de *irrealis* – tempo não-real. Além desses autores, utilizamos a proposta de Neves (2000: 247) para reconhecer, nos dados, as maneiras mais comuns de marcar maior incerteza ou certeza.

Em relação às orações matrizes, é preciso esclarecer que sua forma sintática caracteriza-se por ser composta categoricamente pelo verbo *ser*, flexionado, majoritariamente, no presente do indicativo na terceira pessoa do singular.

Além do verbo *ser*, adjetivos/substantivos modalizadores/avaliativos compõem a matriz. Em nossos dados, os adjetivos ou substantivos encontrados apresentam-se, na maioria dos casos, sem a marcação de gênero. Nos casos em que houve marcação, predominou o gênero masculino, que é decorrência do fato de o sujeito ser apresentado por uma oração. Tais características sugerem que as orações que expressam modalização ou avaliação atuam

sobre o conteúdo da oração encaixada de forma impessoalizada, na medida em que se desvinculam de seu sujeito oracional. Tal sistematicidade aponta ainda para uma cristalização iminente das matrizes compostas por modais, deônticos ou epistêmicos, e por avaliativos: [verbo *ser* (na 3ª pessoa singular) + adjetivo (sem marca/masculino)].

Tendo discutido as características sintáticas e morfológicas das orações matrizes, analisamos agora seus valores semânticos. Iremos também esclarecer as características sintáticas e semânticas da oração encaixada subjetiva.

Valor semântico da oração Matriz	Subvalores semânticos da oração Matriz	Escala sintática da Encaixada Subjetiva	Escala semântica da Encaixada Subjetiva
Modalização Deôntica	Necessidade	Infinitivo Subjuntivo	Forte Manipulação Fraca Manipulação
	Proibição	Infinitivo	Forte Manipulação
	Permissão	Infinitivo	Forte Manipulação
Modalização Epistêmica Asseverativa	Relativa - Possibilidade	Infinitivo Subjuntivo	Baixa Certeza Baixa Certeza
	Relativa-Probabilidade	Subjuntivo Indicativo	Baixa Certeza Alta Certeza
	Afirmativa– Certeza	Indicativo	Alta Certeza

Tab. 1: Valores modais da matriz e valores do modo/forma da encaixada

A tabela 1 retrata os valores modais presentes na oração matriz. A tabela 2, os valores avaliativos. Nessas tabelas propomos uma divisão da modalização e da avaliação, visto que tais valores não apresentam as mesmas características semânticas: os valores avaliativos não são vistos como portadores de certeza/incerteza e manipulação/não manipulação, como o fazem a modalização epistêmica e deôntica, respectivamente. Dessa forma, apresentaremos as explicações separadamente.

A forma infinitiva, a mais recorrente nos dados, e o modo subjuntivo se alternam nas orações encaixadas cujas matrizes expressam modalidade deôntica, atendendo às exigências

do encaixamento. Ambos, o infinitivo e o subjuntivo, foram encontrados nas ocorrências com expressão de *necessidade*²². Reescrevemos o exemplo (1), como (20), e (2), como (21):

(20) O presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), João Crestana, que também defende a concessão de subsídios a famílias de baixa renda, diz que, para a solução do problema do déficit habitacional, é preciso ainda que haja descentralização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF).
(Estado de Minas, 15/12/2007)

(21) Não basta ter festa, é necessário ter trabalho; mostrar que nós estamos respeitando essa declaração, trabalhando, lutando, buscando novas parcerias. Isso não é coisa para uma pessoa fazer sozinha; é preciso fazer junto com o outro. A gente vai se fortalecer à medida que a gente se unir.
(Tribuna de Minas, 25/12/2007)

Os valores semânticos *proibição* e *permissão* nas matrizes foram encontrados apenas com encaixadas cujos verbos realizam-se na forma não-finita (cf. (3), (4) e (5)). Os exemplos (3), (4) e (5), são apresentados como (22), (23) e (24), abaixo:

(22) A Lei 9.504/97, que rege as eleições, traz em seu artigo 73 proibições aos agentes públicos e servidores durante a campanha eleitoral, com o objetivo de evitar a desigualdade entre candidatos. É proibido, por exemplo, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, contratar ou demitir funcionários sem justa causa – com exceção da nomeação de aprovados em prova homologada até abril –, autorizar publicidade institucional de atos, obras e serviços ou fazer pronunciamentos em rádio e televisão fora do horário da propaganda eleitoral.
(Estado de Minas, 22/01/2008)

(23) As avaliações serão nas escolas estaduais Sebastião Patrus de Souza, Duarte de Abreu e Mercedes Nery Machado. Será permitido consultar dicionário na prova de língua estrangeira. É proibido usar calculadora, celular, bip, agenda eletrônica, notebook ou palmtop.
(Tribuna de Minas, 15/12/2007)

(24) A proposta é alvo de críticas por parte do Sindicato dos Engenheiros, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da UFJF, uma vez que autoriza a legalização de qualquer construção irregular mediante multa de R\$ 7 por metro quadrado. “A aprovação da matéria vai de encontro ao clamor da sociedade, pois beneficia o megaespeculador, aquele que constrói ao arrepio da lei porque sabe que depois é permitido regularizar”, considerou o vereador Flávio Cheker (PT).
(Tribuna de Minas, 10/01/2008)

²² Reescrevemos, aqui, os exemplos para facilitar a leitura. A numeração segue a ordem corrente de apresentação dos exemplos.

Observamos que a impressão modo-temporal da oração encaixada subjetiva é controlada pela oração matriz. Uma oração que expressa *irrealis*, através de adjetivos/substantivos modalizadores/avaliativos, requer também um escopo *irrealis* (BYBEE ET AL.: 1994). Ou seja, o verbo *ser*, impessoalizado e somado ao predicativo da matriz, com valor deôntico, *manipula* o evento da oração encaixada subjetiva, uma vez que esta funciona como seu escopo (NEVES, 2000).

A *forte manipulação* é expressa não só pelo modal deôntico na matriz, mas também, na encaixada, pela presença do infinitivo, o qual indica que há estreita ligação entre oração matriz e oração encaixada (LEHMANN, 1988). O infinitivo da encaixada imprime à proposição aspecto em potencial, e a modalidade deôntica marcada na oração matriz também potencializa a informação da proposição, se considerarmos que a modalidade é orientada para o agente (BYBEE ET AL., 1994), como exemplificam as ocorrências (21), (22) e (23).

23

A *fraca manipulação*, também indicada pelo modal deôntico na matriz, aparece na oração encaixada subjetiva através do modo subjuntivo. Em nossos dados, a encaixada no modo subjuntivo apresenta-se ligada à oração matriz pela conjunção *que*, o que indica que esta ligação é frouxa (LEHMANN, 1988). Há também, nesse caso, *harmonização* entre matriz e encaixada. A oração matriz, ao expressar certa modalidade que é orientada para o agente (BYBEE ET AL., 1994), coloca no plano da incerteza a realização da proposição, já que há uma projeção. A matriz marca, então, asserção *irrealis* através do adjetivo/substantivo indicadores de modalidade, influenciando o verbo matriz *ser*. A encaixada marca através do modo subjuntivo. Ambas *harmonizam-se* na expressão do *irrealis*. O exemplo (20) transcrito acima, ilustra esse processo.

Nos dados analisados, não foram encontrados outros modos verbais e formas nominais nas orações encaixadas subjetivas com a expressão da modalidade deôntica.

Em relação à modalidade epistêmica, os valores expressos na matriz foram: modalidade *asseverativa relativa* – *possibilidade* e *probabilidade*, e modalidade do tipo *asseverativa afirmativa*. Na oração encaixada, detectamos a realização do verbo no modo subjuntivo e indicativo. Entretanto, diferente do que nos apresenta Givón (2001) e Pimpão (2008: 5),

²³ No estudo das orações encaixadas subjetivas e suas matrizes, observamos que a *correlação* entre essas orações ocorre através da impressão do modo *irrealis*. Essa impressão é uma exigência do encaixamento e liga, *harmonizando*, matriz e encaixada. A palavra *harmonização* (BYBEE ET AL., 1994) é utilizada, nesse trabalho, em detrimento à *correlação*, devido ao processo detectado: o contexto matricial influencia a expressão modo-temporal da encaixada, e esta atende às exigências do encaixamento.

encontramos na encaixada, em algumas ocorrências, a realização do verbo na forma infinitiva.

A *possibilidade*, expressa na matriz pelo adjetivo *possível*, foi impressa na oração encaixada através do uso do infinitivo e subjuntivo. A forma infinitiva indica que o evento da encaixada pode acontecer “em qualquer momento”, i.e. há um momento não determinado, já que seu estado é potencial. Há, então, *baixa certeza* sobre a efetivação do evento descrito na encaixada. Trata-se de uma asserção *irrealis*. Para ilustrar, reescrevemos a ocorrência (7), como (25), abaixo:

(25) Se ainda é cedo para apontar os prováveis concorrentes à PJF e à Câmara nas eleições deste ano, já é possível saber qual eleitor vai às urnas no próximo dia 5 de outubro. Ele terá o perfil semelhante ao da auxiliar de serviços gerais Sônia Márcia Mariano da Silva, 37 anos, que tem primeiro grau incompleto e mora na periferia da cidade.

(Tribuna de Minas, 07/01/2008)

Igualmente, o subjuntivo atribui ao enunciado *baixa certeza*, já que o falante/escritor não se compromete com a verdade do enunciado (NEVES, 2000). Transcrevemos exemplo (6), como (26):

(26) Segundo o estudo, os programas tendem a colocar na escola quem havia abandonado ou nunca havia estudado e, por isso, os resultados podem não ser satisfatórios. "É até de se esperar que a distorção entre a idade e série seja maior, e que os resultados de testes sejam em média piores", destacaram os autores. De qualquer maneira, advertem, é possível que o sistema de ensino não esteja adequadamente preparado para receber esses alunos.

(Estado de Minas, 18/12/2007)

Já a *probabilidade*, expressa na matriz pelo adjetivo *provável*, teve como escopo a encaixada subjetiva não só no modo subjuntivo, mas também no indicativo. O modo subjuntivo coloca em dúvida a verdade do enunciado (Ibid.), indicando *baixa certeza*. Exemplificamos ocorrência (8), como (27):

(27) A Secretaria de Saúde de Goiás recebeu nessa quinta-feira (17) 400 mil doses de vacina contra a febre amarela. Somadas às cem mil doses que haviam chegado ao estado na noite da última quarta-feira, Goiás dispõem agora de 500 mil doses. Com isso, de acordo com a secretária executiva de Saúde de Goiás Maria Lúcia Carnellosso, é provável que não falte o medicamento nos postos de saúde do estado.

(Estado de Minas, 19/01/2008)

E, o indicativo, ao contrário, crava *alta certeza*. Observemos exemplo (10), reescrito como (28):

(28) O advogado ressalta ainda que é difícil que o governo arque com a queda na arrecadação por muito tempo. Segundo ele, é provável que, em breve, impostos cuja alíquota não dependem de lei para serem aumentados devem ser reajustados, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

(Estado de Minas, 24/12/2007)

Observamos, no exemplo (28), que matriz e encaixada ocorrem flexionadas no indicativo. Se a matriz ocorrer no modo indicativo e também a encaixada, a expressão da *certeza* da proposição fica mais realçada, em relação ao modalizador indicador de probabilidade, presente na oração matriz – *provável* (NEVES, 2000).

Assim também as matrizes com expressão da modalidade epistêmica *asseverativa afirmativa* têm sua encaixada realizada no modo indicativo, o qual indica *alta certeza* (Ibid.). Ilustramos com a ocorrência (11), transcrita como (29), abaixo:

(29) E retrucou: "Se em 54 anos de existência a Petrobras não conseguiu fazer o Brasil auto-suficiente, é evidente que eu não sou o He-Man (o herói de desenho animado que erguia a espada mágica e gritava pelos poderes de Greyskull, transformando-se no homem mais poderoso do universo) e não poderia tornar o Brasil auto-suficiente em apenas dois anos".

(Estado de Minas, 25/11/2007)

Nessa ocorrência, fica evidente o absoluto na escala da *certeza*, i.e. o falante/escritor tem conhecimento para afirmar algo (NEVES, 2006: 172). Comprovando tal conhecimento, essa *certeza* não só se realiza sintaticamente na forma prototípica da expressão do *realis* – modo indicativo, como também a matriz apresenta adjetivo/substantivo indicador de asseveração - *evidente*.

A tabela 2, abaixo, mostra que a *atitude* do falante, em um grande número de ocorrências, ocorreu através da *avaliação*. A *avaliação* foi desempenhada, quase categoricamente, pelos adjetivos, porque estes são a expressão prototípica da atribuição de valor, característica, opinião, etc. (NEVES, 2000: 183) .

O verbo *ser*, como nas matrizes modalizadoras apresentadas acima, tem sua realização quase regular no presente do indicativo, terceira pessoa do singular.

Valor semântico da oração Matriz	Tipo semântico da oração Matriz	Escala sintática e morfosintática-Encaixada Subjetiva	Subtipos semânticos da Encaixada Subjetiva
Avaliativo	Atitude	Infinitivo Indicativo	Afeto
	Atitude	Infinitivo Subjuntivo Indicativo	Apreciação
	Atitude	Infinitivo Subjuntivo	Julgamento

Tab. 2: Valores avaliativos da matriz e valores do modo/forma da encaixada

A oração encaixada subjetiva realizou-se sintaticamente na forma não-finita e nos modos subjuntivo e indicativo. A avaliação do tipo *afetiva* (ocorrência (16), como (30)) exigiu sua encaixada no infinitivo.

(30) “Não existe paz na cidade dos homens brancos”. Esta frase da cultura indígena nos mostra a pureza e a verdade da avaliação que os “selvagens primitivos” fazem de nós, os ditos civilizados. Remete-nos a uma reflexão de quem somos e para onde vamos! É triste constatar que a convivência pacífica e respeitosa está difícil, não apenas no caótico trânsito, mas em todos os aspectos da vida urbana.
(*Tribuna de Minas*, 25/12/2007)

Em outras ocorrências, a matriz *afetiva* exigiu a encaixada no modo indicativo – veja (31), sinalizando desvinculação sintático-semântica entre matriz e encaixada:

(31) Nessa hora de definição do futuro, o telefone acaba virando companheiro inseparável. É ruim quando você não fez um campeonato bom e ninguém te liga. Mas, quando você está bem, surgem vários contatos. O telefone é mais ou menos o termômetro”, define o atacante do Baeta, Renato Santiago.
(*Tribuna de Minas*, 16/12/2007)

Nessa ocorrência, é importante ressaltar que a oração encaixada é introduzida por conjunção *quando*. Essa construção não foi recorrente nos dados, aparecendo em raras ocorrências, que ilustram matrizes na expressão de avaliação afetiva e apreciativa com encaixada subjetiva realizada no modo indicativo. Reconhecemos que esses casos assemelham-se em estrutura com os sujeitos oracionais postulados pela gramática tradicional,

mas que se distanciam desses modelos pela presença da conjunção *quando*. Acreditamos que esses casos admitam dupla interpretação: têm estrutura de sujeito oracional e, ao mesmo tempo, talvez possamos considerar a indicação de condição ou tempo.

Já a avaliação *apreciativa* (ocorrência (17), como (32)) ocorreu com a encaixada flexionada na forma não-finita,

(32) De acordo com o departamento de Informática da Anvisa, a medida já alcança alguns resultados: a cada 20 acessos, 10 visitam a página de dicas e cuidados. "A partir desses dados podemos verificar que existe interesse da população, por isso é interessante trabalhar nesse projeto", afirma a nutricionista voluntária da Anvisa, Liliane Montenegro.
(Estado de Minas, 02/01/2008)

no modo subjuntivo,

(33) O superintendente ressaltou ainda a importância da colaboração da sociedade para prevenir e combater a doença. "É muito difícil que o poder público esteja presente em todos os cantos da cidade nesse tipo de controle. Cabe à população um papel importante no controle da dengue", disse.
(Estado de Minas, 03/01/2008)

e no modo indicativo:

(34) Ela conta que, para ser atendida na Delegacia de Trânsito, aguarda, por algumas vezes, cerca de 50 minutos. "O problema é que, em muitos lugares, o número de atendentes é insuficiente para a demanda. Então, o jeito é conversar para passar o tempo. Tomo a iniciativa mesmo. É bom que, assim, troco conhecimentos com outras pessoas."
(Tribuna de Minas, 18/12/2007)

Destacamos na ocorrência (34), acima, que a conjunção que introduz o possível sujeito oracional equivale a *porque*. Este também é um caso, que acreditamos admitir dupla interpretação: "(...) *que, assim, troco conhecimento com outras pessoas*" funciona como sujeito oracional de "É bom" e, ao mesmo tempo, introduz uma explicação. Este foi o único caso encontrado com conjunção *que* equivalendo a *porque*²⁴.

Por fim, o *juízo*, presente na matriz, teve sua encaixada no subjuntivo e infinitivo. Respectivamente, as ocorrências (35) (correspondente à ocorrência (13)) e (36) (correspondente à ocorrência (14)) ilustram esse caso:

²⁴ Durante o curso *Introdução à gramaticalização numa perspectiva funcionalista*, ministrado pela Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes (USP) e pela Profa. Dra. Mariângela Rios de Oliveira (UFF), realizado de 09 a 13 de março de 2009 durante o XIX Instituto de Linguística da ABRALIN, na Universidade Federal da Paraíba, foi-nos sugerido que esse e os demais casos introduzidos por conjunções cujo sentido se diferenciasse da conjunção universal *que*, fosse tratado como um caso à parte. Entretanto, decidimos apresentá-los como parte desse estudo, já que observamos que há mais de uma interpretação para tais ocorrências.

(35) Alves levou à delegacia o médico psiquiatra Paulo César Sampaio, que integra o Conselho, que frisou que o normal é encaminhar um preso a um hospital e que cabe ao Estado atendê-lo. "É estranho que ele (o médico Sabino Ferreira de Farias Neto) tenha aplicado medicamentos na delegacia. Eu, como médico, não aplicaria, levaria para o hospital", afirmou.

(Estado de Minas, 15/12/2007)

(36) A esfera das ONGs e dos movimentos sociais supre essa lacuna, pois ajuda a tirar as pessoas de sua vida privada e permite que elas participem do espaço público", explica. Apesar disso, o pesquisador não crê que essas alternativas de engajamento na vida pública possam desempenhar plenamente a função que deveria ser exercida pelos partidos. "É um equívoco pensar que isso substitui o papel dos partidos, pois, no mundo das ONGs e dos movimentos sociais, a atuação é restrita a alguns setores da sociedade - ambientalistas, feministas e outras minorias -, quando os partidos deveriam sempre congregar essas diversas lutas".

(Tribuna de Minas, 16/12/2007)

Vale ressaltar que White (2003) propõe apenas a escala semântica da avaliação. A escala sintática apresentada acima está baseada nas observações dos dados. As ocorrências avaliativas não são analisadas em termos de fraca/forte manipulação ou baixa/alta certeza. Como vimos, a expressão desses valores é feita por modais deônticos e epistêmicos, respectivamente. Avaliar, em termos afetivos, apreciativos e fazer um julgamento, está vinculado à opinião do falante sobre o conteúdo proposicional. Não há controle de ações nem por parte do falante, nem por parte do agente, porque não há comandos ou modalizações do conhecimento.

Diferentemente das construções modais deôntica e epistêmica, as avaliações, presentes nas matrizes, ganham suporte na oração encaixada, uma vez que esta é responsável por ditar o evento avaliado. Para a avaliação ser caracterizada como (i) *afetiva*, (ii) *apreciativa* ou de (iii) *julgamento*, é preciso que busquemos no entorno da sentença as razões da avaliação: (i) se está baseada nas emoções; (ii) nas características estéticas ou processuais; (iii) nas normas sociais. De acordo com White (2003), a avaliação pode ser observada por várias pistas. Assim, em nossos dados, o adjetivo/substantivo na matriz é responsável por expressá-la juntamente com o verbo matriz, e, a encaixada é responsável por dar o suporte necessário para se completar a leitura semântica.

4.1.5 - A expressão de *força* e *foco* nas orações matrizes

Nesse capítulo que dedicamos à análise dos dados, é interessante ressaltar ainda a proposta de White (2003) sobre os advérbios que acompanham adjetivos e substantivos. Em nossos dados, detectamos a presença desses e de outros advérbios nas orações matrizes.

De acordo com White (2003), alguns advérbios indicam gradação. Essa gradação está relacionada com valores que fornecem escala, tanto em termos de força interpessoal ou em termos de precisão ou obscuridade do foco. Essas duas dimensões são chamadas pelo autor de *Força* e *Foco*. A primeira é uma variável da escala de intensidade e, a segunda, diz respeito aos limites nítidos e indistintos das categorias.

Força inclui valores que são intensificadores, enfáticos, incentivadores, etc. Segundo o autor, talvez sejam os advérbios intensificadores o melhor modo de expressão dessa categoria. *Foco* abrange os sentidos que são tipicamente analisados como *limitadores* e como indicador de *linguagem vaga*.

Aplicamos tal proposta em nosso trabalho, por observarmos que o advérbio influencia diretamente a *força* ou o *foco* do adjetivo/substantivo presente na oração matriz, caracterizando sua acentuação ou amenização. Esse movimento nos permite perceber que existe variação em relação aos atributos selecionados pelo falante/escritor.

Em (37), abaixo, por exemplo, a matriz, na posição posposta, tem a seguinte formação: [verbo *ser* + advérbio + adjetivo]. A oração encaixada está anteposta, realizada na forma não-finita, sem preposição.

(37) Para complicar, uma contusão o [Cedrola] afastou cerca de dois meses do time principal. Quando voltou, o balde de água gelada foi o rebaixamento de seu clube para a Segunda Divisão do Brasileirão. "Esse ano foi muito estressante. Conviver com essa rotina de ameaça de rebaixamento um campeonato inteiro é muito ruim. Ainda mais para um cara novo como eu. Mas, de tudo se tira uma lição, e acho que cresci bastante em 2007", acredita o zagueiro.
(*Tribuna de Minas*, 01/01/2008)

O falante, ao selecionar o adjetivo *ruim* para avaliar afetivamente a situação de rebaixamento do seu clube, reforça a intensidade desse adjetivo somando a ele a *força* guiada pelo advérbio *muito*. Essa atitude está relacionada com a forma afetiva com que o jogador defronta tal situação e nos permite inferir a escala de valores que compõe a *força* atribuída a *ruim*: pouco ruim > mais ou menos ruim > muito ruim > extremamente ruim. Esta escala não está limitada e pode receber ainda outras gradações a depender da força interpessoal atribuída.

(38) Na verdade, ninguém está livre de se contundir, mas há fatores de risco que devem ser observados para evitar acidentes. Idade, peso e hereditariedade, por

exemplo, são os detalhes que contam na hora de cuidar do coração e da parte física. "A partir dos 35 anos, é sempre importante que as pessoas passem por avaliação antes de praticar uma atividade esportiva ou física qualquer, principalmente para quem não tem regularidade. Abaixo de 30 anos os riscos são menores, mas a recomendação é começar gradativamente, para evitar lesões", adverte o cardiologista Júlio César Lovisi.
(*Tribuna de Minas*, 07/01/2008)

Em (38), a oração matriz também é composta, como a ocorrência acima: [verbo *ser* + advérbio + adjetivo]. A oração encaixada é introduzida por conjunção e o verbo realiza-se na forma finita, modo subjuntivo. Novamente, o falante avalia apreciativamente o processo preparatório para uma pessoa praticar exercícios. Ele avalia como *importante* a prática de avaliação e a marca temporalmente através do advérbio *sempre*. A necessidade de tornar as avaliações uma atividade habitual, indica a *força* da sua importância. Nesse caso, a categoria *tempo* está vinculada à categoria *força*. Tal advérbio, *sempre*, foi catalogado por nós ao analisarmos os dados.

A manifestação de *foco* foi acentuadamente menor em relação à *força*. Encontramos apenas uma ocorrência desse tipo:

(39) "Estou feliz por me integrar à Honda para o começo de um período que promete ser muito animado para a equipe. A Honda tem uma história muito rica no automobilismo, e é uma verdadeira honra fazer parte de um grupo que tem as corridas no centro de suas operações", disse o veterano Wurz, que foi além.
(*Estado de Minas*, 10/01/2008)

Em (39), a matriz é composta por [verbo *ser* + sintagma nominal] e a oração encaixada tem o verbo na forma não-finita. Nesse caso, é o adjetivo – *verdadeira* - que focaliza, clarificando o substantivo - *honra*.

White (2003) catalogou os seguintes advérbios e adjetivos indicadores de *força*: *ligeiramente, pouco, mesmo, completamente, bastante, muito, extremamente*; e os indicadores de *foco* são: *verdadeiro, puro, limpo, genuíno, completo, tão bom quanto, tipo de*. Além desses, em nossos dados, encontramos outros adjetivos e advérbios denotadores de *força*, a saber: *sempre, grande, mais, só assim, bem, quase*. Em relação ao *foco*, não encontramos nenhum outro adjetivo ou advérbio diferentes daquele catalogado pelo autor.

Ilari *et al.* (1990: 89) propõem dividir os adjetivos em predicativos e não-predicativos. Nessa divisão, advérbios como *bem e muito* são considerados predicativos, ou seja, qualificam o elemento que acompanham, alterando o núcleo do sintagma em que ocorrem. Tal modificação pode ser comprovada na ocorrência (36), acima, em que o falante opta por ressaltar, intensificando a qualidade (que, nesse caso, é negativa: *muito ruim*) atribuída à

proposição descrita na encaixada: *Conviver com essa rotina de ameaça de rebaixamento um campeonato inteiro (...)*.

Em (40), abaixo, a qualidade atribuída pelo falante, através do substantivo *verdade*, ganha *força* ao ser modificado pelo advérbio *bem*:

(40) Processo esse que serve de lição para o que veremos nas urnas, nem tanto este ano, mas em 2010. É bem verdade que o sistema americano, em que pese a liberdade de associação e expressão política, gira em torno de um bipartidarismo inabalável, algo bastante diferente do balé de partidos e legendas que povoam o panorama brasileiro.
(Estado de Minas, 07/01/2008)

O núcleo do sintagma nominal tem seu valor alterado. Nesse caso, ele é ressaltado, acentuado, a fim de mostrar que tem garantias a verdade que está sendo dita na oração encaixada subjetiva: “(...) *que o sistema americano, em que pese a liberdade de associação e expressão política, gira em torno de um bipartidarismo inabalável (...)*”.

Conforme exposto por Ilari et al. (1990: 117; 118) no que diz respeito à ordem, os advérbios apareceram regularmente posteriores ao verbo *ser* da oração matriz, assim como ocorre com os casos em que o objeto direto é oracional. Igualmente, na presença de um adjetivo/substantivo, os advérbios os precedem, ficando, assim, entre o verbo da oração matriz e do adjetivo que compõe a mesma. Essa ordem pode ser confirmada nos exemplos dados, acima, cujas partes reproduzimos aqui: (37) *É muito ruim*; (38) *É sempre importante*; (39) *É uma verdadeira honra*; (40) *É bem verdade*.

É importante ressaltar ainda que as escalas de *força* e *foco* foram encontradas apenas nas orações matrizes indicadoras de avaliação do tipo afetiva, apreciativa ou de julgamento, conforme exemplificado de (37) a (40) acima e nas orações matrizes indicadoras de modalidade epistêmica asseverativa relativa através do adjetivo *provável*. As orações matrizes indicadoras de modalidade deôntica e as demais matrizes indicadoras de modalidade epistêmica – como *é possível que*, *é certo que*, *é claro que*, etc., não apresentaram advérbios atenuadores ou enfatizadores da modalidade expressa.

4.2 - Posição da oração encaixada: a função de *topicalização*

A posição da oração encaixada subjetiva em relação à matriz é um aspecto que diz muito da integração dessas orações. A posição seqüencial da oração matriz para a encaixada

subjativa, predominante nos dados, é justificada pelo fato de a posição inicial identificar o tópico, que pode suspender a função semântica da oração encaixada (LEHMANN, 1988).

Em nossos dados, as orações encaixadas subjativas antepostas (em relação à matriz) realizaram-se, predominantemente, na forma não-finita em ambos os jornais: 12 realizaram-se na forma não-finita no jornal *Estado de Minas* e 13, no *Tribuna de Minas*, conforme ilustra a ocorrência (41), abaixo:

(41) Enfrentar filas no mês de dezembro é quase inevitável. Além das imensas esperas de agências bancárias e repartições públicas, que são as campeãs de reclamações entre os juizforanos ouvidos pela Tribuna, elas também estão mais demoradas em supermercados lotados, Correios e lojas.
(*Tribuna de Minas*, 18/12/2007)

A oração matriz é composta por [verbo *ser* + advérbio + adjetivo], indicando avaliação apreciativa sobre o movimento no comércio e nas ruas durante o mês de dezembro. A oração encaixada subjativa está anteposta em relação à oração matriz, sendo iniciada por verbo na forma não-finita.

Apesar da presença do infinitivo e, conseqüentemente, a ausência de conjunção indicar alta integração entre a oração encaixada e a oração matriz, Neves (2000) explica que esses casos mostram a função de *topicalização* da informação em maior relevância. Para acentuar o conteúdo proposicional descrito, o falante desloca a informação para a primeira posição, estabelecendo, assim, uma relação subjativa entre o adjetivo avaliador e o conteúdo proposicional avaliado (NEVES, 2000). Em (41), a opção do falante em *topicalizar* o conteúdo proposicional da encaixada sugere que esta informação tem maior relevância em relação à sua avaliação. Em alguns casos, tal avaliação torna-se um sintagma nominal impessoalizado, na medida em que se desvincula sintaticamente da oração encaixada, deixando de selecionar sujeito, que em nosso estudo, é oracional.

Em relação a orações, a autora também afirma que a anteposição das encaixadas indica construção mais marcada, podendo ocorrer com verbo no infinitivo ou no modo finito.

(42) A imprensa europeia vem comentando sobre o interesse do Borussia Dortmund, da Alemanha, no meia. “A gente sabe que concorrer com o mercado europeu é difícil, por causa da moeda e vitrine. Mas o fato de o Atlético estar no centenário é uma vantagem que nos deixa otimista para a vinda dele para o Atlético”, acredita o dirigente.
(*Estado de Minas*, 03/01/2008)

Em (42), a oração matriz é formada por [verbo *ser* + adjetivo]. Já a encaixada subjetiva está anteposta em relação à matriz, representando uma construção mais marcada (NEVES, 2000), com o verbo realizado na forma não-finita, sem a presença de conjunção. Apesar de se tratar de construções altamente coesas (LEHMANN, 1988), encaixada e matriz têm mobilidade para mudar de posição. Este movimento parece sugerir certo desvinculamento sintático.

Nessa ocorrência, por exemplo, o dirigente do atlético avalia apreciativamente a relação de compra e venda de jogadores com times europeus. Para ressaltar especificamente o mercado que apresenta empecilhos como “moeda e vitrine”, ele antepõe a informação e a avalia posteriormente. Semanticamente, o falante *topicaliza* o conteúdo proposicional, dando-lhe maior relevância (NEVES, 2000).

Ao topicalizar o falante assemelha alguns aspectos do comportamento das orações encaixadas subjetivas ao do tópico sentencial estudado por Pontes (1987). Segundo a autora, o tópico nas línguas é caracterizado por “estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir” (PONTES, 1987: 13). O falante lança no primeiro sintagma nominal o tópico, sobre o qual se faz um comentário. Esta definição parece satisfazer a análise de *topicalização* das orações encaixadas subjetivas, já que estas são orações, que emolduram um quadro, sobre o qual se faz um comentário avaliativo, através de orações.

Entretanto, de acordo com Pontes, uma das características prototípicas dos tópicos é não permitir a identificação do sujeito e estabelecer uma relação puramente semântica com o comentário (Ibid.: 14). Uma das diferenças entre as subjetivas e os tópicos está no fato de ser possível identificar o sujeito, havendo, portanto, vínculo sintático: trata-se de orações matrizes cujos sujeitos são oracionais. Além disso, trabalhamos com orações e não com sintagmas, conforme exemplifica Pontes – *Aquelas árvores, os troncos são grandes*. Segundo a autora, apenas o comentário é formado por verbo e complemento (Ibid.: 13).

A transformação feita pelo falante *topicalizando* a oração encaixada coloca-a na condição de tópico a ser comentado. Apesar de não usarmos aqui o sentido mais restrito da palavra tópico, tal definição nos interessa. As encaixadas subjetivas não estão funcionando como tópico, mas são *topicalizadas* para ganhar relevo semântico.

Dando continuidade ao estudo das subjetivas *topicalizadas*, encontramos apenas um caso de oração encaixada subjetiva anteposta em relação à matriz, cujo verbo encontra-se na forma finita:

(43) Em contraponto a toda inovação possível em uma campanha eletrônica, os candidatos do PT terão de intensificar o corpo-a-corpo e gastar ainda mais sola do sapato. “Em uma eleição com limitações de campanha, a dimensão política ganha fôlego novamente e se sobrepõe às estratégias de marketing”, diz. Que o potencial de utilização da rede eletrônica vem aumentando, eleição após eleição, é inegável. “Se compararmos os pleitos de 2002 e 2006, este último teve uso mais intensivo da internet, inclusive através da difusão da informação por meio de redes de e-mails. Apesar disso, a TV e o rádio continuarão sendo superiores em alcance, porque muitas camadas ainda não têm facilidade de acesso”, avalia o cientista político Paulo Roberto Figueira Leal.
(*Tribuna de Minas*, 01/01/2008)

Em (43), a oração matriz tem a seguinte formação: [verbo *ser* + adjetivo] e representa avaliação, apreciando o processo de campanha eleitoral. A oração encaixada é introduzida por conjunção, com o verbo na forma finita e na posição anteposta em relação à matriz.

De acordo com Neves (2000), esta é a representação de uma construção marcada, em que o falante põe relevo naquilo que é mais essencial: falar do aumento da utilização dos meios eletrônicos, inclusive para campanhas eleitorais. Esta informação é veiculada pela oração encaixada anteposta. É interessante notar que esse tipo de construção não é próprio da modalidade escrita já que esta foi a única ocorrência catalogada por nós com tais características.

Ressaltamos ainda que a conjunção *que*, introduzindo a encaixada na posição inicial, tem a função de apontar a informação da oração encaixada, pondo em evidência o conteúdo topicalizado.

As orações encaixadas subjetivas ocorreram, em nossos dados, predominantemente, pospostas à matriz - cerca de 90% das ocorrências. Segundo Lehmann (1988), as orações encaixadas encontram restrições gramaticais para sua mobilidade, como por exemplo, o verbo da encaixada ocorrer em forma não-finita. Tal mobilidade é admissível facilmente, por exemplo, entre orações coordenadas. Além disso, a oração encaixada é hierarquicamente mais rebaixada, o que significa dizer que quanto menor é o nível, mas integrada está a oração encaixada na oração matriz. Esse fato também justificaria esse uso recorrente, conforme ilustra a oração abaixo:

(44) Por isso a ABMH recomenda que se dê preferência aos bancos. “Quando se compra um imóvel em construção, também é preciso ter em mente que, até a entrega das chaves, o comprador não terá como tomar posse e terá, se for o caso, que arcar também com um aluguel.”
(*Tribuna de Minas*, 02/12/2007)

No exemplo (44), a oração encaixada subjetiva está posposta em relação à oração matriz. Além de se tratar de uma relação de encaixamento, o fato de o verbo da encaixada realizar-se na forma não-finita, permite maior integração entre matriz e encaixada. Assim, a mobilidade fica restrita por atender exigências do encaixamento.

É importante observar que os advérbios apresentam mobilidade nas sentenças, e, as orações matrizes, como afirmado acima, encontram-se em uma posição quase fixa. Embora apresentem funções similares, as orações matrizes analisadas não têm, provavelmente ainda, freqüente mobilidade na sentença, indicando que estas formas não estão muito avançadas no processo de gramaticalização. Algumas formas, conforme exemplificamos – (41) a (43) - estão mais gramaticalizadas, outras menos, como veremos. Assim, destacamos que a *topicalização* foi recorrente entre as matrizes indicadoras de avaliação. Ao contrário, as matrizes com expressão de modalidade deôntica e epistêmica apresentaram raros casos com tal construção.

4.3 - Gramaticalização de orações: um processo em andamento

4.3.1 - Os estágios da gramaticalização

Nesta etapa, apresentamos de forma sistematizada os parâmetros de gramaticalização definidos por Hopper (1991). Esses serão comparados com etapas semelhantes desenvolvidas e nomeadas por autores como Heine e Kuteva (2006), com análises semelhantes no Português, como as realizadas por Gonçalves (2003), em seus estudos de *parecer*, e, ainda com análises em outras línguas de autores como Hopper & Traugott (2004), em seus estudos no Inglês.

Nosso objetivo é mostrar que toda a construção, matriz e encaixada, sofre processo de gramaticalização: as orações matrizes, em alguns casos, apresentam-se a caminho da independência sintática e, conseqüentemente, as orações encaixadas subjetivas vão deixando de ser encaixadas, passando a atuar como independentes. Pretendemos mostrar ainda quais são as formas que se encontram *mais* ou *menos* gramaticalizadas, visto que tal processo não atinge diretamente todas as matrizes e em todos os parâmetros. Por isso, optamos por iniciar nossa explanação pelos princípios de Hopper (1991).

Partindo da base de que na gramática de uma língua surgem novas funções, valores, usos para formas já existentes de acordo com a necessidade e criatividade dos falantes (HOPPER, 1991), observamos que algumas orações matrizes das orações

encaixadas subjetivas apresentam características sintáticas e semânticas que as aproximam dos advérbios. Para tratar desse novo percurso percorrido por matrizes e encaixadas subjetivas, analisamos as construções²⁵ indicadoras de modalidade e avaliação nos parâmetros estratificação (*layering*); divergência (*divergence*); especialização (*specialization*); persistência (*persistence*), decategorização (*decategorization*) propostos por Hopper (1991)²⁶. Entretanto, não iremos aplicar aqui todos os parâmetros, visto que o processo de gramaticalização parece ser inicial nas orações subjetivas em análise no presente estudo.

4.3.1.1- *Estratificação*

De acordo com o princípio de *estratificação*, novas camadas (*layers*) surgem na gramática, coexistindo com as antigas. O surgimento de uma nova função não suplanta imediatamente aquela já existente, o que pode até não ocorrer, de forma que ambas, a antiga e a nova função, existam em um mesmo domínio funcional, interagindo. Essas diferentes camadas apresentam sentidos similares, ou seja, a diferença semântica não é muito realçada.

Em nossos dados, esse princípio atinge as matrizes das encaixadas subjetivas, compostas por [verbo *ser* + adjetivo/substantivo], as quais passam a existir em espaços peculiares de advérbios: posição inicial em sentenças. Como as matrizes posicionam-se majoritariamente na posição anteposta à oração encaixada, comportam-se, em alguns casos, como um *advérbio sentencial* (HOPPER & TRAUGOTT, 2004: 209; CASTILHO & CASTILHO, 1990), tendo como participantes da modalização/avaliação não só o adjetivo/substantivo, mas também o verbo *ser*.

Diante das observações concluímos que há similaridade não só na posição inicial em sentenças, mas também similaridade funcional: as orações matrizes formam uma estrutura única com as subjetivas - aquelas imprimem modalização/avaliação do conteúdo expresso nas encaixadas e apresentam uma função peculiar dos advérbios em relação a estas.

Heine e Kuteva (2006) chamam essa etapa de *extensão*, em que uma estrutura lingüística passa a ocorrer em um novo contexto, ou seja, há uma *extensão* de sentido para

²⁵ Chamamos de *construção* a junção X e Y, que correspondem à matriz e à encaixada subjetiva.

²⁶ Os princípios divergência, persistência e especialização não são aplicados porque entendemos que para que o processo de gramaticalização seja detectado, é necessário haver análise diacrônica. Reconhecemos, então, apenas as variações e mudanças encontradas através dos princípios *estratificação* e *decategorização*.

uma nova forma. No nosso estudo, como explicado, as matrizes das encaixadas subjetivas passam a ocorrer em espaços tipicamente de advérbios.

4.3.1.2 - Decategorização

No último estágio, as formas em processo de gramaticalização perdem ou neutralizam características morfológicas, sintáticas, o que configura novo status: assumem características de adjetivos, advérbios, preposições, clíticos, afixos, podendo até chegar a zero. Essas características perdidas ou anuladas contemplam formas plenas, que, ao entrarem em processo de gramaticalização, tendem a perdê-las.

Gonçalves (2003) resume tais perdas ou anulações, considerando a transformação de *parecer*, da seguinte forma:

- (i) *mudança de significado: concreto > abstrato;*
- (ii) *mudança de estatuto categorial: predicado > satélite;*
- (iii) *mudança de atuação no nível da oração em camada: predicação > proposição;*
- (iv) *mudanças morfológicas: [+ tempo, + concordância] > [- tempo, - concordância];*
- (v) *posição na oração: [+ fixa] > [- fixa] (GONÇALVES, 2003: 221).*

Dentre essas mudanças, (ii), *mudança de estatuto categorial*, foi detectada na processo de desvinculação das orações. Entretanto, essa mudança deve ser adaptada para dar conta de nossos dados. As matrizes em processo de gramaticalização tornaram-se *quase-satélite*, porque não estão fortemente integradas sintaticamente, entretanto, não apresentam mobilidade, aparecendo abundantemente em posições iniciais. A desvinculação sintática é comprovada pelo comportamento adverbial que a matriz apresenta ao funcionar como um *advérbio sentencial*, estando unidos verbo *ser* e adjetivo/substantivo, ao permitir ser *recortada* do seu ambiente de atuação, e ainda, permitir ser convertida em advérbio correspondente com final terminado em *-mente*. *Encontram-se, nesse caso, as orações matrizes indicadoras de modalidade epistêmica relativa – é provável – e asseverativa – é certo, é evidente, é claro, e, ainda, em menor escala, algumas orações avaliativas.*

A mudança *morfológica* pode ser configurada na cristalização do verbo matriz na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Esta cristalização está quase totalmente efetivada, já que ainda coexiste com algumas raras ocorrências no pretérito

perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, futuro do indicativo, futuro do pretérito e presente do subjuntivo. Esta rara variedade e sua freqüente realização no presente do indicativo, terceira pessoa do singular, são indícios de que o verbo da matriz está quase cristalizado, deixando de marcar tempo, modo e concordância. Além disso, os adjetivos ou substantivos encontrados apresentam-se, na maioria dos casos, sem a marcação de gênero. Entretanto, a restrição gramatical parece dar-se à estrutura da língua, não configurando uma característica da gramaticalização. Nos casos em que houve marcação, predominou o gênero masculino. Essa característica sugere que as orações que expressam modalização ou avaliação atuam sobre o conteúdo da oração encaixada de forma impessoalizada, na medida em que se desvinculam de seu sujeito oracional.

Diante dessas tênues mudanças, as orações encaixadas subjetivas, das ocorrências mais avançadas no processo de gramaticalização, se apresentam quase independentes, visto que exibem fraco entrelaçamento sintático e semântico com a matriz (HOPPER & TRAUGOTT, 2003).

4.3.2 - Harmonização: de “realis” para “irrealis”

Esta seção será dedicada à aplicação, em nossos dados, da teoria da *harmonização* proposta por Bybee et al. (1994). Em Givón (2001) e Neves (2006) também encontramos explicações a respeito do assunto, mais especificamente, do modo subjuntivo e da dicotomia *realis* versus *irrealis*. Esses aspectos também são abordados neste trabalho por estarem diretamente relacionados com a teoria da *harmonização*.

A teoria da *harmonização* (*modally harmonic*, como a denominam Bybee et al. (1994)) postula que a natureza dos verbos da oração matriz é influenciada pela presença de modalizador ou elemento avaliativo, também presentes na oração matriz (como os adjetivos/substantivos que compõem o predicativo, encontrados em nossa análise – *provável, possível, necessário, importante, bom, comum, etc.*), e pelo modo de expressão da oração complemento (modo subjuntivo, indicativo e forma não-finita, conforme encontramos nos dados). O ponto que chama atenção na *harmonização* (COATES, 1983 apud BYBEE ET AL., 1994) é que os dois elementos – verbo da matriz mais predicativo e verbo da encaixada - parecem harmonicamente relacionados, de forma que se indicássemos a modalização duas vezes, através de elementos diferentes, tal efeito não seria obtido com tanta propriedade (Ibid.). Essa afirmação leva-nos a pensar que a *harmonização* não é uma questão de enfatizar

o valor modal de orações, mas sim de mostrar que os elementos das orações matrizes “escolhem”, ou melhor, “exigem” o escopo sobre o qual devem incidir.

Semelhantemente, analisando a conexão entre orações, Lehmann (1988) afirma que um dos seus parâmetros para análise de tal conexão diz respeito ao tempo e ao aspecto da matriz e da oração encaixada. Segundo o autor, em alguns casos, o tempo e o aspecto da oração encaixada são parcialmente ou totalmente determinados pelo verbo da oração matriz.

Na mesma linha, Neves (2006), ao reunir as fontes indicativas de modalidade, fala sobre os tempos verbais e sobre os operadores modais em orações. A autora afirma que a relação temporal determina a relação *realis* – indicando certeza - x *irrealis* – indicando possibilidade - presente nas orações.

Dessa forma, podemos afirmar que o surgimento de um modal em uma cláusula complemento é originalmente motivado por certa *harmonia* entre o significado desse modal e o significado da estrutura: verbo matriz e predicativo. Apresentamos as ocorrências (45), (46) e (47), abaixo, a fim de exemplificar esse processo.

Em nossos dados o efeito modal na cláusula encaixada está relacionado ao tempo e modo do verbo. A encaixada, em (45), realizou-se através do infinitivo, cujo índice de ocorrência ganhou o primeiro lugar e, através do presente do subjuntivo, ilustrado em (46) e (47), cujo índice de incidência nos dados alcançou o segundo lugar:

(45) O que é necessário para anunciar?

É preciso ser credenciado pela Associação de Apoio Comunitário (Amac), parceira da Tribuna no projeto Cidade Solidária.

(Tribuna de Minas, 21/10/2007)

O modo não-finito, representado na cláusula encaixada em (45) – *ser credenciado pela Associação de Apoio Comunitário* - indica estado em potencial, ações que poderão ser realizadas. Em relação à matriz, o modo *realis* expresso pelo tempo e modo do verbo *ser*, flexionado no presente do indicativo não predomina na sentença, visto que está “contaminado” pelo modal deôntico – *preciso*, já que consideramos que a modalidade é orientada para o agente (BYBEE ET AL., 1994: 176). Verbo e adjetivo – *é preciso* - formam uma estrutura única que, por sua vez, “escolhe” um escopo também *irrealis*. O modo está marcado, na oração encaixada, através da realização formal do verbo (NEVES, 2006), forma não-finita. Essa *harmonização* modo-temporal atende às exigências do tipo de ligação estabelecida entre matriz e encaixada: trata-se do encaixamento, que estabelece uma relação de total dependência (HOPPER E TRAUGOTT, 2003: 178).

(46) Um terceiro entrave, no entanto, atende pelo nome de conveniência política, já que, em função das ensaiadas alianças para 2008, nem todos querem criar problemas para potenciais parceiros. Sendo assim, se prevalecer a data-limite de 27 de março, é pouco provável que o PTB entre na Justiça para buscar as vagas de Aparecido, Evangelista, Novy, Pastor Carlos e Rose, uma vez que todos migraram para siglas se apoio aos planos trabalhistas.
(*Tribuna de Minas*, 21/10/2007)

Em relação ao subjuntivo, Palmer (1986) afirma que este modo verbal tem sua fonte no uso freqüente de combinações *harmônicas* do verbo principal com o verbo subordinado. Dessa forma, conforme exposto em (46), podemos concluir que o uso do subjuntivo na cláusula complemento - *que o PTB entre na Justiça* - é uma conciliação com os usos da cláusula matriz - *é pouco provável*, ficando evidente que a expressão de modalidade epistêmica asseverativa relativa do adjetivo “anula” ou “contamina” o modo *realis* do verbo *ser* no presente do indicativo.

(47) Nosso objetivo era ganhar a primeira medalha do boliche brasileiro em Jogos Pan-Americanos justamente para dar maior divulgação ao esporte, fazer com que as pessoas se interessem e conheçam um pouco mais da modalidade em sua forma de competição e não vejam apenas como um lazer. Acredito que a medalha foi um grande passo. Com esse resultado, é natural que o boliche se popularize.
(*Tribuna de Minas*, 02/12/2007)

Da mesma forma, em (47), o subjuntivo presente na encaixada – *que o boliche se popularize*, imprime ao enunciado a hipótese (NEVES, 2000), indicando que o evento *popularizar* não está estabelecido, podendo ou não acontecer. Entretanto, nesse caso, a *harmonização* entre matriz e encaixada não fica evidente já que se trata da atitude do falante sendo expressa através de uma *avaliação* apreciativa presente na matriz: *é natural*. Esse caso mostra, então, que *harmonização* é uma relação típica das orações matrizes modalizadoras, não podendo ser detectada nos casos em que há avaliação.

Nossa análise baseia-se ainda na proposta de Givón (2001), segundo o qual advérbios epistêmicos escolhem um escopo *irrealis* sobre a proposição, na qual estão alojados. A presença desses operadores *irrealis* anula a expressão *realis*. Os advérbios, listados pelo autor, indicadores de *irrealis*, que, para ele, trata-se de uma modalidade, são *maybe*, *probably*, *possibly*, *surely*. Segundo Givón (2001), o modal da matriz escolhe não apenas o objeto, mas todo o complemento como seu escopo, o qual pode ser uma asserção *realis*, *irrealis* ou negativa. Dessa forma, o modo do complemento é determinado pela modalidade do predicativo e pelo modo *contaminado* do verbo matriz, sobre cujo escopo está.

Em nossos dados, os adjetivos indicadores de modalidade (e ainda de avaliação) permitem, em alguns casos, serem parafrazeados pelos advérbios correspondentes terminados em *-mente*:²⁷

(48) Três dias depois da morte de Phil O'Donnel, o Motherwell, da Escócia, divulgou que o diagnóstico do meio-campista apontou falha no coração. Com isso, é possível que o clube e o seu departamento médico sejam punidos por não terem detectado o problema em exames anteriores ou aprovado a participação do jogador mesmo que soubessem da falha.

(Estado de Minas, 01/01/2008)

Em (48) acima, matriz e conjunção, *é possível que*, podem ser substituídas por *possivelmente* - o que nos possibilita ler que as orações matrizes com expressão de modalização, no caso, epistêmica asseverativa relativa, escolhem um escopo *irrealis* para incidir (GIVÓN, 2001). A expressão *irrealis* da oração encaixada está impressa através da sua realização formal – o verbo está flexionado no presente do modo subjuntivo.

Em relação às orações matrizes epistêmicas asseverativas relativas, exemplificado em (48), existe uma forte ligação entre tal modalidade e o modo subjuntivo, já que ambos indicam *lower certainty* (GIVÓN, 2001: 313). Em nossos dados, as orações matrizes epistêmicas asseverativas relativas exigiram em maior porcentagem o verbo da encaixada no modo subjuntivo, conforme previra Givón (2001).

Este mesmo comportamento pode ser observado, nos dados, com as orações matrizes indicadoras de modalidade deôntica.

(49) O uso freqüente do ponto passa, então, a caracterizar uma burla contra a lei, sendo esse um dos motivos para a promotoria não assinar o TAC. Julio Cesar afirmou que, para uma festa de música eletrônica conseguir autorização da promotoria, é necessário acontecer em local fechado, com estrutura e alvarás, contar com a presença da polícia, além de abrir mão do termo rave.

(Tribuna de Minas, 29/11/2007)

Em (49), a seleção da forma não-finita atende às exigências das orações matrizes que se encontram harmonizadas em modo *irrealis*, visto que o adjetivo *necessário* indica fraca manipulação sobre uma assertiva que ainda não ocorreu – “(...) *acontecer em local fechado, com estrutura e alvarás, contar com a presença da polícia, além de abrir mão do termo rave.*” O todo (verbo matriz + adjetivo) harmonizado requer para si um complemento que também se harmonize com ele.

²⁷ Este tema, correspondência adverbial, será exemplificado e tratado na próxima seção com detalhes.

De acordo com Givón, o subjuntivo da encaixada pode indicar baixa certeza e fraca manipulação, que correspondem à modalidade epistêmica e à deôntica, respectivamente. Tais valores semânticos são subpartes do *irrealis*, o que indica que o subjuntivo presente na cláusula encaixada pode se gramaticalizar (GIVÓN, 2001: 313). Esses sentidos confirmam a possibilidade de o subjuntivo ocorrer não somente com os casos epistêmicos, mas também com os deônticos.

Tendo em vista toda essa discussão apresentada pelos autores, acreditamos que exista *harmonização* entre o modo verbal da encaixada e o da matriz. O infinitivo por estar em estado potencial assimila o valor modal da matriz, e o subjuntivo, imprime incerteza no valor real do presente do indicativo do verbo *ser* da cláusula matriz. Dessa forma, o todo se *harmoniza*, apontando, então, para o *irrealis*.

4.3.3 - O papel do “recorte” e da “conversão” da oração matriz

A fim de analisar o grau de coesão entre matriz e encaixada, aplicamos o teste que configura o *recorte* da oração matriz. Trata-se de um teste que visa retirar da sentença a oração matriz para verificarmos se a encaixada está altamente integrada à matriz, de forma que a existência dessa última pode ou não ser requerida. Em alguns casos o teste foi aplicado com sucesso, em outros, porém, o *recorte* da matriz gerou a agramaticalidade da oração encaixada subjetiva. Configurando o *recorte* da matriz, a oração encaixada torna-se uma oração independente.

Outro teste, concomitante a este, foi também aplicado nos dados de forma que pudéssemos verificar o grau de encaixamento entre matriz e oração subjetiva. Esse teste, apresentado em Basílio (1992), propõe que o adjetivo/substantivo da oração matriz seja *convertido* em sua contraparte adverbial terminada em *–mente*, como por exemplo, *é possível* por *possivelmente*. Nessa troca, a oração matriz adquire comportamento semelhante ao dos advérbios que modificam a oração subjetiva, a qual deixa de ser encaixada. Algumas palavras não permitiram a aplicação desse teste por não terem contraparte adverbial, como, por exemplo, a matriz *é bom*.

As orações matrizes menos integradas puderam ser *recortadas* sem causar prejuízo de sentido à sentença, e/ou puderam ser *convertidas* para sua contraparte adverbial terminada em *–mente*. Já as altamente integradas não admitiram que nenhum dos dois testes ou um dos dois testes tivesse sucesso em sua aplicação.

Definindo a *conversão*, Basílio (1992: 83) enfatiza as condições para o estabelecimento desse processo em oposição a processos de extensão de propriedades lexicais entre adjetivos e advérbios. O processo de *conversão* é um fenômeno de transposição de um item lexical de uma classe para outra sem alteração de sua forma fonológica (Ibid.). Dentre os adjetivos analisados, a autora encontrou adjetivos como *certo*, *correto*, *perfeito*, e ainda *claro* e *óbvio* (Ibid.: 86).

Analisamos nossos dados em relação a esse ponto e pudemos fazer algumas conclusões: há restrição de *conversão* dos adjetivos deônticos e avaliativos em advérbios, o que não é verdadeiro para os epistêmicos.

Conseguimos, além dos resultados da *conversão*, o *recorte* da oração matriz que pôde, em alguns casos, ser aplicado com sucesso. Observamos que o sucesso da sua aplicação depende da realização formal da oração encaixada: as orações encaixadas com verbos no **indicativo** permitiram, categoricamente, o *recorte* da oração matriz; já os verbos no **subjuntivo**, permitiram em raros casos o *recorte* da matriz, e, por fim, o **infinitivo** mostrou-se como uma restrição para o sucesso do teste. Em alguns casos, o complementizador *que*, o qual introduz a oração encaixada subjetiva é *recortado* juntamente com a oração matriz, mostrando que está incorporado a ela. Em outros, o complementizador ainda está em alta conexão com a oração que introduz, não podendo ser *recortado*.

É sobre o resultado desses testes e suas conseqüências para as orações encaixadas subjetivas que trataremos. Apresentaremos os resultados dos dois testes juntamente, comparando as ocorrências epistêmicas, deônticas e avaliativas e o modo verbal/forma nominal da encaixada subjetiva.

No jornal *Estado de Minas e Tribuna de Minas*, as ocorrências com orações matrizes cuja modalidade é deôntica apresentaram alta porcentagem para os casos de orações que não podem ser *recortadas*, retiradas do contexto, sem prejuízo semântico e que não admitem *conversão* para sua forma adverbial. As orações encaixadas dessas matrizes caracterizam-se por ter o verbo na forma não-finita. Esse resultado indica alta integração entre as orações encaixadas subjetivas finitas com suas matrizes com valor deôntico, como pode ser observado em (50), abaixo:

(50) “Você que vai indicar? Nunca falei isso”, perguntou Lula a uma repórter que lhe fizera a pergunta sobre os rumores que circulam no Congresso de que Lobão, agora no PMDB, assumiria o cargo, antes ocupado pelo peemedebista Silas Rondeau, afastado por suspeitas de irregularidades e que está sendo substituído interinamente por Nelson Hubner. “Eu me surpreendo de onde vêm essas notícias. Tem coisas que não sei, que não digo para ninguém. É por isso

que eu digo que é preciso saber o peso das palavras", reagiu o presidente. Apesar da ênfase com que acabou negando a possibilidade de Lobão ser nomeado para o Ministério de Minas e Energia, Lula demorou para formular a resposta.

(Estado de Minas, 20/12/2007)

A oração matriz *É preciso*, indicadora de modalidade deôntica, não pode ser retirada da sentença sem causar perda de sentido e nem ser *convertida* para *precisamente*, visto que a sentença ficaria agramatical. Matriz e encaixada estão altamente integradas sintática e semanticamente (HOPPER & TRAUGOTT, 2003).

Em relação às matrizes com modalizadores epistêmicos, as encaixadas realizadas na forma finita indicaram que têm integração atenuada com suas matrizes já que uma porcentagem representa matrizes que puderam ser *retiradas* das sentenças e admitiram ser *convertidas* em advérbios.

Outro índice de ocorrência refere-se a dados cujas matrizes admitem ser *convertidas*, mas não admitem ser *recortadas* do contexto. Sua extração ocasionaria perda de sentido da sentença, porém, diante do advérbio, o sentido modal está garantido à sentença.

(51) A Índia poderia superar no fim dos próximos cinco anos a barreira do crescimento econômico de 10%, com o aumento no investimento na poupança interna, disse esta quarta-feira o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh. "É possível que com um conjunto adequado de medidas e um esforço dos governos regionais e central não só mantenhemos o crescimento atual, mas cheguemos a 10%", disse o primeiro-ministro, segundo a agência indiana "Ians".

(Estado de Minas, 19/12/2008)

A ocorrência (51) sublinhada é um exemplo de sentença que permite a oração matriz epistêmica - *É possível que* - ser *convertida* para *possivelmente*, sem que a encaixada subjetiva tenha seu sentido modificado: (51a) "*Possivelmente, com um conjunto adequado de medidas e um esforço dos governos regionais e central não só mantenhemos o crescimento atual, mas cheguemos a 10%*", disse o primeiro-ministro, segundo a agência indiana "Ians". Nesse processo, a conjunção universal *que* "desaparece" da encaixada.

(52) Na capital gaúcha, onde o PT se manteve no poder até 2004, Maria do Rosário e Miguel Rossetto disputarão prévias, mas o ex-prefeito Olívio Dutra é o petista melhor colocado nas pesquisas, ainda que atrás do atual prefeito José Fogaça (PPS). "Estamos procurando conduzir esse processo da maneira menos traumática possível. É claro que a disputa passa uma imagem negativa, mas ela não é determinante", afirma Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre pelo PT. Para ele, o "modo petista" precisa ser reavaliado, mas ainda "permanece vivo na democracia e na participação popular".

(Estado de Minas, 03/01/2008)

Diferentemente, a oração matriz asseverativa afirmativa em (52), *É claro*, pode ser retirada, juntamente com a conjunção *que* – *É claro que*, ou ser *convertida* em *claramente*, permitindo que o valor semântico da encaixada se mantenha. Matriz e oração subjetiva mostram-se pouco integradas. O modo indicativo presente na encaixada permite que os testes tenham sucesso: (52a) “*Estamos procurando conduzir esse processo da maneira menos traumática possível. A disputa passa uma imagem negativa, mas ela não é determinante*”; (52b) “*Estamos procurando conduzir esse processo da maneira menos traumática possível. Claramente, a disputa passa uma imagem negativa, mas ela não é determinante*”.

Em (53), abaixo, a fraca conexão entre matriz e encaixada também está exemplificada:

(53) O coordenador do curso de Direito da Doctum, Fernando Bentes, afirma que a maior parte dos bolsistas do ProUni matriculados na instituição tem desempenho destacável, sendo, em várias turmas, os melhores alunos. “Posso dizer que cerca de 80% se destacam. É lógico que também há bolsistas que ingressam na Doctum na sombra do programa federal, não rendendo durante o curso. Eventualmente, alguns chegam a perder a bolsa por sucessivos baixos desempenhos. Porém, o saldo final é positivo.”
(Tribuna de Minas, 07/01/2008)

É lógico, oração matriz, pode ser *retirada* sem mudança semântica e *converter-se* em *logicamente*, permitindo o mesmo sentido. Nesse caso, a conjunção *que* também pode ser *recortada* juntamente com a oração matriz, para que o sentido permaneça: (53a) “*Posso dizer que cerca de 80% se destacam. Também há bolsistas que ingressam na Doctum na sombra do programa federal, não rendendo durante o curso*”; (53b) “*Posso dizer que cerca de 80% se destacam. Logicamente, também há bolsistas que ingressam na Doctum na sombra do programa federal, não rendendo durante o curso*”. É importante ressaltar que a encaixada se realiza no modo indicativo.

Ainda em relação às matrizes indicadoras de modalidade epistêmica, aquelas orações encaixadas introduzidas por verbos na forma não-finita, não admitiram, categoricamente, serem *recortadas* e *convertidas*. Esta alta integração está exemplificada na ocorrência (54):

(54) Na audiência realizada na Câmara dos Deputados, a ministra afirmou que mesmo sem os R\$ 40 bilhões da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) é possível dar continuidade ao PAC em 2008. Isso é possível, de acordo com Dilma, porque as fontes de financiamento do programa não estão limitadas ao Orçamento da União --há investimento privado, por exemplo.
(Estado de Minas, 19/12/2008)

Nessa ocorrência, a matriz com adjetivo epistêmico - *possível* – não admite ser *recortada* ou *convertida* em advérbio. Para que o sentido se estabeleça, ela deve permanecer. Tal permanência é justificada por haver alta conexão entre a encaixada, que está na forma não-finita, e sua matriz.

Nos casos de modalidade epistêmica asseverativa afirmativa – (52) e (53), em que há fraca integração entre a matriz e a encaixada, é importante observar que as encaixadas subjetivas se realizam no modo indicativo. Esse modo verbal favoreceu o “desligamento” sintático e semântico entre matriz e encaixada, o que não ocorreu com a mesma frequência no modo subjuntivo, que favoreceu razoavelmente tal “desligamento”. A forma infinitiva, contrariamente, não permitiu *conversão* da matriz em advérbio e seu *recorte*, como pode ser visto em (54).

Em relação às matrizes avaliativas, a maioria caracteriza-se por não ser *recortada* do contexto em que ocorrem e nem admitir *conversão* em advérbio terminado em *-mente*. Esse resultado refere-se às sentenças cujo verbo da encaixada subjetiva realiza-se na forma não-finita, comprovando que a matriz está altamente integrada à encaixada.

O dado (55) abaixo, exemplifica esse grupo de matrizes avaliativas que ainda são requeridas para que o sentido da sentença seja pleno:

(55) Para o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago, ainda é prematuro dizer que o sistema não funciona. "Somente quando terminar o prazo para adesão e de saída do Simples vai ser possível saber se o imposto agradou ou não os empresários", alega.
(Estado de Minas, 01/01/2008)

A oração matriz, *é prematuro*, garante a avaliação apreciativa sobre um novo sistema implantado pelo Simples. A encaixada é introduzida pelo verbo *dizer* na sua forma não-finita. Esta e a matriz têm uma conexão muito forte garantida pelo infinitivo e pela impossibilidade de haver advérbio no lugar da oração matriz ou até mesmo pela impossibilidade de a matriz ser *recortada*.

Foram catalogados poucos casos de matrizes avaliativas cujas encaixadas subjetivas ocorressem no modo finito, introduzida por conjunção. Os poucos casos detectados se caracterizam por não permitirem o *recorte* da matriz e sua *conversão* em advérbio.

Já na ocorrência (34), transcrita aqui como (56), temos um caso de avaliação que permite o *recorte*, mas não a *conversão* da matriz:

(56) Ela conta que, para ser atendida na Delegacia de Trânsito, aguarda, por algumas vezes, cerca de 50 minutos. “O problema é que, em muitos lugares, o número de atendentes é insuficiente para a demanda. Então, o jeito é conversar para passar o tempo. Tomo a iniciativa mesmo. É bom que, assim, troco conhecimentos com outras pessoas.”
(*Tribuna de Minas*, 18/12/2007)

Essa ocorrência exemplifica o grupo das avaliativas. Em (56a), temos o recorte: “*Então, o jeito é conversar para passar o tempo. Tomo a iniciativa mesmo. Assim, troco conhecimentos com outras pessoas.*” A conversão não é possível porque o adjetivo não apresenta contraparte adverbial em português: *bom*. Entretanto, encontramos poucos casos de matrizes avaliativas com encaixada subjetiva realizada no modo indicativo.

Resumindo, as **orações matrizes** indicadores de modalidade **epistêmica asseverativa afirmativa** apresentaram o maior índice para a possibilidade de a matriz ser *retirada* do seu lugar de atuação e/ou *convertida* em advérbio terminado em *–mente*. As matrizes com expressão de modalidade **deôntica** e as matrizes **avaliativas** mostraram-se altamente integradas. As avaliativas, em poucos casos, admitiram o *recorte* e a *conversão* da matriz. Como a forma sintática da matriz quase não variou observamos, então, que seu tempo e modo verbal não contribuíram para os resultados – verbo *ser* quase cristalizado: [*ser* (3ª pessoa singular, presente do indicativo) + adjetivo/substantivo modalizador/avaliativo].

A partir das análises acima, observamos que as orações matrizes indicadoras de modalidade estão mais gramaticalizadas em relação às matrizes indicadoras de avaliação, visto que; (i) há uma impessoalização eminente nas matrizes (verbo *ser* na terceira pessoa do singular e adjetivos/substantivos flexionados, categoricamente, no masculino; ressaltamos, contudo, que a impessoalização do adjetivo/substantivo não é tão evidente nas avaliativas, pois estas admitem ainda flexão do predicativo no feminino); (ii) admitem, na maioria dos casos, serem recortadas da sentença e (iii) admitem, também na maioria dos casos, serem substituídas por advérbio correspondente.

Dentro do grupo das modalizadoras, as epistêmicas têm comportamento quase adverbial. Mas, nesse grupo, há aqueles casos mais avançados, como as **epistêmicas indicadoras de asseveração afirmativa** e as **epistêmicas asseverativas relativas** na indicação de **probabilidade** - **diante apenas da encaixada no modo indicativo**, representadas por matrizes + *que*, como *É certo que*, *É lógico que*, *É evidente que*, *É claro que*, *É provável que*. As **matrizes deônticas** e as **matrizes epistêmicas asseverativas relativas** na indicação de **possibilidade** estão menos avançadas em relação às epistêmicas, como por exemplo, *É preciso que*, *É obrigatório que*, *É permitido que*, *É possível que*.

Dentro do grupo das avaliativas, aquelas que indicam avaliação do tipo afetivo e apreciativo ocorreram com o modo indicativo na oração encaixada, o que favoreceu a desvinculação sintático-semântica entre matriz e encaixada (para exemplificar: *É bom, É difícil*). Entretanto, catalogamos pouquíssimas ocorrências que ilustram esse caso – duas no Estado de Minas e nove no Tribuna de Minas. As demais orações matrizes avaliativas, que indicam julgamento, apresentaram-se quase categoricamente no infinitivo e, em poucos casos, no subjuntivo. Tal forma e modo verbal não favorecem a desconexão entre matriz e encaixada.

As **orações encaixadas subjetivas** mostraram-se relevantes pelo modo verbal ou forma nominal em que ocorreram. A **forma infinitiva** permite que matriz e encaixada fiquem unidas, altamente coesas. O **modo subjuntivo**, em raros casos, permitiu o *recorte* e/ou *conversão* da matriz, caracterizando-se, então, por favorecer a integração entre oração matriz e encaixada. Já o **modo indicativo** presente na oração encaixada subjetiva permite que a matriz se desvincule da encaixada e seja transformada em advérbio, em um grande número de ocorrências. Vale ressaltar que, apesar de não haver muitas ocorrências no modo indicativo, estas representam um avanço em relação à gramaticalização, já que imprimem à sentença um comportamento diferente.

Apesar de o resultado ter apontado que a maioria dos elementos estudados não admitem a *conversão* para sua contraparte adverbial em *–mente* e seu *recorte* da sentença em que ocorre, devemos levar em consideração o fato de que uma parte dos dados é composta por substantivos e adjetivos que não têm, na língua portuguesa, contraparte adverbial.

Analisando os dados apresentados acima, mesmo diante dessas restrições, os adjetivos que expressam modalidade epistêmica asseverativa afirmativa como, *claro, evidente, lógico* admitem em grande porcentagem a *conversão*, indicando sua função adverbial, quando em orações matrizes cujas encaixadas subjetivas são introduzidas por conjunção e apresentam verbo na sua forma finita, modo indicativo.

De acordo com a análise feita em seus dados, Basílio (1992: 92) afirma que os adjetivos *claro* e *normal* encontram-se entre aqueles que estão passando pelo processo de *conversão*, ou seja, enquanto adjetivos apresentam características adverbiais o que problematiza o fato de, se estão passando de uma classe para outra, ou se está apenas havendo extensão de características adverbiais para outras classes. Tal fato pode ser claramente comprovado com a ocorrência (57) abaixo, em que a predicação composta pelo adjetivo *claro* não mais se comporta como oração, senão como um marcador adverbial da sentença.

(57) A economista Leila Harfuch, pesquisadora sênior do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), entidade mantida pelo setor de agronegócio dedicada a pesquisas e estudos sobre comércio e negociações internacionais, considera positivo o crescimento da exportação de produtos básicos. “É positivo porque o Brasil é um dos poucos países que têm a possibilidade de aumentar a oferta de alimento, em demanda no mundo”, afirmou. “Mas é claro que se houvesse um esforço maior para exportar produtos de maior valor agregado seria melhor.”

(Estado de Minas, 08/01/2008)

Em (57), temos o grau maior da gramaticalização das construções complexas subjetivas na escrita encontrado em nosso *corpus*, em especial, as construções com o adjetivo *claro*. Nessa ocorrência, a construção *é claro que* não funciona mais como oração matriz da encaixada subjativa, pois a oração matriz está no final da sentença: *seria melhor*. Dessa forma, a função textual da expressão *é claro que* está comprovada.

A encaixada subjetiva, *se houvesse um esforço maior para exportar produtos de maior valor agregado*, realiza-se na forma finita e é introduzida pela conjunção *se*. Além disso, está anteposta em relação à matriz. A oração matriz, *seria melhor*, é composta pelo verbo *ser*, flexionado no futuro do pretérito do indicativo e pelo adjetivo indicador de avaliação apreciativa, visto que está sendo considerado e apreciado o processo de exportação do Brasil. Nesse caso, a expressão *é claro que* poderia ser recortada dessa sentença sem causar prejuízo de sentido a ela. Igualmente, se colocássemos em seu lugar o advérbio *claramente*, o sentido da sentença se manteria²⁸.

Encontramos na modalidade escrita apenas uma ocorrência desse tipo. As demais que delimitam mais acentuadamente a gramaticalização das matrizes e das orações subjetivas foram encontradas na modalidade falada, da qual não trataremos nesse trabalho por requerer maior atenção do que aquela disponível para esse momento.

Segundo Lehmann (1988), a escolha do modo verbal é restringida por regras sintáticas em muitas orações encaixadas. Em algumas línguas, estas orações apresentam o verbo na forma finita, mais especificamente, no subjuntivo, como é o caso do português. O

²⁸ Esta ocorrência de texto escrito se assemelha a dados de fala. Para ilustrar, trazemos alguns exemplos encontrados:

(1) Tocantins

GUTO: num entendo NA:↑DA °cê (entende esses negocio) de computador Lucas? °

LUCAS: eu mexo o básico é cla↑ro () ((risos))

(2) Tocantins

GUTO: =QUE↑m diria isso? comé que a cabeça vai mudano né?↑ vai chegá um tempo que °mexê com isso na::↑da um fri:↑o danado alí fora° né?

LUCAS: ((risos))é::↑ ficá quietim aqui é MUI↑to melhor↑ ((risos))

As análises do registro falado farão parte de pesquisa futura.

autor acredita que as restrições sintáticas estão intimamente ligadas à falta de força ilocucionária nas cláusulas subordinadas e que, quando se tornam orações não-finitas, não há mais modo algum sendo expresso.

Diante do fato de as orações matrizes admitirem serem *retiradas* e/ou *substituídas* pelo advérbio correspondente, podemos hipotetizar que as matrizes com expressão da modalidade epistêmica asseverativa afirmativa, que ocorreram em alto índice com subjetiva no *modo indicativo*, estão avançando para a direção da independência sintática e semântica. As orações encaixadas podem estar funcionando de forma independente, e as matrizes, como *advérbios sentenciais* (HOPPER E TRAUGOTT, 2003). Este comportamento não é claramente visto nas orações matrizes indicadores de modalidade epistêmica asseverativa relativa, modalidade deôntica e de avaliação, que apresentaram baixíssimo índice para *recorte* e *conversão*.

4.3.3.1 - O papel do “recorte e da “conversão” nas orações matrizes negativas

O emprego dos testes *recorte* e *conversão* da matriz visou ainda diferenciar os resultados das orações matrizes iniciadas pelo elemento polar *não* – negativas - das orações matrizes com ausência desse elemento - afirmativas. Nosso interesse se justifica pelo fato de a negação interferir no *recorte* e na *conversão* das matrizes. Dessa forma, iniciaremos uma curta discussão apresentando os resultados em relação às sentenças negativas.

As ocorrências negativas apresentam um quadro restrito, cujo resultado é único para ambos os jornais. As **orações matrizes negativas** que expressam modalidade **epistêmica asseverativa relativa** apresentaram grande índice de ocorrência indicando alta integração entre elas e suas respectivas orações encaixadas: não admitem *conversão* nem *recorte* da sentença. As orações matrizes negativas tiveram categoricamente suas encaixadas introduzidas por verbos **não-finitos**. A alta integração entre encaixada e matriz está exemplificada na ocorrência (58).

(58) 11.428 que oferece, por dez anos, isenção de IPTU, ISSQN e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI) na aquisição do imóvel para empresas que se instalarem na cidade até 31 de dezembro é um importante instrumento de atração de novos negócios. Bejani afirma, porém, que não é possível estender o benefício para as empresas já sediadas. “A lei me proíbe dar incentivo para quem está em Juiz de Fora, sem que tenha outra forma de compensar a arrecadação que estou perdendo.”

(Tribuna de Minas, 14/01/2008)

A matriz epistêmica *não é possível* não permite ser *retirada* da sentença e/ou ser *convergida* em *não possivelmente* ou **impossivelmente*. A oração encaixada subjetiva realizada na forma não-finita – *estender o benefício para as empresas já sediadas* - favorece a alta integração.

A negação ocorreu também, em grande quantidade, nas matrizes **avaliativas**, e, por último, nas matrizes indicadoras de modalidade **deôntica**. Nesses casos, mostra-se igualmente como item que restringe o *recorte* da matriz ou sua *conversão*. Já as matrizes indicadoras de modalidade epistêmica asseverativa afirmativa não apresentaram nenhum caso com a negação.

Os dados mostram que a negação constitui um elemento de restrição para o *recorte* da oração matriz e sua *conversão* na contraparte adverbial terminada em *–mente*, ou seja, a negação não favorece a perda de marcas sintáticas e semânticas da matriz e a aquisição da encaixada de sua independência formal, tanto para a modalização deôntica, epistêmica asseverativa relativa, quanto para a avaliação.

4.3.4- *A negação: elemento modalizador*

Encontramos em nossos dados um pequeno número de construções, se comparadas com as sentenças afirmativas, cuja matriz apresentava o elemento polar negativo. Apesar do baixo índice de ocorrência, a análise dessas ocorrências revelou diferença funcional do elemento negativo. Analisaremos tal diferença a partir da comparação entre as matrizes indicadoras de modalidades deôntica, modalidade epistêmica asseverativa relativa e indicadoras de avaliação. Consequentemente, além da negação, o modo verbal e a forma nominal da encaixada subjetiva são também observados.

A primeira conclusão a que chegamos é que o *não* em construções deônticas exerce sua função primeira de negar. Em relação à encaixada das construções deônticas, não encontramos a negação, uma vez que não se nega orações que têm valor de ordem.

Tal acontecimento ficou evidente, ao analisarmos o *não* nas ocorrências epistêmicas. Nesses casos, além do tempo verbal da cláusula encaixada e do adjetivo/substantivo indicador de certeza relativa ou asseveração, temos também a negação como um item modalizador, isto é, o *não* nas construções epistêmicas não tem como função única negar. Já a encaixada subjetiva admite a negação, visto que não se trata de ordem, mas da descrição do conteúdo proposicional.

Segundo Ilari et al. (1990), o advérbio *não*, de verificação, atua sobre a suposição de verdade da proposição, invertendo-a. Os autores afirmam ainda que esse advérbio de negação não age sobre o núcleo, permitindo que o sentido da proposição fique intacto; pode agregar circunstância ao elemento que acompanha ou indicar os limites de aplicação da proposição construída (ILARI ET AL., 1990).

Entendemos e observamos em alguns de nossos dados que a negação não afeta o sentido do núcleo da oração na qual está, mas agrega um valor modal, diante dos modais epistêmicos, à verdade que se quis dar à sentença.

Confirmando nossa leitura, Givón (2001) afirma que a negação pode ser usada com operadores modais, modo subjuntivo, orações condicionais, advérbios *irrealis*, perguntas sim/não, sendo um dispositivo suavizador da posição de quem tem autoridade para falar, afirmar, etc. Essa afirmação do autor comprova a dupla função do elemento negativo: o *não* nega, mas também modaliza. Além disso, Neves (2006) afirma que o falante opta pela negação para atenuar o conteúdo proposicional e para direcionar a interpretação do falante.

A fim de exemplificar essas funções – de negação e de modalização – ilustramos com ocorrências deônticas, epistêmicas e avaliativas, visto que a variação de função está diretamente ligada ao modal/avaliador que o acompanha.

(59) Em Belo Horizonte, não é preciso mais andar muito nas zonas comerciais valorizadas da cidade para encontrar uma dezena de opções para a culinária chique. Entre as flores comestíveis, a capuchinha é a mais ofertada nas prateleiras. (Estado de Minas, 15/12/2007)

Na ocorrência (59), acima, a oração matriz, indicadora de modalidade deôntica, é composta por [advérbio *não* + verbo *ser* + adjetivo modalizador + advérbio *mais*]. O escritor/falante estabelece uma relação temporal na sentença sublinhada para indicar uma ação que ocorria em um tempo anterior ao da fala e que no momento da fala cessou. A circunstância de tempo é marcada por *mais*, e a inversão da verdade (ILARI ET AL., 1990) – *andar muito nas zonas comerciais valorizadas da cidade para encontrar uma dezena de opções para a culinária chique* - é marcada por *não*.

É importante destacar ainda que as orações encaixadas subjetivas ocorreram, predominantemente, na forma não-finita, caracterizando alta integração entre matriz e encaixada.

Nas orações epistêmicas asseverativas relativas, como em (60), abaixo, a modalização fica evidente com o adjetivo indicador de certeza relativa (NEVES, 2000), *possível*, e o elemento negativo precedendo-o:

(60) O presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), João Cláudio Robusti, é um dos que defende que não é possível que a população com renda familiar de até cinco salários mínimos tenha acesso à chamada "moradia digna" - unidades no valor de R\$ 35 mil a R\$ 60 mil - se não contar com subsídios para a compra do imóvel.
(Estado de Minas, 24/11/2007)

O falante/escritor atenua sua posição não só através do adjetivo indicador de modalidade epistêmica asseverativa, cuja certeza é relativa, mas também ao negar a afirmação. Ele tem autoridade para falar já que se trata do presidente do Sinduscon de São Paulo. Ao defender sua posição ele, além de relativizar sua atitude, inverte a suposição de verdade da proposição. Dessa forma, podemos considerar que o efeito modal é destacado pelo adjetivo, pelo advérbio negativo e pelo uso do subjuntivo na oração encaixada subjetiva.

Já em (61), a negação é realizada morfologicamente (GIVÓN, 2001), atuando junto com o adjetivo *possível* em favor de suavizar a posição daquele que fala/escreve:

(61) “A areia vem de Morro Branco, Ponta Grossa e Majorlândia”, explica Mauro, enquanto pega punhadinhos de cores variadas para compor paisagens milimetricamente desenhadas com pequenas espátulas em garrafas maiores ou menores. É impossível sair de Canoa Quebrada sem uma ou várias delas. É como levar um pedaço das falésias dentro da mala, apreender para sempre a magia da natureza imposta em 12 tons naturais de areia.
(Estado de Minas, 18/12/2007)

O falante/escritor não pretende apenas inverter a suposição de verdade da proposição, mas dizer de modo a realçar sua posição, já que opta pela forma *impossível*. As orações encaixadas que acompanham matrizes com valor epistêmico asseverativo relativo precedido do elemento *não* encontraram-se, na maioria dos casos, na forma não-finita, sem a presença de conjunção, indicando a atemporalidade do conteúdo proposicional.

Em ocorrências avaliativas, o elemento *não* exerce a função de inverter a suposição de verdade, como em (62):

(62) Ele [prefeito de três mairias, Adair da Silva] lembra que, em 2001, quando houve o racionamento, a quantidade de água armazenada pela represa estava baixa, mas isso ocorreu num período de seca. “Não é normal para o mês de janeiro que o reservatório esteja tão vazio”, observa.
(Estado de Minas, 14/01/2008)

O falante avalia a situação do reservatório com base em dados referentes à quantidade de chuva em determinada época do ano, por isso, avalia julgando. Tal julgamento é acompanhado do advérbio de negação, que inverte a suposição de verdade, indicando que *o reservatório teria que ter índices maiores para o mês de janeiro de 2008*.

Já em (63), abaixo, o falante apresenta a negação como um item adicional na avaliação:

(63) Elisângela Araújo Ribeiro (foto) tem 19 anos e trabalha em período de experiência como garçone. Ela utiliza principalmente o cartão específico de lojas de roupas para fazer compras de vestuário e acessórios e está pronta para inaugurar seu primeiro cartão de crédito. “Costumo dividir minha fatura, mas tomo cuidado para não extrapolar. Recebi meu cartão de crédito e vou começar a usá-lo na semana que vem. Não foi difícil conseguir o cartão”.
(Estado de Minas, 19/12/2007)

Ao mesmo tempo em que o falante avalia apreciando o processo pelo qual passou para adquirir o cartão de crédito, ele suaviza sua atitude diante do estado de coisas, utilizando o elemento polar negativo – *não*. Não se pode afirmar que a matriz negativa *não foi difícil* é equivalente à sua contraparte afirmativa *foi fácil*. Essa não equivalência aponta para o fato de que o *não* é um suavizador da posição de quem tem autoridade para falar. Nesse caso, a autoridade é assegurada pelo conhecimento que o falante tem da experiência vivida e, por isso, relatada por ele.

Nessa ocorrência a matriz é composta por verbo *ser* no pretérito perfeito do indicativo, o que não foi recorrente nos dados. A oração encaixada subjetiva realiza-se na forma não-finita.

Em relação às formas negativas da matriz, encontramos em Givón (2001) uma sistematização dos tipos de negação. Entre elas, dois tipos foram encontrados em nossos dados: a negação morfológica, que é idiossincrática, por ser aplicada a alguns adjetivos, mas não em outros, exemplificada em (61) acima, e a negação sintática, que é a mais produtiva nas línguas, como ocorre em (58), (60), (62) e (63) acima. A negação sintática apareceu relativamente mais vezes negando modalizadores deônticos, epistêmicos e adjetivos avaliativos, já a morfológica, com sua restrição de uso, apareceu apenas em construções epistêmicas e avaliativas.

Vale ressaltar que todas as orações encaixadas subjetivas estão na posição posposta em relação à matriz negativa, prevalecendo o valor negativo da oração matriz. Assim como

nas construções afirmativas, houve poucas construções cuja oração matriz estivesse com o verbo em outro tempo que não fosse o presente do indicativo. Predominou, então, o verbo de ligação *ser*, na forma *é*.

A posição canônica do advérbio de negação é imediatamente pré-verbal, o que confirmamos em nossos dados. A possibilidade de deslocamento desse elemento é quase impossível. Se o mudamos de posição, o sentido da oração também muda. (ILARI ET AL., 1990: 131) Além disso, a matriz não apresentou advérbios indicadores de força e de foco, de acordo com a proposta de White (2003).

V - ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, é preciso deixar claro que, na busca pelas orações subjetivas, encontramos apenas 6 ocorrências com *parecer* e as demais configuram-se todas com o verbo *ser*: foram encontradas 152 ocorrências no jornal *Tribuna de Minas* e 194 ocorrências no jornal *Estado de Minas*. Atribuímos essa grande diferença e ausência de outras formas de orações subjetivas (como aquelas cujas matrizes são compostas por verbos como *convém*, *urge*, etc.) ao gênero textual analisado: trata-se de artigos jornalísticos, cuja função é expor fatos, acontecimentos, opiniões, etc. Dessa forma, os escritores e falantes das reportagens apresentam-se “munidos” por adjetivos e substantivos que caracterizam suas atitudes diante da proposição ou do estado de coisas descrito na oração encaixada subjetiva.

Analisando a composição morfológica das orações matrizes, observamos que as palavras mais recorrentes encontradas para a expressão de modalidade e de avaliação foram os adjetivos. Os substantivos vieram em segundo lugar. De acordo com Gonçalves (2001), uma possível explicação para o acentuado uso de matrizes com predicação adjetival é o fato de a categoria adjetivo ser a forma mais prototípica para a expressão de avaliação.

Nessa divisão, os sintagmas preposicionados encontrados nos dados estão classificados de acordo com o nome que acompanha a preposição: adjetivo ou substantivo. Em, por exemplo, “(...) *É da responsabilidade do Estado fomentar políticas sociais inclusivas.* (...)” (*Tribuna de Minas*, 18/12/2007) o sintagma preposicionado é composto por preposição *de* e substantivo *responsabilidade* indicando avaliação do tipo julgamento.

Dessa forma, a matriz é formada, majoritariamente, por [verbo *ser* + adjetivo]. Em segundo lugar, temos [verbo *ser* + substantivo].

As tabelas, abaixo, mostram os tempos verbais nos quais a oração matriz se realizou. Estão divididas apontando o tempo verbal de cada jornal analisado.

Valores da oração matriz	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliação		Total: 194 100%	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Presente indicativo	39	23	45	26	83	49	169	87
Pretérito perfeito do indicativo	0	0	4	36	7	63	11	5
Futuro presente do indicativo	2	40	2	40	1	20	5	2
Pretérito imperfeito do indicativo	2	66	1	33	0	0	3	1
Presente subjuntivo	0	0	1	33	2	66	3	1
Infinitivo	0	0	1	100	0	0	1	0
Sem verbo	0	0	0	0	2	100	2	1
Total	43	22	54	27	95	48	194	100

Tab. 3: Os tempos e modos verbais da oração matriz – ocorrências do jornal *Estado de Minas*.

Valores da oração matriz	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliação		Total: 152 100%	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Presente indicativo	49	37	21	15	62	46	132	86
Pretérito perfeito do indicativo	3	37	3	37	2	25	8	5
Futuro presente do indicativo	4	80	1	20	0	0	5	3
Futuro pretérito	0	0	1	33	2	66	3	1
Total	57	37	26	17	69	45	152	100

Tab. 4: Os tempos e modos verbais da oração matriz – ocorrências do jornal *Tribuna de Minas*.

Em relação ao tempo verbal da oração matriz, foi quase categórico sua realização no **presente do indicativo**: das 152 ocorrências catalogadas no jornal *Tribuna de Minas* com verbo *ser* na matriz, 132 têm esse verbo no presente do indicativo, e das 194 ocorrências retiradas do *Estado de Minas*, 169 realizam-se também nesse tempo verbal, ou seja, 86% e 87%, respectivamente (cf. tabelas (3) e (4)). Esse resultado aponta para a direção de uma consolidação iminente de tempo e modo verbais usados na oração matriz.

As orações matrizes com verbo *ser* no presente do indicativo, compostas por adjetivos/substantivos **avaliativos** foram aquelas que tiveram o maior índice de ocorrências: 45%, no jornal *Tribuna de Minas*, e 48% no jornal *Estado de Minas*. Tal recorrência, conforme afirmamos acima, é justificada pelo gênero textual em questão: artigos jornalísticos, repletos de avaliações, julgamentos, afirmações categóricas sobre diversos assuntos, como política e esporte. Destacamos ainda que no jornal *Estado de Minas*, há equivalência entre o número de ocorrências de modalidade deôntica e de epistêmica diante do presente do indicativo na oração matriz: 23% e 26%, respectivamente. Já no *Tribuna de Minas*, o índice de ocorrência da expressão da modalidade deôntica supera o índice da modalidade epistêmica: 37% e 15%, respectivamente.

É importante ressaltar que os demais tempo e modo verbais configuram uma mínima porcentagem em relação ao presente do indicativo, caracterizando, em alguns casos, o *knockout* na análise estatística. Além disso, alguns tempos e modo verbais variaram em relação aos jornais. Diante desses resultados, observamos que a oração matriz, com [verbo *ser* + predicativo], tem sua realização já quase categórica no presente do indicativo.

Esclarecemos ainda que, na tabela de dados referente ao jornal *Estado de Minas*, 1% dos dados refere-se às construções com elementos adverbiais, como *é cedo*. Foram encontrados apenas dois casos, e, apesar de quantificados, não os apresentamos nas tabelas por representarem um número mínimo.

As tabelas, abaixo, ilustram os tempos e modos verbais da oração encaixada subjetiva de cada jornal.

	Modalidade Deôntica		Modalidade Epistêmica		Avaliação		Total: 194 100%	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Valores encaixada								
Infinitivo	36	25	30	21	73	51	141	72
Presente subjuntivo	7	17	15	38	17	43	39	20
Presente indicativo	0	0	7	77	2	22	9	4
Pretérito imperfeito do subjuntivo	0	0	0	0	2	100	2	1
Futuro do presente do indicativo	0	0	1	100	0	0	1	0
Particípio	0	0	1	50	1	50	2	1
Total	43	22	54	27	95	48	194	100

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Tab. 5: Os tempos e modos verbais da oração encaixada subjetiva – ocorrências do jornal *Estado de Minas*.

Nº. e % encaixada	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliação		Total: 194 100%	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Infinitivo	49	43	18	16	45	40	112	73
Presente subjuntivo	6	35	1	5	10	58	17	11
Presente indicativo	1	6	5	33	9	60	15	9
Futuro subjuntivo do	0	0	0	0	3	100	3	1
Pretérito perfeito do indicativo	0	0	0	0	2	100	2	0
Futuro pretérito do indicativo	0	0	1	100	0	0	1	0
Pretérito mais que perfeito do indicativo	0	0	1	100	0	0	1	0
Particípio	0	0	0	0	1	100	1	0
Total	57	37	26	17	69	45	152	100

Tab. 6: Os tempos e modos verbais da oração encaixada subjetiva – ocorrências do jornal *Tribuna de Minas*.

Já em relação à oração encaixada subjetiva, o tempo e modo verbais que ocuparam o primeiro lugar na escala estatística foi o **infinitivo**. Do montante final (194) do jornal *Estado de Minas*, 141 orações encaixadas se realizaram no infinitivo com matrizes avaliativas, sem a presença de conjunção. Em relação ao *Tribuna*, o resultado foi o mesmo: do total de ocorrências (152), 112 ocorrências apareceram no forma não-finita. A porcentagem indica um resultado muito próximo: 72%, no *Estado de Minas*, e 73%, no *Tribuna de Minas*. O resultado quase igual entre os jornais e a variação com outros tempos e modo verbais mostram que não se trata de recursos estilísticos, mas sim do início de um processo que especifica certas ocorrências em mais gramaticalizadas, outras em menos gramaticalizadas e outras ainda em sua função plena.

Em segundo lugar, está o **subjuntivo**, que apareceu relativamente freqüente: 39 ocorrências (20%) no *Estado de Minas* e 17 (11%) no *Tribuna de Minas*. Em terceiro lugar está o **presente do indicativo**, que teve um uso pouco freqüente, mas que tem sua

porcentagem de ocorrência diferenciada frente aos demais tempos verbais encontrados. Foram encontradas 9 ocorrências no *Estado de Minas* (4%) e 15 ocorrências no *Tribuna de Minas* (9%). Os demais tempos encontrados apresentam número de células pequeno.

No *Estado de Minas*, em relação à realização da encaixada no modo não-finito, o maior percentual de ocorrência foi para a avaliação - 51%; em relação ao presente do subjuntivo as ocorrências avaliativas também foram as mais recorrentes - 43%. No *Tribuna de Minas*, as orações encaixadas, cuja matriz expressa modalidade deôntica, tiveram os maiores percentuais para o modo não-finito - 43%. Entretanto os avaliativos também apareceram expressivamente: 40%.

Em relação ao subjuntivo, as matrizes indicadoras de avaliação foram as mais freqüentes - 58%. Observamos, no jornal *Estado de Minas* (cf. tabela 5), que as matrizes indicadoras de modalização deôntica são uma restrição para a ocorrência do subjuntivo na oração subjetiva, o que não ocorre com a modalização epistêmica. Tal fato pode ser justificado pelo controle efetivo exercido pelo agente (BYBEE ET AL., 1994). Contudo, o mesmo fato não é observado em relação ao jornal *Tribuna de Minas*.

Destacamos ainda a baixíssima ocorrência da expressão da modalidade deôntica nos dois jornais, quando a encaixada se realiza no tempo presente do modo indicativo: 1 (uma) ocorrência no *Tribuna de Minas* e nenhuma ocorrência no *Estado de Minas*. O indicativo facilita a *conversão* e *recorte*, sendo, portanto, mais comum quando há expressão de modalidade epistêmica, conforme mostra a tabela do jornal *Estado de Minas* - 7 ocorrências, e quando há expressão de avaliação, conforme mostra a tabela do jornal *Tribuna de Minas* - 9 ocorrências.

Analisamos também a posição da oração encaixada em relação à matriz: anteposta ou posposta a ela:

Posição encaixada	Modalidade Deôntica		Modalidade Epistêmica		Avaliativos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Nº e % da encaixada								
Posposta à matriz	43	23	53	29	82	45	180	92
Anteposta à matriz	0	0	1	7	13	92	14	7
Total	43	22	54	27	95	48	194	100

Tab. 7: Posição da oração encaixada subjetiva em relação à oração matriz - ocorrências do jornal *Estado de Minas*.

Posição encaixada	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliativos		Total 153	100%
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Nº e % da encaixada								
Posposta à matriz	57	41	25	18	56	40	138	90
Anteposta à matriz	0	0	1	7	13	92	14	9
Total	57	37	26	17	69	45	152	100

Tab. 8: Posição da oração encaixada subjetiva em relação à oração matriz – ocorrências do jornal *Tribuna de Minas*.

A posição da oração encaixada subjetiva em relação à oração matriz ocorreu imperativamente à direita da matriz. Somam-se 180 das 194 ocorrências no *Estado de Minas* (tabela 7 acima), e 138 em 152 ocorrências no *Tribuna de Minas* (tabela 8, acima), em outras palavras, 92% e 90%, respectivamente. Esse resultado indica que o falante/escritor põe em relevo sua posição, sua atitude modalizadora ou avaliativa.

A posição não-marcada da oração subjetiva, isto é, anteposta à oração matriz, foi mais recorrente nas construções cuja matriz expressava avaliação: 92% em ambos os jornais. Observamos que a atitude do falante, expressa na matriz, não é colocada em relevo, já que vem depois da oração subjetiva, mas o conteúdo avaliado é topicalizado. Tal posição marcada mostra que, nas avaliativas, as matrizes estão apresentando comportamento próximo a dos advérbios: atuam, somando circunstância ao conteúdo da oração que modificam, ao mesmo tempo em que apresentam mobilidade peculiar dos advérbios. As avaliativas representariam, então, uma classe cuja função esteja próxima à dos advérbios sentenciiais.

Por fim, e não menos importante, quantificamos o número de ocorrências com a presença/ausência da negação na oração matriz.

Nº e % da negação	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliativos		Total 153	100%
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Presença negação	6	27	11	50	5	22	22	11
Ausência negação	37	21	43	25	90	51	172	88
Total	43	22	54	27	95	48	194	100

Tab. 9: Presença/ausência da negação na oração matriz – ocorrências do jornal *Estado de Minas*.

Nº e % da negação	Modalidade Deontica		Modalidade Epistêmica		Avaliativos		Total 153 100%	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Presença negação	1	9	7	63	3	27	11	7
Ausência negação	56	39	19	13	66	46	142	92
Total	57	37	26	17	69	45		

Tab. 10: Presença/ausência da negação na oração matriz – ocorrências do jornal *Tribuna de Minas*.

Tanto no *Estado de Minas* quanto no *Tribuna de Minas*, as ocorrências não apresentaram abundantemente o elemento polar negativo *não*. Porém, mesmo diante de um pequeno número de ocorrências que admitiram a presença do *não*, os dados revelaram diferenças funcionais desse elemento. Na modalidade deontica, a negação mostrou-se com sua função primeira de negar, já na modalidade epistêmica e na avaliação, além de negar, o elemento polar negativo atuou como um suavizador de posição daquele que tem autoridade, conhecimento, experiência para falar, o que caracteriza seu papel de modalizador.

Ambos os jornais tiveram o maior índice de ocorrência do elemento polar negativo nas orações matrizes compostas por modais epistêmicos, mostrando que sua função modal, relacionada aos outros elementos modalizadores da oração (modo subjuntivo, modal epistêmico, modo *irrealis*), esteve em evidência nesse contexto.

CONCLUSÃO

Iniciamos nosso estudo com o objetivo de verificar se certas orações matrizes de encaixadas subjetivas do tipo [verbo *ser* + predicativo] portavam valor de satélite atitudinal, comportamento semelhante ao das orações iniciadas por *parece que*, e, por isso, gramaticalizadas, conforme nos apresenta Gonçalves (2003). Para haver coerência nos resultados, procuramos em artigos de dois jornais, *Estado de Minas* e *Tribuna de Minas*, ocorrências de orações cuja função sintática fosse sujeito.

Deparamo-nos com um número insignificante de orações encaixadas subjetivas que tivessem sua matriz iniciada por verbos que não fossem o verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Um grande número de ocorrências compostas por [verbo *ser* + adjetivo/substantivo] compôs nosso *corpus* de análise.

Os capítulos iniciais apresentados constituem abordagens teóricas. No primeiro, apresentamos os tipos de modalidade, deôntica e epistêmica, e a avaliação, afetiva, apreciativa e de julgamento. Embora reconheçamos que a avaliação possa se configurar como um tipo de modalização, separamos as teorias e análises dos dados por fins didáticos.

Ressaltamos, nesse primeiro capítulo, as propostas de Koch (1984), Bybee et al. (1994), Givón (2001) e Neves (2000, 2006) sobre modalidade. Classificamos as ocorrências catalogadas de acordo com a proposta de Bybee et al. (1994) sobre modalidade orientada para o agente *necessidade*, e, orientada para o falante – *permissão* e *necessidade* (nomeadas por uma classe chamada *modalidade deôntica*), e de acordo com a proposta de Neves (2000) sobre *modalidade epistêmica asseverativa* e *relativa*. Utilizamos ainda os estudos e as propostas de Labov (1972), Koch (1984), Neves (2000), Givón (2001), White (2003), Myers (2006) e Vieira (2007), relacionados à avaliação. Definimos, nessa seção, que classificamos como avaliativas as orações matrizes indicadoras da atitude do falante de forma *apreciativa*, *afetiva* e em forma de *julgamento* conforme propõe White (2003).

Apresentamos em outra seção, ainda no primeiro capítulo, a teoria da *Harmonização*, para a qual buscamos subsídios em Bybee et al. (1994), Givón (2001) e Neves (2006). Entendemos que os predicativos “contaminam” o verbo matriz, tornando a oração matriz *harmonizada* na expressão do *irrealis*, de forma que exija orações complemento também na expressão do *irrealis*. As orações matrizes indicadoras de modalidade estão *harmonizadas* com a oração encaixada realizada na forma não-finita, por indicar estado em potencial, e no subjuntivo, por marcar modo *irrealis*. A modalidade deôntica expressa que a execução da

proposição depende do agente. A modalidade epistêmica indica os graus de certeza de forma que fique combinada com o infinitivo ou subjuntivo na encaixada.

Em relação à *harmonização*, é importante esclarecer que a modalidade deôntica, orientada para o falante, domina a ação e é responsável por sua execução; a modalidade epistêmica asseverativa afirmativa indica o grau máximo da certeza, por isso, tais modalidades não compartilham da expressão do *irrealis* de forma que possam se *harmonizar* com a encaixada. Essa afirmativa pode ser fundamentada diante da realização da subjetiva no modo indicativo encaixada à matriz, quando esta expressa modalidade epistêmica asseverativa afirmativa.

Por fim, na última seção, traçamos a convergência entre modalidade e negação. Seguindo os estudos de Lyons (1977), Halliday (1994), Payne (1996), Givón (2001) e Neves (2006) assumimos que a negação nas orações matrizes indicadoras de modalidade epistêmica asseverativa relativa e nas orações matrizes indicadoras de avaliação imprime modalização à proposição da encaixada, atenuando a posição de quem tem autoridade/conhecimento para falar. Nos demais casos, a polaridade negativa atua com sua função primeira e única de negar - modalidade deôntica – ou não ocorreu - modalidade epistêmica relativa afirmativa.

O segundo capítulo apresenta a teoria relacionada à combinação de orações. Para ilustrar a visão mais clássica, apresentamos as propostas de Bechara (2004) e Villela e Koch (2001), para quem a relação entre matriz e encaixada é uma questão de *subordinação*. Os trabalhos mais recentes apresentam *encaixamento* para nomear e explicar a relação existente entre essas orações. Assim, as propostas de Lehmann (1988) e Halliday (1994) são a base de nossa pesquisa, no que diz respeito à ligação entre matriz e encaixada. Neves (2000) e Gonçalves (2001) trazem características peculiares das subjetivas. Definimos nesse capítulo, que adotamos a classificação *encaixamento* para as orações em estudo, por entendermos que se trata de uma relação de dependência.

No terceiro capítulo, apresentamos a teoria da gramaticalização. Buscamos em Hopper (1991), Heine (1993), Bybee et al. (1994), Hopper & Traugott (2003) e Heine & Kuteve (2006) embasamentos sobre gramaticalização, que nessa pesquisa é aplicada em orações. Acreditamos que, mesmo em estágios iniciais, gramaticalização é um processo que atinge não só as orações matrizes indicadoras de modalização e avaliação, mas também as encaixadas subjetivas. Entretanto, os resultados mostraram que tal processo não atinge todas as orações matrizes indicadoras de modalidade deôntica e epistêmica e indicadoras de avaliação. A aplicação dos princípios propostos por Hopper (1991) nos permitiu observar que as matrizes indicadoras de modalidade epistêmica asseverativa afirmativa e de avaliação

afetiva e apreciativa mostram-se em função de quase-satélite: estes itens passam a ocupar a posição de advérbios, expressando, ao mesmo tempo, marcas plenas, e mudanças no grau de integração com a oração encaixada subjetiva. Concluimos ainda que nem todos os critérios puderam ser aplicados nos dados, o que sugere que é necessário um estudo diacrônico dessas orações. Reconhecemos que ao mesmo tempo em que as matrizes comportam-se como adjuntos modalizadores/avaliativos, matriz e encaixada apresentam graus de encaixamento. Tal resultado é, por exemplo, contrário ao resultado encontrado por Gonçalves (2003) em seus estudos sobre o *parece que*.

No quarto capítulo, analisamos sintática e semanticamente as ocorrências representativas dos tipos de modalidade e de avaliação encontrados. Concluimos que as matrizes caracterizam-se pelo verbo *ser*, quase categoricamente, no presente do indicativo seguido de um predicativo, composto, em maior escala, por adjetivo, em menor, por substantivo. As encaixadas subjetivas realizam-se predominantemente na forma não-finita, modo subjuntivo, e, em menor quantidade no indicativo.

Na seção subsequente, relacionamos o modo/forma nominal da encaixada e a expressão modal ou avaliativa da matriz. As deônticas apresentaram-se indicando forte e fraca manipulação; as epistêmicas asseverativas afirmativas e relativas, na indicação de alta *versus* baixa certeza. As avaliativas, como já fora observado e proposto por White (2003), indicam afeto, apreciação ou julgamento, e caracterizam-se por depender da encaixada para ter seu tipo semântico definido (por si só o predicativo não é capaz de definir o sentido). Ainda nesse capítulo, aplicamos a teoria de White (2003) sobre a expressão de *força* e *foco* a partir de advérbios presentes na oração matriz. Estendemos a lista proposta pelo autor em relação aos advérbios indicadores de *força* e encontramos apenas um caso que ilustrasse o advérbio na escala de *foco*.

No quarto capítulo, ainda, apresentamos os estudos sobre a *topicalização* da encaixada subjetiva. Apesar do índice de ocorrência da posição não-marcada da subjetiva não ter sido predominante, pudemos observar que as subjetivas antepostas emolduram um quadro, sobre o qual se faz um comentário (PONTES, 1987). O falante *topicaliza* o conteúdo proposicional para dar-lhe maior relevância (NEVES, 2000).

Continuando neste capítulo, apresentamos o processo de gramaticalização de acordo com os estágios propostos por Hopper (1991). Na verificação do grau de integração semântica e sintática entre oração matriz e oração encaixada, é possível concluir que a matriz vai se colocando para fora da sentença, de forma que diminua sua vinculação sintática e semântica com a encaixada. Esse movimento é marcado pela realização formal da encaixada

e pela capacidade de a matriz ser transformada em advérbio. Tal comportamento da matriz se assemelha aos dos advérbios indicadores de modalidade e de avaliação, os quais marcam a atitude do falante, agindo como satélites que escolhem por escopo toda a proposição ou parte dela. Os estágios *estratificação*, *divergência*, *persistência*, *especialização* e *decatégorização não* foram detectados nos dados.

Aplicamos a teoria da *Harmonização*, de acordo com a qual toda a construção matriz harmoniza-se na expressão de *irrealis*, selecionando para si escopo também *irrealis*, o que justifica a alta frequência de forma não-finita e modo subjuntivo na subjetiva. Participam desse grupo as matrizes deônticas orientadas para o agente e as epistêmicas asseverativas relativas. Em seguida, aplicamos os testes propostos “*conversão*” e “*recorte*” da oração matriz, a fim de mostrar quais casos permitem a desvinculação sintático-semântica entre matriz e encaixada.

Por último, neste capítulo, a negação é abordada e entendida como um caso de restrição para o “*recorte*” e “*conversão*” da matriz, na indicação de modalidade e de avaliação. Ressaltamos, ainda, que a negação funciona como um item modalizador nas matrizes epistêmicas asseverativas relativas e avaliativas.

Finalmente, apresentamos a análise estatística com tabelas que ilustram a quantidade e porcentagem dos dados encontrados. Segue esta conclusão e as referências bibliográficas.

No PB contemporâneo, observamos que ocorrem três contextos da expressão da atitude do falante em orações compostas por [verbo *ser* + adjetivo/substantivo]:

- (i) [verbo *ser* + adjetivo/substantivo indicador de modalidade deôntica];
- (ii) [verbo *ser* + adjetivo/substantivo indicador de modalidade epistêmica];
- (iii) [verbo *ser* + adjetivo/substantivo indicador de avaliação].

Algumas dessas matrizes adquirem comportamento e características diferentes a depender da realização da oração encaixada subjetiva, que pode ser: forma infinitiva, modo subjuntivo e modo indicativo.

Como vimos, a forma infinitiva indica alta coesão entre matriz e encaixada. O modo subjuntivo atendendo às exigências do encaixamento permite apenas em raros casos que a matriz apresente-se frouxa em relação à encaixada. Já o indicativo apresentou-se como o modo que favorece o “desligamento” sintático e semântico da matriz com a oração encaixada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASÍLIO, Margarida. A flutuação categorial de base adjetiva no português falado. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Volume II: Níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1992. p. 83-109.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004. p.462

BYBEE, Joan L. Mood. In: *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. cap.8, p.165-189.

_____, Joan L. Theoretical Background. In: *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. The University of Chicago Press, London, 1994.

_____; PERKINS, Revere.; PAGLIUCA, William. Mood and Modality. In: *The evolution of Grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. cap. 6, p.177-242.

CASTILHO, A. T. & CASTILHO, C. M. M. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo. (Org.) *Gramática do Português Falado. Níveis de Análise Lingüística*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

COSTA, R. D. *O Percurso de Gramaticalização de por exemplo*. In: I Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa. 2008, São Paulo: UNICSUL, 2008, p. 1-16. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/slps/slp02.html> Acesso em: 10/02/2009

DIAS, Nilza Barrozo. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. Revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, v. 8, nº. 1 e 2, p. 63 -77, jan/dez 1994.

GIVÓN, Talmy. The lexicon. In: *Syntax: An Introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v.1, cap. 2, p. 81-103.

_____. Tense, aspect and modality I: Functional Organization. In: _____. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v.1, cap. 6, p. 285-336.

_____. Tense, aspect and modality II: Typological organization. In: _____. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v.1, cap. 7, p. 337-367.

_____. Negation. In: _____. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v.1, cap. 8, p. 370-398.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Orações Subjetivas e teoria dos protótipos. In: *Revista Scripta*, Belo Horizonte, 2001. v.5, nº 9.

_____. Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil. Campinas, SP: [s.n.]. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003. Tese de Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem.

HALLIDAY, M. A. K. Clause as exchange. In: *An Introduction to Functional Grammar*. 2nd ed. London: Edward Arnold Publishers, 1994. cap. 4, p. 69-105.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: *Auxiliaries. Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993. cap. 2, p. 27-87.

HOPPER, P. On some principles on grammaticalization. In: *Approaches to grammaticalization*. John Benjamins, 1991. Volume I.

_____, P. & TRAUGOTT, E. Grammaticalization across clauses. In: *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Cap. 7

ILARI et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira. (Org.) *Gramática do Português Falado. A ordem*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1990. v.1, p. 65-141.

KOCH, Ingedore G. Villaça. As “orações” modalizadoras. In: *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez: 1984.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: *Clause combining in grammar and discourse*. J. Haiman & S. Thompson (eds.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Estágios de Gramaticalização da noção de tempo: processos de combinação de orações. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 8, n.1 e n.2, p. 183 – 194 jan/dez. 2004

LYONS, John. Mood and illocutionary force. In: *Semantics*. London: Cambridge University Press, v.2, 1977. cap. 16, p. 768-778.

MYERS, Greg. *Modality an Evaluation*. Disponível em <<http://bowland-files.lancs.ac.uk/staff/greg/da/DAModalityEvaluation.htm>> Acesso em 29 de maio de 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. O Adjetivo. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 173-215.

_____. O Advérbio. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 231-282.

_____. As orações integrantes: As orações substantivas. In: *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 333-349.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-217.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PAYNE, John R. Negation. In: SHOPEN, Timothy. (Edit.) *Language typology and syntactic description*. New York: Cambridge University Press, 1996. v.1, cap. 4, p. 195-242.

PONTES, Eunice. *O tópico no Português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). *Verbo ser - Um verbo essencialmente gramatical*. Trabalho apresentado na mesa-redonda "A hipótese da unidirecionalidade e as mudanças no estatuto categorial de verbos no português do Brasil" no XII Congresso da Associação de Estudos da Linguagem do Estado do Rio de Janeiro, realizado no período de 17 a 19/11/2003, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: cópia de inédito: 9 p.

VIEIRA, Amitza Torres. A dimensão avaliativa da argumentação na fala opinativa de profissionais de uma empresa em processo de mudança. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007. 148 fl. Mimeo. Tese de Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem.

VILLELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Editora Almedina, 2001. p. 244-255; 390-395.

WHITE, P. *An introduction tour through appraisal theory*. 2001. Disponível em: <<http://www.gramatics.com/appraisal/AppraisalGuide>>. Acesso em 23 de abril de 2008.